

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

GUSTAVO MARCÍLIO VIEIRA DA SILVA

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS IDOSAS EM VIÇOSA,
MINAS GERAIS**

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

GUSTAVO MARCÍLIO VIEIRA DA SILVA

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS IDOSAS EM VIÇOSA,
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap) para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Simone Martins

Coorientadora: Débora Carneiro Zuin

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2021**

GUSTAVO MARCÍLIO VIEIRA DA SILVA

**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS IDOSAS EM VIÇOSA,
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap) para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 15 de dezembro de 2021.

Assentimento:

Gustavo Marcílio Vieira da Silva
Autor

Simone Martins
Orientadora

AGRADECIMENTOS

A Deus.

A minha família, em especial à minha esposa, Roseany Mendes, pelo apoio incondicional.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação. À professora Simone Martins, por todas os momentos que me ajudou a superar os percalços na trajetória deste trabalho.

Aos meus colegas da turma Profiap/Viçosa 2019.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*“Quando a velhice chegar, aceita-a, ama-a.
Ela é abundante em prazeres se souberes amá-la.
Os anos que vão gradualmente declinando estão entre os mais doces da vida.
Mesmo quando tenhas alcançado o limite extremo dos anos,
Estes ainda reservam prazeres.”
(Sêneca)*

RESUMO

SILVA, Gustavo Marcílio Vieira da, Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2021. **Avaliação de Políticas Públicas para Pessoas Idosas em Viçosa, Minas Gerais**. Orientadora: Simone Martins. Coorientadora: Débora Carneiro Zuin.

Este trabalho tem como objetivo geral mapear e avaliar as políticas públicas voltadas à pessoa idosa em âmbito local, por meio do levantamento das ações, projetos e programas, bem como pela percepção dos atores envolvidos e da população idosa. Apresenta-se como referência para este estudo a literatura sobre análise e avaliação de políticas públicas, adentrando-se para as políticas públicas voltadas à pessoa idosa, com os seus principais marcos políticos. A coleta de dados foi realizada *in loco* por meio de entrevistas semiestruturadas com atores públicos e da sociedade civil envolvidos em ações do município ligadas à pessoa idosa, também por meio da análise documental. Para a organização e análise dos dados foram adotadas as dimensões apresentadas pela Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI). Para a análise dos dados, utilizou-se ainda a técnica de análise de conteúdo. Uma vez mapeada a política local, foi constatado que há aderência e sensibilidade do município às políticas públicas voltadas à pessoa idosa, conforme orientações constantes nos marcos nacionais e internacionais. Em termos de avaliação, constatou-se a necessidade de maior captação de recursos para viabilizar projetos que possibilitem a expansão de ações e para dar proteção e ampliar os direitos da população idosa. Outros desafios destacados dizem respeito a: comunicação, para melhorar o fluxo de informações destinadas à pessoa idosa; ações de educação, ainda não suficientes; maior alcance das ações, para o atingimento das pessoas idosas residentes em áreas periféricas; e, principalmente, maior estímulo à participação da pessoa idosa na construção das políticas e das ações voltadas a ela. Concluiu-se que as políticas públicas para pessoas idosas estão em curso no município estudado. E, apesar dos desafios, o fato de contar com servidores conscientes e motivados e com um Conselho de Direitos da Pessoa Idosa ativo resulta em potencialidades para o fortalecimento das políticas.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas. Pessoa Idosa. EBAPI.

ABSTRACT

SILVA, Gustavo Marcílio Vieira da, Universidade Federal de Viçosa, December, 2021. **Evaluation of Public Policies for the Elderly in Viçosa, Minas Gerais.** Advisor: Simone Martins. Co-advisor: Débora Carneiro Zuin.

The general objective of this work is to map and evaluate public policies aimed at the elderly at the local level, through a survey of actions, projects and programs, as well as the perception of the actors involved and the elderly population. The literature on the analysis and evaluation of public policies is presented as a reference for this study, going into public policies aimed at the elderly, with their main political milestones. Data collection was carried out in loco through semi-structured interviews with public and civil society actors involved in municipal actions related to the elderly, also through document analysis. For the organization and analysis of the data, the dimensions presented by the *Estrategia Brasil Amigo da Pessoa Idosa* (EBAPI) were adopted. For data analysis, the content analysis technique was also used. Once the local policy was mapped, it was found that there is adherence and sensitivity of the municipality to public policies aimed at the elderly, in accordance with constant guidelines in national and international frameworks. In terms of evaluation, it was found that there is a need for greater fundraising to enable projects that enable the expansion of actions and to protect and expand the rights of the elderly population. Other challenges highlighted concern: communication, to improve the flow of information aimed at the elderly; educational actions, still not enough; greater reach of actions to reach elderly people living in peripheral areas; and, mainly, greater encouragement for the participation of the elderly in the construction of policies and actions aimed at them. It was concluded that public policies for the elderly are underway in the studied municipality. And despite the challenges, having conscientious and motivated people and an active Elderly Rights Council results in potential for strengthening policies.

Keywords: Public Policy Assessment. Elderly. EBAPI.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bases normativas e constitucionais de direitos da pessoa idosa.....	16
Quadro 2 - Dificuldades Estruturais de Implementação da PNI	19
Quadro 3 - Sintetização das Abordagens Teóricas para Análise de Políticas Públicas	26
Quadro 4 - Modelos de Análise de Políticas Públicas	28
Quadro 5 - Formas de Avaliação de Políticas Públicas.....	33
Quadro 6 - Dimensões da EBAPI.....	38
Quadro 7 - Normas jurídicas do município de Viçosa (MG) que beneficiam a pessoa idosa.....	45
Quadro 8 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Ambiente Físico”.	51
Quadro 9 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Transporte e Mobilidade Urbana”.....	52
Quadro 10 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Moradia”.....	53
Quadro 11 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Participação”.	53
Quadro 12 – Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Respeito e Inclusão Social”	54
Quadro 13 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Comunicação e Informação”	55
Quadro 14 – Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Oportunidades de Aprendizagem”	56
Quadro 15 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Saúde, Apoio e Cuidado”.....	57
Quadro 16 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Escolha Local”	59
Quadro 17 – Avaliação das Políticas para a Pessoa Idosa em Viçosa	60
Quadro 18 – Validação das Ações, Serviços, Projetos e Programas.....	66
Quadro 19 - Dimensão: Ambiente Físico	71
Quadro 20 - Dimensão: Transporte e Mobilidade Urbana.....	72

Quadro 21 - Dimensão: Moradia	73
Quadro 22 - Dimensão: Participação	74
Quadro 23 Dimensão: Respeito e Inclusão Social	75
Quadro 24 - Dimensão: Comunicação e Informação	76
Quadro 25 - Dimensão: Oportunidade e Aprendizagem	77
Quadro 26 - Saúde, Apoio e Cuidado	78
Quadro 27 - Dimensão: Escolha Local.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção da população inscrita no CadÚnico em relação a população estimada de 2019 do Brasil, Minas Gerais e Viçosa.	42
Tabela 2 - Proporção da população idosa em relação à população total inscrita no CadÚnico.	43
Tabela 3 - Evolução do número de notificações de violência contra idosos no município de Viçosa.	44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Objetivo Geral	13
1.2. Objetivos Específicos	13
1.3. Justificativa	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1. Políticas para a População Idosa no Brasil: Um Breve Histórico	15
2.1.1 A Política Nacional do Idoso	18
2.1.2 O Estatuto do Idoso	21
2.1.3 A Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa	23
2.2 Análise de Políticas Públicas	25
2.3 Avaliação de Políticas Públicas	31
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
3.1. Tipo de pesquisa	35
3.2. Objeto de estudo	35
3.3. Procedimentos e técnicas de coleta de dados	36
3.4. Análise e interpretação dos dados	37
4. ANÁLISE SITUACIONAL	40
4.1. O Município de Viçosa e a sua População Idosa	40
4.1.1. A população idosa no município de Viçosa.....	42
4.2. A política da Pessoa Idosa no Município de Viçosa (MG).....	44
4.2.1 Normatização da Política da Pessoa Idosa no Município de Viçosa (MG).....	45
4.2.2 Ações, projetos e programas direcionados para a melhoria da qualidade de vida da população idosa, implementados no Município de Viçosa (MG).	50
4.3 Avaliação da Política Municipal da Pessoa Idosa – Viçosa (MG)	60
4.3.1 Atualização do Diagnóstico Municipal e Destaques às Mudanças Ocorridas	66
5. PLANO DE AÇÃO	69
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS.....	83
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP)	87
ANEXO B – Autorização do Prefeito de Viçosa para a realização da Pesquisa	92
APÊNDICE 1 – Roteiro de Entrevista.....	94
APÊNDICE 2 – Legislação do Estado de Minas Gerais sobre a política da pessoa idosa.....	95
APÊNDICE 3 – Avaliação das Iniciativas Relacionadas a Política da Pessoa Idosa no Município de Viçosa (MG)	97
APÊNDICE 4 – Relatório Técnico	109

1. INTRODUÇÃO

O aumento de longevidade da população é um fenômeno global, sendo considerado uma conquista da humanidade, mas também se converte em desafios para a sociedade e para o Estado.

No Brasil, diferentemente do que aconteceu em países europeus, o fenômeno do envelhecimento ocorreu num curto espaço de tempo. Em menos de 30 anos um país de jovens se tornou um país que tende a estar entre aqueles com o maior número de pessoas idosas já em 2025 (IBGE, 2020).

É neste contexto de envelhecimento acelerado e necessidade de adequação das estruturas sociais, urbanas e rurais, que se inserem as reivindicações das pessoas idosas e dos movimentos ligados a este segmento, relacionadas ao maior compromisso do Estado e da sociedade com a implementação e ampliação de direitos dos idosos. Conforme alertam Damasceno e Souza (2017), a criação de instrumentos legais, tais como a Política Nacional do Idoso (PNI) e o Estatuto do Idoso, dentre outras normas publicadas nos anos subsequentes a esses instrumentos, não são suficientes para garantir, na prática, uma assistência integral e os direitos legais da pessoa idosa no país.

Ainda, segundo esses autores, o que se observa no Brasil, apesar de apresentar ações inovadoras na abordagem do idoso, a garantia dos seus direitos não tem se concretizado efetivamente. A implementação dos aparatos legais tem ocorrido de forma lenta e gradativa. Segundo Cavalline *et al* (2014), diante desta situação, cabe, aos idosos, às famílias e à sociedade em geral a conscientização e participação política na busca da justiça social para a garantia plena dos direitos teoricamente assegurados.

De tal forma, deve haver incentivos à proposição de políticas mais dialogadas, com o envolvimento de todos os públicos interessados, buscando tornar mais bem disseminadas e equânimes as políticas voltadas à pessoa idosa. Tal fato pode ocorrer por meio do engajamento entre as esferas governamentais, principalmente a municipal, e a sociedade civil, para permitir um envelhecimento digno, com atenção integral e inclusão das pessoas idosas.

Ainda que o Brasil disponha de um arcabouço jurídico que preconiza a existência de ações de promoção da saúde e da proteção à pessoa idosa, pouco se conhece sobre as políticas públicas de governos locais neste sentido, o que torna necessária sua investigação. Em muitos casos, embora ações e serviços sejam disponibilizados, a compreensão da política local é dificultada, por tratar-se de uma política transversal e pela inexistência de um plano de ação específico para a temática, tornando ainda mais necessária sua avaliação. Cabe ressaltar, como sugere Cunha (2018), que a avaliação de políticas e programas governamentais assumiu relevância para as funções de planejamento e gestão governamentais nas últimas décadas.

Nessa perspectiva, investir na avaliação das políticas para a população idosa, é uma maneira de possibilitar a inserção social em seu direcionamento, também de otimizar os recursos aplicados, ofertar serviços de maior qualidade e subsidiar o planejamento, bem como o fortalecimento do controle social no acompanhamento das decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. Em outras palavras, a avaliação de políticas públicas é um “instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo”. (CUNHA, 2018).

Ao considerar tais aspectos e as diferentes ações adotadas em cada município como uma alternativa para o desenvolvimento de políticas voltadas às pessoas idosas, este estudo prioriza a avaliação de políticas para esta população. Levou-se em consideração, ainda, a escassez de estudos que contemplem avaliações de políticas e a temática da pessoa idosa ou envelhecimento populacional, especialmente abordando os aspectos relacionados a gestão municipal. A fim de contornar essa situação, o governo instituiu, em 2018, a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI), como um mecanismo na efetivação dos direitos da pessoa idosa, bem como no mapeamento das ações existentes, sendo a EBAPI voltada para a menor esfera governamental, o município. A Estratégia inaugura a forma de se olhar sobre as políticas públicas locais voltadas às pessoas idosas, tornando-se uma ferramenta impar no levantamento e nivelamento das ações municipais existentes.

Considerando que a crise sanitária da pandemia da doença Covid-19 descortinou uma série de problemas novos e antigos que exigem a inclusão na agenda pública dos diferentes temas relacionados à pessoa idosa, bem como o fenômeno do envelhecimento, que requer ações urgentes num país marcado pela diversidade econômica, social e política, é proposta a seguinte questão de pesquisa: Quais são e como estão estabelecidas as políticas públicas voltadas para pessoas idosas no município de Viçosa (MG)?

A resposta à pergunta proposta se torna relevante visto que na cidade de Viçosa (MG), unidade de estudo, assim como em outras cidades do país, as políticas transversais como a da pessoa idosa são dificilmente compreendidas e caracterizadas, por estarem contempladas em diferentes políticas setoriais. Por conseguinte, há limites a todas as formas de avaliação e controle.

Para responder ao questionamento da pesquisa, faz-se necessário caracterizar a política local da pessoa idosa e, somente após esta caracterização, realizar a sua avaliação. Assim, são apresentados os objetivos para este estudo.

1.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo é avaliar as ações, projetos e programas que formam a política da pessoa idosa na cidade de Viçosa (MG).

1.2. Objetivos Específicos

- Realizar o levantamento das ações, projetos e programas voltados às pessoas idosas no município de Viçosa;
- Caracterizar as políticas públicas para pessoas idosas no município de Viçosa;
- Avaliar a situação das políticas das pessoas idosas de Viçosa e criar um plano de ação para o município.

1.3. Justificativa

Objetiva-se contribuir empiricamente na avaliação de uma política pública específica por meio da ação prática dos atores envolvidos e que convertem os desafios em possibilidades de potencializar uma vida longa e de qualidade. Ainda, esta pesquisa procura contribuir elucidando elementos para a efetivação de políticas públicas, programas, ações, benefícios e serviços destinados à população idosa.

Frisa-se que não foram encontrados estudos que avaliem as políticas públicas voltadas à população idosa de forma transversal e sob diferentes perspectivas, como aqui se propõe. Assim, pouco se sabe sobre o potencial transformador das políticas implementadas e sobre as possibilidades de melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa a partir das ações locais.

O assunto por si é relevante e tratá-lo nesta pesquisa poderá ter utilidade pública para outros municípios que, assim como o de Viçosa (MG), se preocupam em agir para amenizar os impactos negativos do referido fenômeno, seja na área econômica, social e, ou, política. Além disso, a abordagem pode promover ações para a formação de agenda sobre políticas públicas voltadas à pessoa idosa ao fazer uma análise de uma política específica, que pode ser considerada como exemplo de participação social, na medida em que transforma parte das demandas da pessoa idosa em política pública.

A pesquisa também se justifica por estar em consonância com ações de governos estaduais e federal, como a Rede de Apoio à Pessoa Idosa de Minas Gerais e o Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa, que incentivam a implementação de estratégias, como a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, para a identificação e unificação de ações, projetos e programas que visam caracterizar a política local e tornar possível a sua potencialização e o seu acompanhamento.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Políticas para a População Idosa no Brasil: Um Breve Histórico

O fortalecimento das políticas públicas voltadas à pessoa idosa se deu pelo surgimento das assembleias mundiais sobre o envelhecimento, bem como pela adoção de planos internacionais de ação neste sentido, ocorridos em 1982, 1992 e 2002. Martins e Ribeiro (2018) afirmam que esses direcionamentos internacionais formam parte do grande marco no estabelecimento de políticas públicas voltadas à população idosa no Brasil, por direcionarem preocupações com os direitos humanos a esta população, com ênfase sobre a manutenção da vida ativa dos idosos na sociedade.

Camarano e Pasinato (2004) chamam a atenção para o fato de a visão predominante nas políticas ser a de vulnerabilidade e dependência da pessoa idosa, assim, a mudança dessa visão apenas começou a ocorrer paulatinamente ao longo da década de 1980, por influência de debates internacionais. De certa forma, as autoras colocam que, no Brasil, a proteção legislativa de tais políticas públicas ocorreu, como relevante marco, por meio da Constituição Federal de 1988, que trouxe o dever da família, da sociedade e do Estado em assegurar a proteção integral ao idoso, abrangendo, dentre outros, o direito à vida, à dignidade, ao bem-estar e à participação social. Desde então, o que se viu foi uma série de ações, como a instituição da Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842/1994, resultante de reivindicações e debates da sociedade brasileira, com a participação de pessoas idosas, pesquisadores, profissionais da área de gerontologia e geriatria e de instituições afins. Nesse ponto, é importante ressaltar que a Constituição Federal possibilitou a participação efetiva da sociedade e culminou na garantia da elaboração de diferentes leis que vieram atender expectativas demandadas pelos mais diversos segmentos sociais, incluindo a população idosa. Também foi importante por assegurar direitos à pessoa idosa e estabelecer o dever de proteção pelo Estado e pela sociedade.

No decorrer da década de 2000, o Estado veio reforçando o seu pacto de proteção ao idoso, conforme exposto no Quadro 1. É válido ressaltar a definição

dada pela Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso, que se entende por idoso o indivíduo com 60 anos ou mais, seguindo-se parâmetros demográficos nacionais e internacionais,

Quadro 1 - Bases normativas e constitucionais de direitos da pessoa idosa

ANO	DESCRIÇÃO DE LEIS/NORMAS
1994	Instituição da Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842/1994
2002	Criação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), que possui importante papel na promoção desses direitos ao elaborar diretrizes para a formulação e implementação da PNI.
2003	Sanção do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) e criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que intensificou, dentre outras ações, a necessidade de inserir o idoso na sociedade, humanizar o seu tratamento e atendimento de saúde, combater e prevenir a violência contra essa categoria.
2004	Aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), regida por vários princípios, dentre os quais a universalização dos direitos sociais, a dignidade e a autonomia do cidadão, o direito a benefícios e serviços de qualidade, além de defender a igualdade de direitos.
2005	Criação do Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa, sendo um esforço conjunto entre o Governo Federal, o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos e os movimentos sociais.
2006	Publicação da portaria nº. 2.528/2006, aprovando a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, que definiu ações diversas em vários setores, como educação, cultura, lazer dentre outros em prol do idoso, e instituição do dia 1º de outubro como o Dia Nacional do Idoso (Lei nº 11.433/2006).
2013	Estabelecimento do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, favorecendo o diálogo interministerial e de outros órgãos e entidades públicas envolvidos nessa implementação.
2018	Instituição da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (Decreto nº 9.328/2018), atualizada posteriormente pelo Decreto nº 9.921/2019.
2021	Lançamento do Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa (PNDPI)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Martins e Ribeiro (2018).

Segundo Martins e Ribeiro (2018), o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), criado em 2002, possuía, dentre outras, a responsabilidade de elaborar as diretrizes para a formulação e implementação da PNI, criada quase uma década antes. O CNDI passou a ter um grande papel na promoção dos direitos da pessoa idosa no país. Ainda, segundo as autoras, no ano seguinte da sua criação, houve a aprovação do Estatuto do Idoso, o que representou um grande passo na legislação

brasileira, por ocorrer assim a adequação do Brasil às orientações do Plano de Madri¹.

O que se nota nos anos seguintes é o aumento de ações a fim de melhorar a política pública voltada à pessoa idosa, tanto em nível legislativo quanto de implementação, ora pela criação de plano de ação para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa, em 2005, ora pelo estabelecimento do compromisso nacional para o envelhecimento ativo, em 2013. Esses instrumentos legais, apresentados no Quadro 1, corroboram a intensificação do cuidado no processo de envelhecimento e a forma como o idoso deve ser protegido no seio social. Assim, é notável a necessidade de maior entrelaçamento entre a União (em nível federal, estadual e principalmente municipal) e a sociedade civil brasileira no que tange à proteção e à defesa pela vida, dignidade e saúde da pessoa idosa. Afinal, a tendência é que a população brasileira envelheça mais e de forma rápida, diferentemente do que ocorreu em outros países, como os europeus. No Brasil, em 2000, apenas 5,8% da população brasileira tinha idade acima de 65 anos, entretanto, a projeção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é que esse percentual deva chegar a quase 22% em 2050.

Diante dos aparatos legais apresentados, Martins e Ribeiro (2018), colocam a relativização das responsabilidades e a tendência de reforçar o protagonismo da pessoa idosa nos processos políticos. Para tanto, é necessário que haja o fortalecimento da governança democrática e da participação social, pois, apenas assim se terá avanços no enfrentamento dos problemas coletivos relativos à população idosa.

Pelo exposto, verifica-se que já existe no Brasil um arcabouço jurídico de proteção à população idosa, incluída nele uma política nacional, à qual este estudo dará maior aprofundamento.

¹ A Declaração Política e o Plano de Ação Mundial para o Envelhecimento, ou Plano de Madri, segundo a ONU (2003a) constituem importante referencial para o direcionamento das ações da Secretaria Especial dos Direitos Humanos que, juntamente com a Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso têm promovido o combate à discriminação, à negligência, ao abuso e aos maus tratos à velhice.

2.1.1 A Política Nacional do Idoso

No que concerne especificamente à política do idoso no Brasil, uma das respostas dadas pelo Estado em conjunto com a sociedade, conforme demonstrado no Quadro 1, foi a aprovação da Política Nacional do Idoso (PNI), por meio da Lei nº 8.842/1994, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 1.948/1996. É válido ressaltar que em 1994 a população idosa brasileira era representada por aproximadamente 8% da população do país, e segundo os dados da PNAD (2017), esse percentual passou a ser de 14,6 no ano de 2017.

Camarano (2016) aponta que, devido justamente a esse aumento da população idosa, as demandas por políticas públicas se intensificaram, requerendo atualização e implementação total das medidas preconizadas. Porém, segundo a autora, pouco se sabe sobre a efetividade, os entraves e as lacunas das medidas. Assim, transcorridos quase três décadas desde a aprovação da PNI, e considerando a aceleração do processo de envelhecimento brasileiro e outras mudanças sociais em curso, é notório que não só a análise da efetivação dos preceitos legais, mas também a sua pertinência atual, bem como a necessidade de se considerar novas questões. Estudos como o proposto neste trabalho buscam trilhar esse caminho.

É importante compreender que a PNI versa sobre um conjunto de ações governamentais, objetivando assegurar os direitos sociais das pessoas idosas, uma vez que “o idoso é um sujeito de direitos e deve ser atendido de maneira diferenciada em cada uma das suas necessidades físicas, sociais, econômicas e políticas” (Camarano; Pasinato, 2004, p. 269). Ou seja, o PNI foi um passo importante para a garantia de direitos sociais à pessoa idosa, por contribuir na criação de condições para promover autonomia, integração e participação efetiva da pessoa idosa à sociedade.

Se de um lado a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a garantia de renda mínima para a população sem capacidade laborativa, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993. Por outro lado, coube à PNI estabelecer a adequação e ampliação de serviços, bem como fomentar outras medidas, tais como a de prevenção da violência, além da expansão e capacitação de recursos humanos. Entretanto, o texto referente à assistência social na PNI é

generalista e, embora proponha diversas modalidades de atendimento e de formação gerontológica, não define prioridades a serem implantadas (BERZINS *ET AL.*, 2016).

Camarano (2016) salienta que os avanços obtidos em prol da população idosa, refletem mais a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) do que propriamente a PNI. Teixeira (2008), nesse mesmo sentido da complexidade e necessidade de se avançar com a implementação da PNI, considera que as atividades estabelecidas como de responsabilidades governamentais também são dependentes da ação das comunidades locais, da família e das organizações privadas, lucrativas ou não.

De tal forma, apesar de se ter quase três décadas de existência da PNI, o que se nota é que tal política enfrenta restrições na sua implementação, sendo utilizada muitas vezes mais como um manual de orientações às ações que devem ser tomadas do que como política, em sua complexidade, que mereça prioridade. Por ser uma política intersetorial, ou seja, que trata de um grupo específico da sociedade e se materializa a partir de outras políticas setoriais, tais como a saúde, previdência, assistência, cultura, criou relação de dependência com outras políticas que nem sempre priorizam e atuam em prol da problemática da população idosa (TEIXEIRA, 2008; PESSOA, 2009; BARROS, 2019).

Isto posto, torna-se notável que a PNI na prática é bem diferente da prevista no papel, onde estabelece princípios e mecanismos de coordenação entre a União, os estados e os municípios na execução de programas e projetos que tenham como alvo o público idoso. Isso justifica um esforço de aprofundamento sobre como a PNI e políticas setoriais voltadas ao idoso são implementadas nos municípios brasileiros. Sem pretender esgotar o tema, Giacomini (2016), entre as inúmeras dificuldades estruturais, destaca 12 dificuldades que considera mais evidentes, conforme quadro a seguir.

Quadro 2 - Dificuldades Estruturais de Implementação da PNI

Nº	DESCRIÇÃO DA DIFICULDADE DE IMPLEMENTAÇÃO
01	A inexistência de uma política de Estado coordenada por um órgão específico cuja principal pauta seja a PNI e que ultrapasse os períodos

Nº DESCRIÇÃO DA DIFICULDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

de governo, com metas de curto, médio e longo prazo. Disso decorre a indesejada e usual descontinuidade de ações, nos três níveis de governo, com supressão, suspensão, fragmentação, junção de esferas administrativas, sujeitas a reinterpretações pelos governantes eleitos. Desses efeitos resultam a fragilização das políticas no território brasileiro.

02 A tolerância ao descumprimento da PNI pela sociedade e o desinteresse do Ministério Público pela causa, o que acaba contribuindo para o não cumprimento das normas já estabelecidas.

03 A falta de meios da administração pública que viabilizem a concretização dos direitos, hoje meramente formais. Esses meios envolvem: equipamentos específicos de diferentes complexidades para o cuidado de pessoas idosas e para a promoção da cidadania; profissionais bem treinados; inclusão do tema da velhice nos diversos níveis educacionais; planos exequíveis e monitoramento eficiente da PNI; e recursos financeiros suficientes para a execução de todas essas ações estruturantes.

04 A dificuldade de pautar a PNI e as questões relativas ao envelhecimento e aos direitos dos idosos nas várias políticas sociais, nos conselhos setoriais e de direitos e em fóruns da sociedade civil não ligados ao segmento idoso.

05 A falta de recursos orçamentários destinados à proteção e à garantia do direito ao envelhecimento digno dos brasileiros, nos três níveis de governo.

06 A burocracia e a superposição de ações de políticas, que dificultam o entendimento e a atuação do Estado de modo intersetorial. Os problemas se perpetuam pela falta de acesso a direitos, e como não há diálogo entre as políticas; ora elas se superpõem e agem em duplicidade, ora se omitem. Também não há agilidade na correção dessas falhas.

07 A confusão entre uma política efetivamente pública e uma “com donos”, traduzida em expressões como “os meus idosos”, por exemplo. Infelizmente, esta situação revela o descrédito na capacidade de a pessoa idosa ser autônoma e o desejo do gestor de se perpetuar no cargo. Quando muda o governo, as ações são descontinuadas, à revelia dos interesses da população idosa.

08 O desrespeito às deliberações das conferências nacionais de direitos da pessoa idosa, o que concorre para que estas sejam onerosas, inócuas e repetitivas;

09 O frágil controle democrático exercido por conselhos de direitos e de gestão das políticas setoriais, nas três esferas de governo, quanto ao cumprimento das legislações referentes ao envelhecimento e às pessoas idosas.

10 O preconceito contra o envelhecimento (etarismo), que reverbera a visão pejorativa do velho como coitado, infantil, ultrapassado, sem perspectivas, incapaz de aprender, além de reconhecer nele um ônus para o sistema de seguridade social.

11 O mau hábito de aguardar uma solução mágica que virá do âmbito federal ou na forma de lei para os problemas cotidianos que afetam os serviços. Trata-se do reflexo de uma postura política passiva e de uma lógica de relação governo-povo paternalista, no lugar do conceito de cidadania plena, com a participação da sociedade na construção das decisões do Estado.

12 Apesar de alertado por organismos nacionais e internacionais, nota-se a falta de uma cultura de planejamento previdenciário de médio e longo prazo no Estado e na sociedade brasileira que repercute nas condições de trabalho e de aposentadoria dos brasileiros, além de favorecer conflitos geracionais.

Fonte: Adaptado de Giacomini (2016).

Diante do apresentado no Quadro 2, para que haja superação dessas dificuldades estruturais, bem como a redução das desigualdades sociais e de saúde, Giacomini (2016) propõe, dentre outras soluções, o aumento da oferta de serviços capazes de prevenir as fragilidades, incapacidades e, ou, o agravamento da própria desigualdade.

Como mencionado, a PNI não atribuiu competências no âmbito do sistema de justiça brasileira sobre a aplicação das normas acerca do idoso, ou seja, não determina ações para evitar abuso e lesões a seus direitos. De tal forma, segundo Camarano (2016), a criação do Estatuto do Idoso foi uma resposta à falta de efetividade e a não realização de inúmeras medidas de proteção e ações previstas na PNI.

Na seção seguinte passa-se à compreensão do Estatuto do Idoso.

2.1.2 O Estatuto do Idoso

Segundo Camarano *et al.* (2016), que o Estatuto foi fruto da organização e mobilização dos aposentados, pensionistas e idosos vinculados à Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP) e ao Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas (MOSAP), de representantes da Associação Nacional de Gerontologia (ANG) e de diversas seções estaduais, de representantes da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), de representantes religiosos, em especial, da Pastoral Nacional e pastorais de diversos estados e de federações e associações de aposentados.

O Estatuto do Idoso, promulgado pela Lei Federal no 10.741, de 1º de outubro de 2003, possui 118 artigos, estruturados em sete títulos, e tendo como grande mérito, segundo Alcântara (2016) a criação de um sistema de garantias de direitos da pessoa idosa para efetivar os seus direitos sociais previstos na PNI. Esse sistema é composto pelas seguintes instituições e órgãos: Conselhos do Idoso, SUS, Sistema Único de Assistência Social (Suas), Vigilância em Saúde (Visa), Poder Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público e Polícia Civil. O Estatuto previu ainda a criação de varas exclusivas para as pessoas idosas. Do ponto de vista

jurídico, o Estatuto é um marco legal de referência para as normas de proteção ao idoso contra a violência e de direito à saúde.

Resumidamente, o Estatuto amplia os direitos da pessoa idosa, além de resgatar os princípios constitucionais. Assis *et al.* (2016), coloca que:

O estatuto surge em parte como reflexo da não implementação da PNI e por isso mesmo reitera vários de seus dispositivos, com o intuito de “regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” (Brasil, 2003, art. 1o). Ele reafirma o direito da pessoa idosa a educação, cultura, lazer e esporte (art. 20), bem como regulamenta que o poder público criará oportunidades de acesso do idoso à educação (art. 21) e apoiará a criação de universidades abertas para as pessoas idosas (art. 25). Apesar disso, cabe ressaltar que muitos dos artigos ainda estão distantes da realidade da maioria da população idosa brasileira.

Couto (2016) avalia que, após todos esses anos transcorridos desde a promulgação do Estatuto e da PNI, os direitos dos idosos - o direito à vida, à proteção, à saúde, ao trabalho, à previdência social, à assistência social, à educação, à cultura, ao lazer, à moradia e ao voto - aparecem apenas nos relatórios, não tendo sido, ainda, apropriados pelos cidadãos e construídos de forma democrática. Camarano (2013) observa que apesar de o Estatuto considerar que os seus beneficiários são pessoas que estão na última fase da vida, o direito a uma morte digna não está dentre os assegurados.

De tal forma, o governo cria mecanismos que contribuem para a efetivação da PNI e a sua consequente atualização, tais como a criação do Estatuto do Idoso, e mais recentemente, a instituição da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI), em 2018, e do Pacto Nacional de Implementação de Direitos da Pessoa Idosa, em 2021.

Giacomin (2016) considera que para se promover a efetivação da PNI, bem como o seu aprimoramento, deve-se ocorrer o envolvimento da gestão, a disposição de refletir sobre a práxis e o debate sobre critérios e sanções positivas que premeiem ações com reflexos positivos sobre a condição de vida dos cidadãos na velhice. Nesse sentido, caminhando para um lado prático, a EBAPI, em um esforço do governo, lança luz sobre problemas e dificuldades conhecidas pela PNI e pelo Estatuto do Idoso, possibilitando a integração, em certo grau, da junção de informações dessa intersectorialidade da política.

2.1.3 A Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa

A Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, foi criada em 2018, sendo proposto pelo Governo Federal como um caminho para o envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável para as pessoas idosas, devendo os estados participarem de forma a sensibilizar, mobilizar e capacitar os municípios, que por sua vez, são responsáveis pela execução das ações que buscam transformar a realidade local.

A população-alvo da EBAPI é a população idosa vulnerável e, complementarmente, todas as pessoas idosas. Assim, a Estratégia afirma o compromisso com a efetividade do Estatuto do Idoso, a fim de garantir os direitos das pessoas idosas e propor políticas públicas para as especificidades dessa população e penalidades para as violações de direitos.

As bases de sustentação da Estratégia, constante em sua cartilha de apresentação divulgada pela Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, são: Centralidade e protagonismo das pessoas idosas ao longo da Estratégia; Envolvimento de unidades locais de assistência social, saúde e direitos humanos; Atuação conjunta de setores governamentais e instituições privadas na abordagem do envelhecimento e da pessoa idosa; Alinhamento ao conceito de desenvolvimento humano contido no Relatório Global sobre Desenvolvimento Humano de 2016 (PNUD); Observância das dimensões de avaliação de comunidades e cidades da metodologia da Organização Mundial da Saúde (OMS); Execução municipal orientada pelo Governo Federal e avaliada pelos Estados; Coordenação e avaliação da Estratégia, nos Estados e no Distrito Federal, pelas Secretarias de Estado de Assistência Social ou equivalentes.; Participação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, inclusive em validações; Reconhecimento da adesão e execução da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa pela concessão de um certificado contendo selos indicativos das fases cumpridas.

Sobre a forma de avaliação, a EBAPI sugere que os municípios abordem categorias adaptadas das dimensões de avaliação de comunidades e cidades propostas pela Organização Mundial da Saúde, sendo 8 categorias: ambiente físico; transporte e mobilidade urbana; moradia; participação; respeito e inclusão social;

comunicação e informação; oportunidades de aprendizagem, e; apoio, saúde e cuidado. É oferecida uma categoria extra, denominada de “escolhas locais”, pela Estratégia para que os municípios tenham flexibilidade para inserir ações que considerem não contempladas nas oito dimensões.

A EBAPI determina cinco fases para que o município consiga o certificado com o “selo ouro”, em reconhecimento ao compromisso firmado com a população idosa e a própria Estratégia. A Fase 1 é representada pelo “Selo Adesão”, recebida após a adesão do município à Estratégia. A Fase 2 é representado pelo “Selo Plano”, entregue após o município confirmar que possui um Conselho Municipal dos Diretos da Pessoa Idosa, realizar a capacitação de corpo técnico para a implementação da EBAPI no município, realizar levantamento quantitativo e inventário de ações e políticas voltadas à população idosa, denominado de “Diagnóstico Municipal”, e, por fim, a partir de achados do diagnóstico, deve elaborar um plano municipal da Estratégia, com as ações a serem executadas. A Fase 3, representado pelo “Selo Bronze”, entregue após discussão, aprovação, sanção e divulgação de lei do plano com a população. A Fase 4 é representado pelo “Selo Prata”, sendo a fase de execução do plano de ação municipal, devendo constar no mínimo oito ações obrigatórias, oito ações opcionais e de 4 ações de escolha local. Por fim, a Fase 5, representado pela entrega do “Selo Ouro”, ao qual um novo conjunto de ações devem ser realizados, com reavaliação anual das ações e metas dos planos.

É válido ressaltar que, a EBAPI tendo sido instituída em 2018, como forma de contribuir com os governos locais na integração de políticas públicas voltadas a pessoa idosa, em 2021 a EBAPI passou a compor as ações do Pacto Nacional de Implementação dos Direitos da Pessoa Idosa, sendo a mais recente proposta do governo federal, que consiste em levar qualidade de vida às pessoas idosas e promover o envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável.

De tal forma, nota-se a importância da EBAPI como ferramenta de sistematização das políticas voltadas para a população idosa em âmbito local. Tendo isso como base, passa-se a alinhar os conhecimentos sobre políticas da pessoa idosa, considerando as categorias de análise da EBAPI, com o processo de análise das políticas públicas, de forma mais abrangente.

2.2 Análise de Políticas Públicas

Os estudos sobre políticas públicas surgem nos Estados Unidos, no contexto pós Segunda Guerra Mundial, com um viés científico para a boa gestão governamental. Souza (2007) informa que a área surge academicamente sem relação com bases teóricas sobre o papel do Estado, passando diretamente para o enfoque nos estudos sobre a ação dos governos.

Souza (2006) elenca pelo menos três fatores que contribuíram para o aumento da visibilidade da área de políticas públicas:

- A adoção de políticas restritivas dos gastos públicos, sobretudo nos países em desenvolvimento. Assim, com tal restrição, pela forma como eram realizados os gastos e o aumento da eficiência, a área ganhou atenção dos governos e das universidades;
- A substituição das “políticas keynesianas”² por políticas de restrição de gastos. O ajuste fiscal hegemonizou a discussão, levando os governos a definirem como foco a relação entre receitas e despesas;
- A não formalização de coalizões pelos países em desenvolvimento. Os países da América Latina, sobretudo, não conseguiam formar coalizões para sustentar formulações de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento.

A análise de política pública, em conformidade com Dye (2002), busca responder três questões sobre o Governo: o que ele faz, por que faz, e que diferença isso faz. Sabatier (1991) sugere que o desenvolvimento de estudos de políticas públicas nos anos 60 nos EUA, com foco no processo de produção de políticas, propiciou o surgimento de um campo de política pública, “dando origem a várias teorias explicativas sobre a formulação, a implementação e sobre os efeitos das

² A doutrina Keynesiana ficou conhecida como uma “revisão da teoria liberal”. Nesta teoria, o Estado deveria intervir na economia sempre que fosse necessário, afim de evitar a retração econômica e garantir o pleno emprego. De acordo com Keynes, a teoria liberal-capitalista não disponibiliza mecanismos e ferramentas capazes de garantir a estabilidade empregatícia de um país. Segundo Keynes, o poder público deveria investir em áreas em que as empresas privadas negligenciavam.

políticas, as quais subsidiaram a aplicação de conhecimento no próprio processo” (FARAH, 2018).

De tal forma, ocorre uma ruptura de paradigma ao focar na análise de ação do Estado. Farah (2018) destaca que isso implica em descrever e explicar a ação estatal desenvolvida, bem como oferecer subsídios para essa ação. Ainda segundo a autora, Laswell, um dos fundadores das Ciências Políticas, destacava essa dupla face do novo campo, com uma concepção da política pública como um processo racional, passível de ser desenvolvido de forma científica e neutra.

Farah (2018) sintetiza, conforme Quadro 3, as principais inflexões nas abordagens teóricas desenvolvidas no campo de políticas públicas.

Quadro 3 - Sintetização das Abordagens Teóricas para Análise de Políticas Públicas

ABORDAGEM TEÓRICA	PRINCIPAIS AUTORES	ASPECTOS CENTRAIS DA TEORIAS
Racional-positivista	JOBERT; MULLER; LASWELL; FISCHER; MILLER; SIDNEY.	<ul style="list-style-type: none"> • Problema como fato a ser apreendido pelo pesquisador a partir de procedimentos científicos. • Comparação exaustiva de alternativas, com base em análise de custo-benefício. • Ciclo de política pública como uma sucessão lógica e cronológica de etapas. • A formulação (decisão) considerada a etapa fundamental do processo, da qual decorre a implementação (abordagem <i>top-down</i> da implementação). • A política escolhida é vista como “a” melhor alternativa.
Racionalidade limitada	SIMON;	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de limitações informacionais e cognitivas na definição do problema e no estudo de alternativas. • A política escolhida é a melhor diante das informações disponíveis e da capacidade de processamento de informações no estudo de alternativas.
Incrementalismo e Teoria do Ótimo Normativo	LINDBLOM	<ul style="list-style-type: none"> • Influência de fatores políticos e de valores no estudo de alternativas. • Limitações de tempo e de recurso dificultam o estudo exaustivo de alternativas. • As comparações se dão como um processo sucessivo e limitado. • A alternativa é escolhida com base em um processo de tentativa e erro. • O processo de formulação é incremental.

ABORDAGEM TEÓRICA	PRINCIPAIS AUTORES	ASPECTOS CENTRAIS DA TEORIAS
		<ul style="list-style-type: none"> • A alternativa é a possível (inclusive considerando fatores políticos) e não “a melhor” e ótima. • Influência de fatores extrarracionais.
Garbage Can	COHEN; MARCH; OLSEN	<ul style="list-style-type: none"> • Inversão da sequência problema-solução. • Diante de limitações das capacidades estatais, os gestores escolhem o problema a ser “resolvido”. • Soluções desenvolvidas anteriormente são buscadas numa “lata de lixo” para solucionar o problema escolhido.
Neo-institucionalismo	THERET; TAYLOR; HALL	<p>As abordagens podem ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escolha racional • Sociológico • Histórico <ul style="list-style-type: none"> • Os atores que tomam a decisão (formuladores) – selecionando a alternativa a ser adotada – são condicionados por instituições formais e informais (regras, incentivos...)
Abordagem cognitiva e ênfase a ideias	SABATIER; SCHLAGER; MINIMALISTA: KING; GOLDESTEIN; KEOHANE; EQUILIBRADA OU MODERADA: KINGDON; BARUMGARTEM ; JONES; INGRAM; SCHNEIDER MAXIMALISTA (FRAME): REIN; SCHON; ROE; MULLER; SUREL; PALIER.	<p>As abordagens podem ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Minimalista • Moderada • Maximalista (interpretativista e argumentativa) <ul style="list-style-type: none"> • Destaca o papel de ideias e valores na definição do problema e na escolha de alternativas. • Quadros interpretativos, referenciais ou frames estruturam a forma com que o ator percebe o mundo (e o problema público), servindo de referência para a análise e para a ação. • A política pública não é vista apenas como resposta a um problema público. • A própria política pública participa da construção de um quadro interpretativo que orienta as ações dos que tomam decisão. • Questiona a visão de ciclo e a abordagem “tecnocrática” do processo de política pública (racional-positivista). • Destaca a existência de controvérsias a respeito do “problema público”. • Enfatiza a complexidade do problema público. • Defesa da proximidade entre análise e prática e do compromisso e à deliberação baseada na argumentação.

ABORDAGEM TEÓRICA	PRINCIPAIS AUTORES	ASPECTOS CENTRAIS DA TEORIAS
Teorias sobre formação da agenda	PRESSMAN; WILDAVSKY; LIPSKY;	<ul style="list-style-type: none"> • Questionamento da concepção do problema público como um fato a ser apreendido pelo analista. • A definição do problema é influenciada por ideias e valores. • A própria definição do problema é objeto de disputa política.
	TEORIA DE MULTIPLOS FLUXOS: KINGDON. EQUILIBRIO PONTUADO: BAUMGARTNER ; JONES; MORTENSEN.	
Diversas teorias Contemporâneas	RITTEL; WEBBER;	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da ampliação do <i>locus</i> da produção de políticas – para além do Estado/governo. • Análise passa a incluir diversos atores que participam da formação da agenda, da formulação e da implementação das políticas (atores estatais e não estatais). • Análise considera a participação de diversos níveis de governo nas políticas públicas. • Mobilização de conceitos e abordagens que incorporam essas mudanças: rede, comunidade de política, comunidade epistêmica, <i>advocacy coalition</i>, entre outros. • Análise do processo de política pública em situações de mudança. • Desenvolvimento do conceito de governança e de governança multinível. • Estudos sobre coordenação federativa e relações intergovernamentais.
	TEORIA ATOR-REDE: LATOUR, CALLON E MOLL. FREDERICKSON ; SUBIRATS; GRAU-SOLÉS; ÍÑIGUEZ-RUEDA; RODHES; PETER; PIERRE; JORDAN; HAAS;	

Fonte: Adaptado de Farah (2018).

Nesse mesmo sentido, Souza (2007) faz um mapeamento dos principais modelos desenvolvidos e utilizados em pesquisas, no intuito de guiar os agentes no momento de elaborar e analisar uma política pública, conforme quadro abaixo.

Quadro 4 - Modelos de Análise de Políticas Públicas

MODELO	DESCRIÇÃO
TIPOLOGIA	Classificação das políticas em quatro tipos: distributivas, regulatórias, redistributivas e as políticas constitutivas. As políticas distributivas são aquelas que geram impactos mais individuais que gerais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. As regulatórias são similares às distributivas, mas implicam escolher a quem será “cedido” ou a quem será “privado” de algo, sendo os setores básicos da economia os mais

MODELO	DESCRIÇÃO
	afetados por essa política. As redistributivas são aquelas políticas que ditam condições gerais, porém, sem designar quem será o beneficiado ou prejudicado - é o que acontece no sistema tributário ou previdenciário, por exemplo. E por fim, as políticas constitutivas, que ampliam ou diminuem a jurisdição governamental, alteram em maior ou menor grau o exercício dos direitos dos cidadãos e restringem ou aumentam as opções de ação privada ou pública.
INCREM ENTALISM O	No incrementalismo considera-se a política pública como um processo incremental, pois os recursos governamentais para um programa não partem do zero e sim de decisões marginais que fortalecem os programas públicos existentes no decorrer do tempo. Dessa forma, as decisões governamentais seriam apenas incrementais e pouco substantivas.
LATA DE LIXO (GARBAGE CAN)	Os autores do modelo "lata de lixo", afirmam haver vários problemas e poucas soluções, por isso que as soluções para os problemas são feitas como se as alternativas estivessem em uma lata de lixo. Dessa forma, as soluções não são necessariamente criadas especificamente para o problema em questão, mas os decisores escolheriam uma alternativa dentre as diversas possíveis, uma que pudesse ser melhor aproveitada.
EQUILIBRIO PONTUADO	Esse modelo busca analisar a dinâmica política, focando nos mecanismos que levam às mudanças, permitindo compreender por que um sistema político pode agir de forma incremental, ou ainda, compreender as mudanças rápidas e radicais nas políticas públicas. Ressalta-se, baseado em Capella (2007), que tanto esse modelo quanto o modelo de coalizão de defesa proposta por Sabatier e Jenkins-Smith (1988) são utilizados para análise de mudança da agenda em longos períodos de tempo, o que não é o objetivo deste projeto.
COALIZÃO DE DEFESA	O modelo da coalizão de defesa tem uma visão diferente do ciclo da política, pois não explica por que mudanças ocorrem nas políticas. Segundo Souza (2006), nesse modelo, a política pública seria um conjunto de subsistemas estáveis que se articulariam com o contexto, já o contexto por sua vez conferiria os parâmetros para as sujeições e os recursos necessários de cada política pública. Cada subsistema que está integrado a uma política pública é composto por uma ou várias coalizões de defesa, que se distinguem pelos seus elementos de valores, crenças e ideias e pelos recursos de que dispõe. Ademais, os autores desse modelo afirmam que esses elementos são importantes no processo de formulação de políticas públicas, geralmente ignorados por outros modelos.
ARENA SOCIAL	A arena social é um modelo que analisa a política pública como iniciativa de empreendedores políticos, pois, para que algum problema da realidade ganhe visibilidade para fazer parte da agenda pública é preciso que as pessoas se convençam de que é preciso uma atitude para solucioná-lo. Segundo este modelo, existiriam três formas para que os decisores e formuladores de políticas públicas passassem a prestar atenção em algum problema: (a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema, (b) eventos tais como desastres e (c) informações que mostram as falhas da política atual (SOUZA, 2006).
CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA	O modelo de Ciclo da Política Pública, diferentemente, analisa as ações governamentais como um ciclo deliberativo, enfatizando a definição de agenda – o porquê de algumas questões serem incluídas na agenda enquanto outras não –. Algumas vertentes deste modelo conferem maior peso analítico aos participantes do processo decisório e outras ao próprio processo de

MODELO	DESCRIÇÃO
	formulação da política. Alguns estudos têm como ponto de partida a ideia de que as políticas públicas podem ser analisadas como um ciclo que perpassa diferentes fases: agenda, formulação, implementação e avaliação.

Fonte: Adaptado de Souza (2007)

Como pode ser observado no Quadro 4, são várias as opções possíveis para se realizar a análise de Políticas Públicas. Para este estudo, a escolha de análise é pelo ciclo de políticas públicas, ao qual Raeder (2014) coloca, por mais que tenha fragilidades reconhecidas, é uma abordagem que possui qualidades destacadas por vários autores que tratam do tema, sendo uma ferramenta analítica que contribui para tornar clara e didática a discussão do tema proposto.

Segundo Jann e Wegrich (2007), apesar de a análise por meio do ciclo de políticas públicas ser contestada e revista, a divisão do processo de análise da política pública em estágios feita por Laswell tornou-se um ponto de partida para o desenvolvimento de tipologias do processo político. Nesse sentido, Raeder (2014) reconhece cinco principais fases:

1. Percepção e definição de problemas.
2. Formação da agenda decisória.
3. Formulação de programas e projetos.
4. Implementação das políticas delineadas.
5. Monitoramento e avaliação das ações planejadas.

Não obstante o modelo de ciclo induzir que a análise seja feita de forma sequencial, reitera-se que as fases devem ser observadas como um recurso analítico para reconhecer os atores e os processos que permeiam as políticas públicas. Contudo, Raeder (2014) sugere utilizar-se, para maior clareza metodológica, a compreensão cronológica a fim de se traduzir a possibilidade de organizar a complexidade do que é uma política pública, perpassando a seguir por cada uma das etapas desse processo.

Independente das etapas e subdivisões, o modelo de ciclo da política pública indica um caminho a ser seguido por uma política, iniciando pela elaboração de uma agenda em que interesses e propostas são colocados para negociações, definindo preferências que são adaptadas ao projeto político governamental, seguido das

etapas de formulação de propostas, escolha de alternativas e implementação. Afinal, o processo de uma política, raramente, evolui sequencialmente e com demarcações claras de seu começo e término, pois as políticas são constantemente revistas, controladas, modificadas e, inclusive, canceladas. Uma vez mais, apesar das críticas ao modelo de ciclo de políticas públicas, entende-se que por meio dele é possível realizar uma análise em profundidade sobre o que este projeto se propõe a compreender, qual seja, a avaliação – considerando a sua importância e impacto nas etapas do ciclo de políticas.

Assim, ratifica-se que a fase de avaliação constante no ciclo da política pública mostrou-se o mais apropriado para a análise do objeto deste projeto, sendo assim, apresentado a seguir para melhor compreensão.

2.3 Avaliação de Políticas Públicas

A trajetória histórica do processo de avaliação iniciou-se centrado na mensuração dos fenômenos analisados, depois avançou em direção às formas de atingir resultados, evoluindo para um julgamento das intervenções, que segundo Rua (2014), não sendo somente quanto à sua eficácia e eficiência, mas também quanto à sua efetividade, sustentabilidade e outros aspectos, como a equidade, por exemplo. Ainda, Oliveira e Passador (2019) sugerem que, dada sua importância conceitual, metodológica e de desenvolvimento, a avaliação de políticas se insere na agenda de pesquisa contemporânea como ferramenta essencial para o aperfeiçoamento dessas, em todas as esferas de governo e no cenário global.

A partir das transformações do papel do Estado é que surge a necessidade ou o conceito de avaliação das políticas públicas governamentais. Segundo Rua (2014), isso surge por causa do esforço de reconstrução Pós-Segunda Guerra, quando se iniciou a adoção de políticas sociais e, por consequência, necessidade de analisar os custos e as vantagens das intervenções do Estado. A autora ainda destaca que a avaliação em todo o ciclo da política pública, a partir da década de 1980, assume a condição de instrumento estratégico.

É importante ressaltar que há uma grande quantidade de modelos de avaliação, variando entre modelos complexos e abrangentes a simples listas de

verificação. Alguns modelos adotam uma abordagem sistêmica, outros preferem o juízo profissional calcado na opinião de especialistas, há os que focam na comparação de dados de desempenho com objetivos delineados e outros adotam a pesquisa experimental cuidadosamente controlada (RAEDER, 2014). Dessa forma, segundo Rua (2014) a avaliação pode lançar mão de um conjunto de métodos de diagnóstico e análise, de técnicas de coleta de dados, como *surveys*, observação, entrevistas em profundidade, individuais ou em grupos focais, bem como de instrumentos, como questionários, formulários, roteiros de observação do arsenal próprio da pesquisa social. Ainda, segundo a autora, os modelos de avaliação não possuem um método de pesquisa específico, podendo assim adotar um ou combinar vários métodos, a serem selecionados de acordo com o foco da avaliação, a natureza do objeto avaliado, as restrições de tempo e custo.

Conceitualmente, essa avaliação formal que se faz, possui duas grandes dimensões: a técnica (de produzir ou coletar informações) e valorativa (que a partir das informações obtidas, à luz de critérios específicos, extrai conclusões acerca do valor da política, do programa ou projeto). Muito mais importante e proveitoso é apropriar-se da avaliação como um processo de apoio a um aprendizado contínuo, de busca de melhores decisões e de amadurecimento da gestão (RUA, 2014).

Analisando a trajetória histórica da avaliação, Rua (2014) aponta que os primeiros modelos ou o primeiro estágio da avaliação foi centrado na mensuração dos fenômenos analisados, avançando posteriormente em direção às formas de atingir resultados, até evoluir para um julgamento das intervenções não somente quanto à sua eficácia e eficiência, mas também quanto à sua efetividade, sustentabilidade e outros aspectos, como a equidade, por exemplo. Nesse mesmo sentido, Alves e Passador (2011), ao considerar a avaliação como forma de mensurar o desempenho de políticas ou programas, apontam pelo menos 3 critérios básicos para estruturação da análise a fim de mensurar os resultados obtidos:

- Eficiência - de origem econômica, com a menor relação custo-benefício possível;
- Eficácia - mede o grau em que as metas e os objetivos foram alcançados, e;

- Efetividade - dimensão mais ampla, pois analisa os aspectos econômicos, socioculturais, ambientais e institucionais. Ou seja, a efetividade mede tanto a quantidade quanto a qualidade das metas alcançadas pelo programa.

Diante do exposto, considerando que as avaliações encerram o ciclo da política pública ao fornecer subsídios para o início de um novo ciclo, é importante a compreensão das formas de abordagem de avaliação de políticas públicas, para se chegar a uma resolução do problema não equacionado ou indicar uma nova resolução das questões que a política objetivava resolver.

Raeder (2014) ressalta a importância de se expor claramente os parâmetros de avaliação para que esta etapa sirva adequadamente para a melhoria das atividades em curso e para a formação dos envolvidos mais diretamente com a política. De tal forma, a avaliação pode ser embasada por diagnósticos que verifiquem os impactos das ações empreendidas, fornecendo recursos informacionais preciosos para a formação de quadros ou ajustes de rotas nos projetos.

Assim, apresenta-se a seguir, no Quadro 5, as formas de avaliação comumente utilizadas, separando-as pelo tipo, natureza e momento de realização, com vistas a melhor direcionar os propósitos estabelecido neste trabalho.

Quadro 5 - Formas de Avaliação de Políticas Públicas

Tipos	Avaliação Externa	Realizada por pessoas de fora da instituição responsável pelo programa, em geral com experiência neste tipo de atividade. Entre as vantagens deste tipo de avaliação, podem ser citadas a isenção e objetividade dos avaliadores externos, que não estão diretamente implicados com o processo, além da possibilidade de comparação dos resultados obtidos com os de outros programas similares já analisados.
	Avaliação Interna	Realizada dentro da instituição responsável, com maior colaboração das pessoas que participam do programa. Citam-se como vantagens a eliminação da resistência natural a um avaliador externo, a possibilidade de reflexão, aprendizagem e compreensão sobre a atividade realizada dentro da instituição.
	Avaliação Mista	Procura combinar os tipos de avaliação anteriores, fazendo com que os avaliadores externos tenham contato estreito com os participantes do programa a ser avaliado, na tentativa de manter as vantagens e superar as desvantagens das avaliações apresentadas acima.

	Avaliação Participativa	Usada principalmente para pequenos projetos, prevê a participação dos beneficiários das ações no planejamento, na programação, execução e avaliação dos mesmos.
Natureza	Avaliações Formativas ou de Processos	Estão relacionadas à formação do programa. Adotadas durante a implementação, são voltadas para a análise e produção de informação sobre as etapas de implementação. Geram informações para os que estão diretamente envolvidos com o programa, com o objetivo de fornecer elementos para a realização de correções de procedimentos para melhorar o programa
	Avaliações Somativas ou de Impacto	Estão relacionadas à análise e produção de informações sobre etapas posteriores. São realizadas quando o programa está sendo implementado há algum tempo ou após a sua implementação, para verificar a sua efetividade e fazer o julgamento do seu valor geral
	Avaliação de Metas ou Resultados	Medem-se os efeitos e as consequências de dada política, determinando seu sucesso ou fracasso com base em mudanças efetivas nas populações beneficiadas. A mais tradicional entre as metodologias de avaliação, visando medir o grau de êxito que um programa obtém com relação ao alcance de metas previamente estabelecidas.
Momento da Realização	Avaliação <i>ex-ante</i>	Realizada ao começo de um programa, com o fito de dar suporte à decisão de implementar ou não a proposta e ordenar os vários projetos segundo sua eficiência para alcançar os objetivos determinados. O elemento central da avaliação <i>ex-ante</i> é o diagnóstico, que auxilia na alocação dos recursos disponíveis de acordo com os objetivos propostos.
	Avaliação <i>ex-post</i>	Realizada durante a execução de um programa ou ao seu final, quando as decisões são baseadas nos resultados alcançados. Neste tipo de avaliação, julga-se se um programa em execução deve continuar ou não, com base nos resultados obtidos até o momento.

Fonte: Elaborado pelo Autor, com base em Cohen e Franco (2004), Rua (2014) e Cunha (2018).

Dentre as diferentes formas de avaliações, considerando as características deste estudo, optou-se por combinar a forma de avaliação mista e *ex-post*, considerando que a pesquisa prevê a validação de informações da dinâmica de políticas públicas por agentes governamentais e não-governamentais, ou seja, dos executores das ações estudadas, caracterizando também a natureza dessa avaliação como somativa, pois a avaliação ocorre após a implementação das ações governamentais, por isso, uma avaliação *ex-post*.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são apresentados os procedimentos metodológicos empregados no desenvolvimento da investigação que privilegia uma abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa responde a questões bem particulares e que não podem ser quantificadas, ou seja, ela se permeia por significados e corresponde a um espaço profundo das relações e que não pode ser reduzido às operacionalizações variáveis (MINAYO, 2001). Ainda, objetiva proporcionar informações relevantes sobre o assunto investigado, procurando explicar o porquê das coisas.

3.1. Tipo de pesquisa

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por realizar uma pesquisa descritiva de cunho exploratório. A escolha por esse tipo de pesquisa se deu pela necessidade de se realizar a descrição das características e peculiaridades da situação da pessoa idosa, bem como a percepção de agentes públicos e privados no município estudado. As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Ademais, esse tipo de pesquisa pode ser entendido como um estudo de caso no qual, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação do efeito resultante em uma empresa, sistema de produção ou produto. (GIL, 2008; PEROVANO, 2014).

3.2. Objeto de estudo

O objeto do estudo é a Política da Pessoa Idosa do município de Viçosa (MG). Para a escolha da política levou-se em consideração o acelerado processo de envelhecimento observado no Brasil e a necessidade de pautar políticas para a população idosa e lidar com os desafios econômicos, políticos e sociais inerentes ao cenário brasileiro. Já a escolha da cidade foi intencional, considerando a sua

proximidade relacional com a Universidade Federal de Viçosa, com a qual realiza parcerias, inclusive para a implementação de ações com potenciais para qualificar a vida da pessoa idosa.

3.3. Procedimentos e técnicas de coleta de dados

Utilizou-se as técnicas de entrevista semiestruturadas e o método de análise documental como procedimentos de coleta de dados. Em se tratando da análise documental, foram seguidas as etapas de escolha e recolha dos documentos e de posterior análise.

A escolha da análise documental se deu pela possibilidade da avaliação de documentos que contêm informações sobre o fenômeno que se estuda bem como a obtenção de informações que não existem em livros. Ademais, por permitir acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, favorecendo a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, entre outros (DE OLIVEIRA GARCIA *et al.*, 2016; SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009).

Ainda, na etapa de escolha, decidiu-se por considerar todos os documentos encontrados que tratassem da formação da política municipal da pessoa idosa, por ser um objeto de estudo novo. Nas etapas seguintes, foram recolhidos e analisados documentos que se referem às normas jurídicas, orçamento público, publicações em jornais, revistas e sites oficiais e relatórios disponibilizados publicamente.

O documento de referência desse trabalho é o Diagnóstico Municipal produzido pela Comissão Municipal de Apoio à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa de Viçosa (MG) em março de 2020, gerado após adesão do município à EBAPI. O Diagnóstico é um processo de busca do conhecimento sobre a realidade do município, inclusive para identificar o potencial do poder público e do setor privado para contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas. Assim, tal documento foi tomado como referencial por conter informações como a caracterização do município no que se refere a aspectos demográficos, econômicos, sociais e culturais; ainda, por disponibilizar um inventário sobre programas, projetos, serviços e ações em curso voltados para a população idosa local; e por dispor de

informações que permitem uma avaliação do acesso e da qualidade dos serviços e ações prestados pelo município para essa população.

Cabe destacar que o pesquisador contribuiu com o processo de levantamento de informações para o diagnóstico, coletando dados e realizando entrevistas presenciais e online, no período de janeiro a março de 2020, com seis agentes públicos, sendo 2 servidores municipais ligados à Secretaria de Saúde, 3 ligados à Secretaria de Assistência Social e 1 ligado à Secretaria de Transporte. Entrevistou também 2 agentes privados ligados ao Conselho do Idoso e ao Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI).

Considerando o tempo transcorrido, a mudança da gestão municipal e a necessidade de validação das informações contidas no diagnóstico, novas entrevistas foram realizadas em novembro de 2021, com a participação de 4 agentes públicos, servidores municipais ligados às Secretarias de Saúde, de Assistência Social, de Educação e Cultura e 2 agentes privados ligados ao Conselho do Idoso do município.

3.4. Análise e interpretação dos dados

Visando descrever e interpretar o conteúdo das mensagens em busca de respostas para o problema da pesquisa e colaborar com a produção de conhecimento teórico relevante para a área em questão, empregou-se o método de análise de conteúdo para a análise e interpretação dos dados coletados (KRIPKA, SCHELLER e BONOTTO, 2015).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que permitem a avaliação de dados de comunicação. É uma forma de sistematizar e compreender em profundidade e de descrever o conteúdo contido em mensagens (BARDIN, 2011).

A técnica empregada neste estudo foi a de análise categorial, a qual funciona pelo desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos que permitam inferências sobre o conteúdo analisado. Este tipo de análise é composto pelas fases de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (BARDIN, 2011).

Nas fases de pré-análise e exploração do material, foram organizados os documentos componentes do *corpus* da pesquisa e definidas as categorias de análise e as unidades de registro. Para esta definição foram consideradas as dimensões propostas pela EBAPI, em conformidade com o referencial teórico consultado.

Na fase final, de tratamento dos resultados, ocorreram as interpretações e inferências, descritas na próxima sessão, por meio da análise dedutiva das dimensões, categorias e unidades estabelecidas, a partir da codificação dos documentos analisados pelo aspecto semântico dos textos.

Para auxiliar a operacionalização da pesquisa e o levantamento das ações, projetos e programas que confirmam a política da pessoa idosa em Viçosa, utilizou-se como ferramenta de sistematização a EBAPI.

As dimensões de análise apresentadas na Quadro 6 foram pautadas nos Guias de implementação da EBAPI e dizem respeito a:

Quadro 6 - Dimensões da EBAPI

Dimensões da Estratégia	Descrição
Ambiente Físico	Relação e qualidade dos espaços disponíveis para as pessoas idosas, para a sua socialização e integração na vida pública (iluminação, calçamento, praças com bancos, pontos de encontros comunitários etc.).
Transporte e Mobilidade Urbana	Ações para garantia da gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, a partir dos 65 anos; para melhorar a acessibilidade no transporte público; para capacitação de funcionários do transporte público para a compreensão do processo de envelhecimento, entre outras.
Moradia	Relação de ações e serviços que priorizem a aquisição de moradias por pessoas idosas; relação de campanhas sobre acessibilidade e segurança nas moradias, bem como sobre sustentabilidade (economia de água, luz, etc.); entre outros.
Participação	Identificação de espaços que possibilitem a participação efetiva das pessoas idosas na sociedade, participação cívica e emprego. Como exemplos, estão espaços onde se tomam decisões de seu interesse e onde se discutem as garantias dos seus direitos (como conselhos, fóruns, conferências, associações e outros), espaço no mercado de trabalho (empresas que empregam pessoas idosas ou setores públicos para trabalhos remunerados ou voluntários).
Respeito e Inclusão Social	Disseminação das prioridades dispostas nas Leis n.º 10.048/2000 (atendimento prioritário) e n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso),

Dimensões da Estratégia	Descrição
	inclusive a prioridade especial (maiores de 80 anos); Estimular a manutenção e a ampliação de vínculos sociais (amigos, vizinhos, profissionais), além dos vínculos familiares; entre outros.
Comunicação e Informação	Identificação de ações de divulgação de assuntos de interesse da população idosa; divulgação de serviços e benefícios para a população idosa; divulgação de atividades culturais e de lazer locais, com divulgação do direito à meia-entrada para pessoa idosa, entre outras.
Oportunidades de Aprendizagem	Identificação de atividades formativas e informativas destinadas às pessoas idosas, como alfabetização; identificação de projetos de inclusão digital e socialização das pessoas idosas; identificação de cursos disponibilizados que empoderem a pessoa idosa em diversas áreas (educação financeira; preparação para a aposentadoria, entre outros), entre outras.
Apoio, Saúde e Cuidado	Identificação de instituições governamentais e não governamentais que prestam assistência à pessoa idosa em âmbito municipal; relação de serviços do Sistema Único de Assistência Social ofertados à população idosa; Identificação de políticas e ações para melhorar a qualidade de atendimento da pessoa idosa nas unidades de saúde, entre outras.
Escolha Local	Dimensão criada pela EBAPI para incluir outras ações que são específicas dos municípios, considerando as suas particularidades

Fonte: Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa – Guia 3 (2018)

Reitera-se que as dimensões da EBAPI, conforme apresentadas, são tratadas nessa pesquisa como categorias de análise de conteúdo, pois, tendem a colaborar para identificar e reunir ações dos setores governamentais, organismos internacionais e instituições públicas e privadas para atingir os seus objetivos, incentivando o incremento de uma rede de proteção à pessoa idosa nos municípios, criando oportunidades para inovar na gestão pública e torná-la protagonista nos processos políticos. Elas foram adaptadas do modelo da Organização Mundial de Saúde para a realidade brasileira.

4. ANÁLISE SITUACIONAL

A análise será dividida em três partes. Primeiramente serão levantadas informações sobre a população idosa no município de Viçosa. Em seguida, serão realizados levantamentos para caracterização da política da pessoa idosa instituída. Por fim, será realizada uma análise da política municipal da pessoa idosa, tendo como referência a EBAPI.

4.1. O Município de Viçosa e a sua População Idosa

Localizado na mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais, o município de Viçosa possui área territorial de 299,418 km², com densidade demográfica de 241,20 hab/km² (IBGE CIDADES, 2010). Na década de 2000, houve um crescimento médio anual da população de 1,08%, ou seja, abaixo da taxa média do Brasil, com 1,17% de crescimento. Nesta mesma década, houve também crescimento da taxa de urbanização, passando de 92,19% para 93,19%.

No ano 2010, viviam no município 72.220 pessoas (ATLAS BRASIL, 2010), sendo 37.219 (51,54%) mulheres e 4.915 (6,81%) residiam na área rural. Somente 88,5% dos domicílios particulares permanentes tinham saneamento adequado (IBGE CIDADES, 2010). A população estimada para o ano de 2021 é de 79.910 habitantes. (IBGE, 2010).

No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 5,8 anos na última década, passando de 72,1 anos, em 2000, para 78 anos, em 2010 (ATLAS BRASIL, 2010). Esse limite etário é superior ao do estado de Minas Gerais (75,5 anos) e do Brasil (73,9) no mesmo período (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020). Por outro lado, a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade), passou de 22,6 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 11,1 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010, valor abaixo do estabelecido pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo os quais a mortalidade infantil no país deveria estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. (ATLAS BRASIL, 2010).

Em relação ao perfil socioeconômico do município, o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes em 2021 foi de R\$ 1.557.425.980,00 (valor 3,28% superior ao do ano anterior – R\$ 1.507.900.850,00), e o PIB per capita em 2021 foi de R\$ 19.869,94. (IBGE CIDADES, 2021).

O salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 3,2 salários mínimos no ano de 2021, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 29,9%. A taxa de desemprego da população com 16 anos ou mais foi de 6,32% em 2010, e, em 2000, a taxa de desemprego foi de 10,81%, o que demonstra uma redução ao longo dos anos. (DATASUS, 2010).

No ano de 2010, o rendimento médio das pessoas idosas, com idade entre 60 e 69 anos, era de R\$ 2.127,91 e das pessoas idosas com 70 anos ou mais era de R\$ 765,57. Além disso, os dados apontavam a existências de 960 pessoas idosas residentes em Viçosa que nunca tinham frequentado a escola. Neste mesmo ano, foi registrada uma taxa de analfabetismo de 20,1%. (IBGE CIDADES, 2010).

No que diz respeito à assistência social e à saúde, o município conta com dois Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), um Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), e seis Centros de Convivência, conforme registro no CadSUAS (2020). Além disso, o município possui quatro unidades de atendimento aos idosos (Grupo Idosos Felizes (CRASSul); Grupo Saúde Vida (PMTI); Clube da Vovó (CRASNorte) e Lar dos Velinhos (ILPI) e, em março de 2020, 126 idosos encontravam-se registrados como participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

No ano de 2020, existiam no município 2.479 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, conforme dados da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, do Ministério da Cidadania. Essas famílias equivalem a, aproximadamente, 8,20% da população do município e incluem 784 famílias que, sem o programa estariam em condição de extrema pobreza (Ministério da Cidadania, 2019a). Especificamente sobre o Programa Bolsa Família, do ano de 2019, o município possuía 10.678 famílias inscritas no Cadastro Único, das quais 6.346 (59,43%) tinham renda igual ou inferior a meio salário mínimo.

Segundo os dados do Ministério da Cidadania (2019a), a cobertura do Programa Bolsa Família no município se encontra abaixo da meta de atendimento,

sendo de 70% em relação à estimativa de famílias pobres no município. Assim, em relação ao Cadastro Único (CadÚnico), conforme Tabela 1, 31,60% da população estimada de Viçosa, em dezembro de 2019, encontravam-se inscritos na base. Comparativamente, no Brasil este percentual era de 36,36% e no estado de Minas Gerais era de 33,22%, o que demonstra que a situação de vulnerabilidade econômica dos residentes em Viçosa, ainda que seja menor que o percentual de Minas e do Brasil, aproxima-se da realidade dos demais municípios de uma forma geral.

Tabela 1: Tabela 1 - Proporção da população inscrita no CadÚnico em relação a população estimada de 2019 do Brasil, Minas Gerais e Viçosa.

	População total estimada	População inscrita no CadÚnico	Proporção %
Brasil	210.147.125	76.417.354	36,36%
Minas Gerais	21.168.791	7.031.984	33,22%
Viçosa	78.846	24.915	31,60%

Fontes: IBGE Cidades, 2019; e TabCad SAGI/MC, 2019.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Viçosa, em 2010, o IDH era de 0,775, o que colocava o município na 11^a posição entre os 853 municípios mineiros. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM Alto (entre 0,700 e 0,799) do município foi a Longevidade, com índice de 0,883, seguida de Renda, com índice de 0,758, e da Educação, com índice de 0,696 (ATLAS BRASIL, 2010).

4.1.1. A população idosa no município de Viçosa

A população idosa do município de Viçosa apresentou um crescimento importante desde o censo de 2000, passando de 5.291 habitantes (8,16% da população total) para 8.068 (11,17%) em 2010. Do total de idosos residentes no município em 2010, 3.581 eram homens (44,39%) e 4.487 eram mulheres (55,61%). Neste mesmo ano, 901 idosos não tinham renda, sendo que, desses, 17,32% eram mulheres. (IBGE Cidades, 2010).

O percentual de idosos que receberam Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi de 5,91% em 2016; 5,68% em 2017; e 5,46% em 2018. O que equivale, aproximadamente, a 652 idosos beneficiários do BPC, conforme dados do CadÚnico do mês de dezembro de 2019. Esses mesmos dados (Tabela 2) apontam que do total de 24.915 pessoas inscritas no Cadastro Único no município, 2.723 (10,93%) tinham 60 anos ou mais. Em nível nacional, este percentual ficava em 10,43%, enquanto o índice alcançava 12,54% no estado de Minas Gerais, revelando uma proporção aproximada à realidade estadual e federal. (FIOCRUZ, 2010; MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019b).

Tabela 2 - Proporção da população idosa em relação à população total inscrita no CadÚnico.

	Inscritos no CadÚnico	Idosos inscritos no CadÚnico	Proporção %
Brasil	76.417.354	7.974.006	10,43%
Minas Gerais	7.031.984	882.162	12,54%
Viçosa	24.915	2.723	10,93%

Fontes: Adaptado de IBGE Cidades (2019), e TabCad SAGI/MC (2019)

Em relação às condições de saúde da população idosa no município, dados do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas Públicas do Idoso (SISAP-Idoso, 2020) informam que o número de óbitos de pessoas idosas por causa consideradas evitáveis, entre 2010 e 2017, não sofreu grandes alterações, girando em torno de 52 óbitos por ano.

Em relação à cobertura vacinal contra gripe, houve crescimento no período de 2010 a 2018, passando de 74,39% em 2010 para 109,1% em 2018. Evidencia-se no SISAP-Idoso que o número de notificações de violência contra a pessoa idosa no período de 2010 a 2017 teve variações, de 2013 a 2014 o número passou de 32 para 5, entretanto, voltou a aumentar em 2015, como se observa na Tabela 3 (FIOCRUZ, 2020).

Tabela 3 - Evolução do número de notificações de violência contra idosos no período de 2010 a 2017, no município de Viçosa.

ANO	NÚMERO DE NOTIFICAÇÕES
2010	11
2011	35
2012	33
2013	32
2014	5
2015	27
2016	33
2017	28

Fonte: FIOCRUZ, 2020.

Conhecido o perfil do município de Viçosa e da sua população idosa passa-se à política da pessoa idosa no município de Viçosa, contemplando a legislação, as ações, atividades, programas e projetos realizados, identificados a partir de documentos coletados e das entrevistas com atores da gestão municipal e agentes envolvidos na política pública referenciada.

4.2. A política da Pessoa Idosa no Município de Viçosa (MG)

Utilizando a EBAPI como ferramenta para elucidação da política da pessoa idosa no município de Viçosa (MG), foram levantadas as legislações, assim como as ações, projetos e programas implementados.

Para apresentação do resultado em termos de caracterização da política local da pessoa idoso, a legislação municipal voltada para esta população será apresentada em ordem cronológica e as ações, projetos e programas serão agrupados por dimensões da EBAPI. De tal modo os primeiros resultados, com quais se busca caracterizar a política da pessoa idosa no município de Viçosa serão divididos em:

- Normatização da Política da Pessoa Idosa no Município de Viçosa (MG).

- Ações, projetos e programas direcionados para a melhoria da qualidade de vida da população idosa, implementados no Município de Viçosa (MG)

4.2.1 Normatização da Política da Pessoa Idosa no Município de Viçosa (MG)

Antes de apresentar o levantamento realizado, em termos de normas jurídicas que amparam as ações, projetos e programas voltados à pessoa idosa no município de Viçosa (MG), faz-se necessário destacar que na República Federativa Brasileira os municípios dispõem de autonomia para legislar de acordo com as suas necessidades e pretensões, mas que as suas normas não devem sobrepor à legislação estadual e federal.

Conforme se observa no Apêndice 1 – Legislação do Estado de Minas Gerais Sobre a Política da Pessoa Idosa, há uma vasta legislação que orienta os municípios mineiros para a proteção e garantias de direitos da pessoa idosa, desde 1992. Legislação que harmoniza com as normas federais já apresentadas no referencial, especialmente em relação aos marcos normativos brasileiros: Constituição Federal de 1988, Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso.

Em se tratando do município de Viçosa, como se nota no Quadro 7, a partir da criação do Conselho Municipal de Assistência Social, em 1995, inauguram-se ações públicas com a participação da sociedade civil e o tema da pessoa idosa entra para a pauta das discussões políticas, sendo intensificado em 2001, com a criação do Conselho Municipal do Idoso.

Quadro 7 - Normas jurídicas do município de Viçosa (MG) que beneficiam a pessoa idosa.

ANO	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVO
1995	LEI Nº 1.104/1995.	Cria O Conselho Municipal Da Assistência Social e dá outras providências. Conforme Artigo 3º: O CMAS terá composição paritária entre o Governo e a sociedade civil organizada, e será constituído de 12 membros efetivos, assim discriminados: II - Seis representantes da sociedade civil organizada, escolhidos por seus pares: j) representantes das associações de idosos;

ANO	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVO
1998	LEI Nº 1264/98	Dispõe sobre a celebração de convênios entre o poder público e entidades da sociedade civil do município, sem fins lucrativos, para a promoção de ações no âmbito da política pública de assistência social Conforme Artigo 5º: As ações de assistência social deverão produzir condições para alcance de padrões sociais básicos, priorizando o atendimento à criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência física.
2000	LEI Nº 1374/2000	Modifica redação da Lei nº 1.104/95 Conforme Artigo 3º: O CMAS terá composição paritária entre o Governo e a Sociedade Civil organizada e será constituído de 12 (doze) membros efetivos, assim discriminados: II - Seis representantes da Sociedade Civil: b) um representante de entidades de atendimento aos idosos;
2000	LEI Nº 1.383/2000	Institui o Plano Diretor de Viçosa Conforme Artigo 16: São diretrizes da política de ação social. III - promover programas que visem ao bem-estar das crianças, dos adolescentes, dos idosos, dos portadores de necessidades especiais, dos portadores de doenças infecto- contagiosas e dos toxicômanos;
2001	LEI Nº 1.448/2001	Cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.
2001	LEI Nº 1468/2001	Institui o código de saúde do município de viçosa. Conforme Artigo 15: Devem ser adotadas medidas de atenção especial conforme normas técnicas especiais e/ou legislação específica, abrangendo: V - Assistência aos idosos;
2004	LEI Nº 1580/2004	DÁ NOVA REDAÇÃO À LEI Nº 1448/2001, DE 20 DE AGOSTO DE 2001, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
2005	LEI Nº 1713/2005	Objetivo de atender as famílias que, comprovadamente, estejam em condições de extrema pobreza e que necessitem da intervenção da Assistência Social, de forma a desenvolver um trabalho socioeducativo diferenciado do pragmatismo e assistencialismo dedicados às famílias atendidas.
2005	LEI Nº 1716/2005	Altera a Lei nº 1.318/99, que dispõe sobre o atendimento de usuários nos estabelecimentos bancários no município de Viçosa, e dá outras providências Conforme Serão igualmente consideradas infrações administrativas nos termos desta lei: I - Não facilitar ao usuário idoso, portador de deficiência física e a gestante, o acesso sem obstáculos aos serviços de caixa preferencial, por meio de instalação destes no andar térreo, com acesso por meio de rampas ou equipamentos que permitam a acessibilidade;
2006	LEI Nº 1772/2006	Dispõe sobre o tempo de atendimento ao público nos atendimentos bancários e dá outras providências em defesa do consumidor Conforme Artigo 9º: Os estabelecimentos bancários que não disponibilizarem caixas exclusivos em andar térreo, aos usuários idosos, portadores de necessidades especiais e gestantes, ou que impuserem acessibilidade aos usuários comuns, via escadas que ofereçam perigo, ou estejam em desconformidade com o Código de Obras ou Código de Posturas do Município, estarão cometendo infrações administrativas passíveis de sanções previstas neste Lei.

ANO	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVO
2007	LEI Nº 1827/2007	cria o Programa Renda Mínima no Município de Viçosa e dá outras providências Conforme Artigo 3º: Constituem beneficiários do Programa Renda Mínima: I - famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza, priorizando aquelas que tenham idosos e/ou crianças de até 5 (cinco) anos e 11 (onze) meses; Artigo 6º: A concessão do benefício dependerá do cumprimento das condicionalidades relativas ao exame pré-natal das gestantes, ao acompanhamento nutricional das crianças de até 5 anos e 11 meses e ao acompanhamento de saúde dos idosos e participação em programas oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, que promoverá a inclusão social.
2007	LEI Nº 1828/2007	Dispõe sobre o reconhecimento e funcionamento do Programa Municipal Da Terceira Idade de Viçosa e dá outras providências.
2007	LEI Nº 1842/2007	Determina atendimento preferencial nos supermercados, drogarias e similares Conforme Artigo 1º: Ficam os supermercados, armazéns, estabelecimentos varejistas de hortifrutigranjeiros, drogarias e similares obrigados a destinar atendimento preferencial às seguintes pessoas: I - idosos com idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher;
2008	LEI Nº 1892/2008	Dá nova redação a Lei nº 1.580/2004 Conforme Artigo 1º: Esta Lei dispõe sobre a política municipal do idoso e as normas gerais para sua definição e adequação, bem como a estrutura de atendimento objetivando defender os direitos de cidadania e preservar a integridade do idoso.
2010	LEI Nº 2083/2010	Dispõe sobre a criação do Serviço Voluntário no Município de Viçosa, e dá outras providências. Conforme Artigo 2º: A organização Municipal do Serviço Voluntário primará pelas seguintes atividades: IV - cuidados com o idoso;
2011	LEI Nº 2198/2011	Altera dispositivos da Lei nº 1.892/2008, que dispõe sobre a Política Municipal Do Idoso e as normas gerais para sua definição e adequação, bem como a estrutura de atendimento objetivando defender os direitos de cidadania e preservar a integridade do idoso e dá outras providências. Conforme
2012	LEI Nº 2233/2012	Reestrutura a Política Municipal do Idoso
2013	LEI Nº 2330/2013	Regulamenta a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social do município de Viçosa e dá outras providências. Conforme Artigo 4º: O acesso aos benefícios eventuais instituídos por esta Lei é garantido às famílias cujos membros tenham renda per capita mensal igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente no País, considerados para esse cálculo todos os membros da família, inclusive idosos e incapazes e crianças de qualquer idade.
2013	LEI Nº 2335/2013	Dispõe sobre alteração do art. 9º da Lei nº 1.892/2008 e dá outras providências.
2014	LEI Nº 2409/2014	Altera artigos da Lei nº 1.892/2008 e dá outras providências.

ANO	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVO
2015	LEI Nº 2484/2015	Dispõe sobre a reserva de vagas aos idosos, nos estacionamentos públicos e privados no Município de Viçosa e dá outras providências.
2015	LEI Nº 2526/2015	Dispõe sobre a materialidade e gestão do Programa Municipal de Políticas sobre Drogas de Viçosa - PROMAD; determina normas de utilização dos recursos do Fundo Municipal de Políticas Antidrogas criado pela LEI Nº 2.148/2011 e altera a Lei nº 2.148/2011 e dá outras providências. Conforme Artigo 2º: O PROMAD adota as linhas propostas pela Política Nacional sobre Drogas e será desenvolvido por meio de projetos de: II - tratamento, recuperação e reinserção social: a) desenvolver, adaptar e implementar diversas modalidades de tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional dos dependentes químicos e familiares às características específicas dos diferentes grupos: crianças e adolescentes, adolescentes em medida socioeducativa, jovens, mulheres, gestantes, idosos, pessoas em situação de risco social, portadores de qualquer comorbidade, população carcerária e egressos, trabalhadores do sexo e populações indígenas, por meio da distribuição descentralizada de recursos técnicos e financeiros.
2016	LEI Nº 2537/2016	Altera a Lei nº 2.484/2015 que dispõe sobre a reserva de vagas para idosos, nos estacionamentos públicos e privados no Município de Viçosa e dá outras providências.
2016	LEI Nº 2549/2016	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fixação da frase "DESRESPEITAR, NEGLICENCIAR OU PREJUDICAR IDOSOS É CRIME", nos ônibus, repartições públicas municipais, postos de saúde, PSFs, hospitais e estabelecimentos bancários.
2016	LEI Nº 2588/2016	Institui a Política Municipal do Idoso no Município de Viçosa e dá outras providências.
2016	LEI Nº 2598/2016	Altera a redação do art. 8º, inciso IX da Lei Municipal nº 2.588/2016 e dá outras providências. Conforme Artigo 8º: IX - Na área do transporte: a) assegurar aos idosos que possuam 65 (sessenta e cinco) anos ou mais a gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos; b) assegurar a emissão e distribuição do Cartão Passe Livre aos idosos que se enquadrem na regra da alínea anterior;
2017	LEI Nº 2640/2017	Dispõe sobre alteração dos artigos 25 e 30 da Lei nº 2588/2016, Institui a Política Municipal do Idoso no Município de Viçosa e dá outras providências.
2017	LEI Nº 2658/2017	Dispõe sobre a criação do Serviço de Estacionamento Rotativo para veículos nas vias públicas e disciplina os estacionamentos privados no Município de Viçosa e dá outras providências. Conforme Artigo 13: Ficam isentos do pagamento da tarifa de utilização do Serviço de Estacionamento Rotativo pago: IV - as pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais e as pessoas com deficiência, considerando os Princípios da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, respectivamente, pelo período de 60 (sessenta) minutos; Artigo 16: Parágrafo único. Não será

ANO	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVO
		permitida a permanência da caçamba estacionária em estacionamentos destinados a motos, carga e descarga, vagas especiais para idoso e pessoa com deficiência e áreas de segurança
2017	LEI Nº 2670/2017	Cria a Comissão Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT e dá outras providências. Conforme Artigo 4º: A Comissão Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT será composta pelos seguintes membros: XV - um representante dos membros do Conselho Municipal do Idoso;
2018	LEI Nº 2727/2018	Dispõe sobre a alteração dos artigos da Lei Municipal nº 1.368, de 08 de setembro de 1999, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreira dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal, e dá outras providências. Conforme Artigo 97: Parágrafo único. Entende-se por Educação em Tempo Integral, para os fins desta Lei, a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos, através da efetiva socialização do acesso aos saberes, à ciência, à tecnologia, ao esporte, à cultura, pesquisa, lazer, ao convívio com a diversidade de gênero, de raça, de gerações, identidade, meio ambiente, com os pares, os idosos, para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, adolescentes e jovens.
2019	LEI Nº 2.794/2019	Dispõe sobre a concessão de subvenção social às entidades sem fins lucrativos do município de Viçosa, para o exercício de 2020 e dá outras providências. Repasse de R\$ 51.144,36 ao Lar dos Velinhos.
2020	LEI Nº 2.798/2020	Altera dispositivos da Lei nº 2.658/2017 e dá outras providências. Conforme Artigo 5º: Os incisos IV e V do artigo 13 da Lei nº 2.658/2017 passa a vigorar com a seguinte redação: "IV - os veículos com as pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais, considerando os princípios da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, pelo período de até 120 (cento e vinte) minutos, desde que nas vagas reservadas para idosos e devidamente identificados;
2020	RESOLUÇÃO Nº 6, 19/12/2012	Dispõe sobre a criação do parlamento do idoso no âmbito da câmara municipal de viçosa e dá outras providências.
2020	RESOLUÇÃO Nº 6, DE 11/10/2017	Dispõe sobre o regimento interno do parlamento do idoso no âmbito da câmara municipal de viçosa e dá outras providências.
Fonte: Elaboração Própria		

Como se observa, a legislação no município é vasta, intensificada nos anos 2000, demonstrando uma preocupação constante da administração pública com as questões relacionadas ao envelhecimento e com a qualidade de vida da população idosa. Algo que se nota também a partir do levantamento realizado das ações, serviços, projetos e programas implementados no município.

4.2.2 Ações, projetos e programas direcionados para a melhoria da qualidade de vida da população idosa, implementados no Município de Viçosa (MG).

O levantamento das ações, serviços, projetos e programas desenvolvidos no município de Viçosa, que tenham como objetivo melhorar as condições de vida da população idosa, foi organizado para fins deste estudo de acordo com as nove dimensões propostas pela Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa, sendo elas as categorias de análise:

- a. Ambiente Físico;
- b. Transporte e Mobilidade Urbana;
- c. Moradia;
- d. Participação;
- e. Respeito e Inclusão Social;
- f. Comunicação e Informação;
- g. Oportunidades de Aprendizagem;
- h. Apoio, Saúde e Cuidado, e;
- i. Escolha Local.

Além da identificação das ações, buscou-se identificar o órgão público responsável por provê-las, apresentados a seguir em conjunto com os quadros referentes a cada dimensão. Considerando o tempo transcorrido entre o levantamento das informações e a finalização desse trabalho, bem como a alteração da gestão municipal, ressalta-se que as informações das ações, serviços, programas e projetos realizados pela gestão anterior foram disponibilizadas aos funcionários da gestão municipal 2021-2024, para validação de cada dimensão.

A. AMBIENTE FÍSICO

Com o levantamento das ações, projetos e programas relacionados ao ambiente físico, buscou-se identificar iniciativas que qualificam os espaços públicos

disponíveis para as pessoas idosas. Iniciativas que estimulem a socialização e integralização na vida pública (EBAPI, 2018). As iniciativas foram sistematizadas e apresentadas no Quadro 8.

Quadro 8 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Ambiente Físico”.

AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL
Reestruturação de praças com disponibilização de jogos (xadrez e dama)	Prefeitura Municipal
Ambiente físico onde se realiza o SCFV- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Grupo “Idosos Felizes”)	Secretária Municipal de Assistencial Social
Asfaltamento de ruas no bairro Nova Viçosa, além de ruas de outros bairros.	Prefeitura Municipal
Operação tapa-buracos	Secretaria de Obras
Trabalho de recuperação das estradas rurais	Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural
Projeto de Iluminação de LED por toda cidade	Prefeitura Municipal
Manutenção de 700 pontos de luz	Defesa civil
Reinauguração da praça Dr. Cristovão Lopes de Carvalho	Prefeitura Municipal

Fonte: Elaboração própria

São ações, serviços, projetos ou programas que diretamente ou indiretamente impactam a vida das pessoas idosas, tais como a reinauguração ou reforma de praças, disponibilizando espaço para jogos de tabuleiro ou até mesmo a disponibilização de espaço físico somente para idosos, como o espaço de convivência do grupo “Idosos Felizes”. A população em geral da cidade é beneficiada com seus ambientes mais iluminados e com ruas sem buracos, diminui-se o risco de quedas eminentes, principalmente para as pessoas idosas.

B. TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

As iniciativas esperadas para esta dimensão dizem respeito às ações para garantia da gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, a partir dos 65 anos; para melhorar a acessibilidade no transporte público; para

capacitação de funcionários do transporte público para a compreensão do processo de envelhecimento, entre outras (EBAPI, 2018). As ações identificadas são apresentadas no Quadro 9.

Quadro 9 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Transporte e Mobilidade Urbana”.

AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL
Vaga prioritária para idosos nos estacionamentos. Em 2019 foram criadas 44 novas vagas para idosos e pessoas com necessidades especiais.	DIRETRAN
Ruas com faixas de pedestres elevadas	Conselho Nacional de Trânsito (CONATRAN)
Gratuidade para as pessoas idosas no transporte coletivo	Viação União em parceria com a Prefeitura Municipal de Viçosa
Os semáforos da cidade recebem manutenção preventiva e corretiva	Diretoria de Trânsito- DIRETRAM
Realização da Semana Nacional do Trânsito	Diretoria de Trânsito- DIRETRAM
Oficina de Educação no trânsito para idosos	Diretoria de Trânsito em parceria com a Universidade Federal de Viçosa - UFV
Realização de blitz educativa no trânsito	Parlamento do Idoso, Conselho da Pessoa Idosa e Câmara Municipal

Fonte: Elaboração própria

A intergeracionalidade existente no trânsito e na mobilidade urbana, requer ações e programas voltados à população geral, beneficiando assim também a população idosa, ao propiciar cidadãos mais conscientes sobre o respeito e sobre os direitos dessa população, seja por vagas preferenciais, seja pela gratuidade no uso de transportes coletivos.

C. MORADIA

Em relação à moradia, foi realizado o levantamento de ações e serviços que priorizem a aquisição de moradias por pessoas idosas; relação de campanhas sobre acessibilidade e segurança nas moradias, bem como sobre sustentabilidade (economia de água, luz etc.); entre outros (EBAPI, 2018). As iniciativas mapeadas se encontram representadas no Quadro 10.

Quadro 10 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Moradia”.

AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL
Distribuição de material de reforma para as famílias que tiveram suas residências danificadas pela chuva	Secretaria de Assistência Social
Regularização dos imóveis de moradores do bairro Cidade Nova gratuitamente	PMV, CEJUSC e Univiçosa
Realização de obras nas casas das famílias que residem na zona rural, por meio do Programa Nacional de Habitação Rural	Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural e Secretaria de Obras

Fonte: Elaboração própria

O artigo 37 do Estatuto do Idoso versa sobre o direito à moradia, devendo ser digna. A população em geral da cidade, mas, mais ainda a pessoa idosa, é atendida em suas demandas com a distribuição dos materiais de construção para reforma, obras em moradias rurais e regularização dos imóveis nos bairros da cidade.

D. PARTICIPAÇÃO

A participação é uma dimensão da EBAPI que diz respeito a identificação de espaços que possibilitem a participação efetiva das pessoas idosas na sociedade, participação cívica e emprego. São muitos os exemplos e, dentre eles estão espaços onde se tomam decisões de seu interesse e onde se discutem as garantias dos seus direitos (como conselhos, fóruns, conferências, associações e outros), espaço no mercado de trabalho (empresas que empregam pessoas idosas ou setores públicos para trabalhos remunerados ou voluntários) (EBAPI, 2018).

Quadro 11 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Participação”.

AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL
Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	Conselho Municipal da Pessoa Idosa e Prefeitura Municipal de Viçosa

Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI)	Prefeitura Municipal e Universidade Federal de Viçosa (UFV).
Conselho Municipal do Idoso	Secretaria Municipal de Assistência Social
Parlamento do idoso	Câmara Municipal e Escola do legislativo de Câmara Municipal
Grupo de caminhada Posses-Nova Viçosa	Estratégia Saúde da Família
Conferência Municipal de Assistência Social	Secretaria de Assistência Social

Fonte: Elaboração própria

Por meio desse levantamento, percebe-se que o município de Viçosa-MG, possibilita diferentes formas de participação da pessoa idosa, realizando conferências municipais de conscientização dos Direitos da Pessoa Idosa e de Assistência Social, bem como na implementação de programas voltados para a terceira idade (PMTI), Conselhos Municipais e Parlamento do Idoso.

E. RESPEITO E INCLUSÃO SOCIAL

Para esta dimensão, buscou-se realizar o levantamento em relação a eventos com atividades intergeracionais, esportivas, recreativas e culturais de interesse de pessoas idosas em lugares diversos; identificação de espaços de convivência (serviços de convivência e fortalecimento de vínculos disponíveis no SUAS, grupos de convivência em instituições diversas, clubes); iniciativas para garantir acesso a benefícios e programas sociais destinados a pessoas idosas; ações para garantia dos direitos assegurados à pessoa idosa (atendimento prioritário, que compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato, entre outros); serviços de acolhimento e tratamento das denúncias referentes à violação de direitos da pessoa idosa; existência de campanhas de prevenção de violência contra a pessoa idosa (EBAPI, 2018). São muitas as ações esperadas e as identificadas no município de Viçosa se encontram apresentadas no Quadro 12.

Quadro 12 – Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Respeito e Inclusão Social”

AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL
Grupo de Artesanato nas ESF	NASF - Prefeitura Municipal de Viçosa

Projeto Defesa e promoção dos direitos das pessoas idosas	PMTI e Defensoria Pública
Curso de Costura para iniciantes/ Curso de leitura de plantas	Centro de Inclusão Produtiva da Secretaria de Assistência Social
Realização de diversos eventos para a pessoa idosa (1º Encontro Regional Da Terceira Idade, Semana do Idoso, baile de carnaval, forró, arraiaá, palestra sobre as armadilhas do consumo)	Secretaria de Turismo, PMTI, Câmara Municipal, Secretaria de Assistência Social e Universidade Federal de Viçosa
Grupo Natividade destinado a mulheres, em sua maioria, da terceira idade	Departamento de Esportes
Clube da vovó (socialização e turismo)	OSCIP
CRAS Sul	SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Grupo “Idosos Felizes”).
Distribuição de cestas básicas e kits limpeza para famílias atingidas pelas chuvas	Secretaria Municipal de Assistência Social

Fonte: Elaboração própria

Conforme é apresentado no quadro, estão disponíveis no município, muitas ações, serviços, projetos e/ou programas voltados à pessoa idosa, que vão desde a criação do CRAS-Sul, grupos de artesanato e outras formas de socialização e turismo a realizações de eventos, como bailes, forrós e outros. Tais ações apontam para o respeito e a vontade da sociedade e do município em incluir socialmente as pessoas idosas.

F. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Em termos de comunicação e informação foi buscado identificar iniciativas de divulgação de assuntos de interesse da população idosa; divulgação de serviços e benefícios para a população idosa; divulgação de atividades culturais e de lazer locais, com divulgação do direito à meia-entrada para a pessoa idosa, entre outras (EBAPI, 2018). O resultado do levantamento se encontra disponibilizado no Quadro 13.

Quadro 13 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Comunicação e Informação”

AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL
--	----------------------------------

Divulgação das atividades realizadas no site oficial da prefeitura	Diretoria de Comunicação
Portal da Universidade Federal de Viçosa	UFV
Grupo de WhatsApp de idosos	PMTI
Divulgação de boletins epidemiológicos sobre situações de saúde e de doenças no município	Secretaria Municipal de Saúde

Fonte: Elaboração própria

Ações, serviços, projetos e, ou, programas voltados às pessoas idosas, são pouco efetivos se o próprio público alvo não tiver conhecimento do que está sendo ofertado a ele. Por isso, tanto a Prefeitura de Viçosa quanto a Universidade Federal de Viçosa utilizam de seus sítios eletrônicos para informar à comunidade sobre tais ações.

G. OPORTUNIDADE DE APRENDIZAGEM

Nesta dimensão buscou-se identificar atividades formativas e informativas destinadas às pessoas idosas, como alfabetização; identificação de projetos de inclusão digital e socialização das pessoas idosas; identificação de cursos disponibilizados que empoderem a pessoa idosa em diversas áreas (educação financeira; preparação o para a aposentadoria, entre outros), entre outras (EBAPI, 2018). As iniciativas que se referem a ações, projetos ou programas levantados no município de Viçosa se encontram apresentadas no Quadro 14.

Quadro 14 – Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Oportunidades de Aprendizagem”

AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL
Oferta de diversos cursos gratuitos para pessoas vinculadas aos dispositivos da Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social
Programa de Mecanização Agrícola para produtores rurais	Secretaria de Agropecuária e Desenvolvimento Rural
UNINASF (Univiçosa e Núcleo de Atenção à Saúde da Família)	Univiçosa e NASF

Projeto “Educação para o Consumo para Idosos”	PMTI/ Departamento de Economia Doméstica da UFV e Defensoria Pública
Projeto Inglês para Idosos	PMTI e Centro de Ensino de Língua Inglesa da UFV
Oficina “Idosos conectados”	PMTI
Programa EJA – Educação de Jovens e Adultos	PMTI e UFV

Fonte: Elaboração própria

Percebe-se que há, dentro do município de Viçosa, oportunidades de aprendizagem para a pessoa idosa, como a oferta de cursos gratuitos, tais como curso de eletricista predial, produção de alimentos, curso de artes manuais em costura, noções de gestão e empreendedorismo, além de oficinas para maior inclusão digital e projetos visando o desenvolvimento bilíngue e a educação para o consumo. Há ainda programas como a EJA, voltado a educação de jovens e adultos, com turma específica para pessoas idosas, estimulando o retorno à escola.

H. SAÚDE, APOIO E CUIDADO

Há uma expectativa grande em termos de ações de saúde, apoio e cuidado às pessoas idosas. Nesta dimensão foram levantadas iniciativas de instituições governamentais e não governamentais que prestam assistência à pessoa idosa em âmbito municipal; relação de serviços do Sistema Único de Assistência Social; identificação de políticas e ações locais de promoção da saúde; experiência de ações para melhorar a qualidade de atendimento da pessoa idosa nas unidades de saúde, entre outras (EBAPI, 2018). Todas as iniciativas identificadas se encontram apresentadas no Quadro 15.

Quadro 15 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Saúde, Apoio e Cuidado”

AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL
Vacinação contra gripe para pessoas idosas, com agendamento devido à COVID-19	Secretaria Municipal de Saúde

Oferta de teleatendimento sobre Coronavírus	Secretaria Municipal de Saúde em parceria com a Universidade Federal de Viçosa
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa	Secretaria Municipal de Saúde
Construção do Centro de Zoonoses	Prefeitura Municipal de Viçosa em parceria com a SOVIPA (Sociedade Viçosense de Proteção aos Animais)
Programa Farmácia para todos	Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa, com parceria do Governo do Estado.
Disponibilização de 15 UBSs (Unidades Básicas de Saúde)	Secretaria Municipal de Saúde da prefeitura de Viçosa
Equipe de saúde exclusiva para atendimento domiciliar: Equipe Multidisciplinar de Atendimento Domiciliar (EMAD) composto por 15 profissionais de especialidades diferentes que atuam no atendimento domiciliar	Ministério da Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde
Gratuidade de Medicamentos Básicos	Programa Farmácia Popular
Grupo de Hipertensos e Diabéticos nas ESF	NASF - Prefeitura Municipal de Viçosa
Campanhas de prevenção de osteoporose e quedas	PMTI e Departamento de Nutrição e Saúde da UFV
Dia de Combate à Hipertensão Arterial	PMTI e Departamento de Nutrição da UFV
Realização da Feira de Saúde e da manhã de atividade física, ginástica com idosos	Secretaria de Saúde (NASF) e Secretaria de Assistência Social
Realização de ações de conscientização e prevenção no outubro rosa e novembro azul	Secretaria Municipal de Saúde/PMTI/UFV
Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Lar dos velhinhos	ONG – Organização Não Governamental
Pastoral do Idoso	Igreja Católica Santa Rita de Cassia
Núcleo esportivo terceira idade	Associação núcleo de esporte e cidadania
Grupo de ginástica da terceira idade “Mexa pela Vida”	Estratégia Saúde da Família
Grupo de Caminhada/ Atividade Física nas ESF	Prefeitura Municipal
Projeto Saúde e Vida	Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa
Academia ao ar livre	Universidade Federal de Viçosa
Atendimento nutricional específico para população idosa	PMTI e Departamento de Nutrição e Saúde da UFV
Oficinas de educação alimentar e nutricional para pessoas idosas	PMTI e Departamento de Nutrição da UFV
Curso Saúde na Terceira Idade	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)

Fonte: Elaboração própria

Direta ou indiretamente, essas ações, serviços, projetos ou programas constantes no Quadro 15 impactam a vida das pessoas idosas: Consórcio Intermunicipal de Saúde; Equipe Multidisciplinar de Atendimento Domiciliar (EMAD); Pastoral do Idoso; Programa “Farmácia para Todos” e gratuidade de medicamentos básicos; Núcleo Esportivo para a Terceira Idade e Academias ao Ar-Livre; Oficinas e Atendimento Nutricional à População Idosa; Campanhas de prevenção de osteoporose e quedas, além de conscientização contra o combate de câncer de mama (Outubro Rosa) e próstata (Novembro Azul).

É válido ressaltar que o Lar dos Velhinhas é a única Instituição de Longa Permanência para Idosos na cidade. A dimensão “Saúde, Apoio e Cuidado” é, sem dúvidas, a que agrega o maior número de ações na cidade, o que seria esperado, considerando os direitos adquiridos e o fato de a saúde ser um pilar de sustentação dos processos de envelhecimento ativo e saudável, conforme apontado pelos entrevistados deste estudo.

I. ESCOLHA LOCAL

A última dimensão analisada neste estudo se refere a escolha local. Esta foi uma dimensão criada pela EBAPI para incluir outras ações que são específicas dos municípios, considerando as suas particularidades. Ou seja, são iniciativas para a livre escolha do município (EBAPI, 2018). As iniciativas identificadas, para além das oitos dimensões anteriormente apresentadas, se encontram apresentadas no Quadro 16.

Quadro 16 - Ações, Serviços, Projetos e Programas da Dimensão “Escolha Local”

AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL
Programa Municipal da Terceira Idade - PMTI Itinerante	Secretaria de Saúde em parceria com a UFV
Concurso Rei e Rainha da Terceira Idade	PMTI

Fonte: Elaboração própria

O Concurso Rei e Rainha da Terceira Idade visa contribuir para a melhoria da autoestima e integração entre as pessoas idosas, além de promover o lazer e intergeracionalidade. Já o PMTI, com mais de 1800 idosos inscritos, promove atividades físicas, danças, fisioterapia, oficinas para memória, atendimento nutricional e atendimento médico a essa parcela da população, contribuindo para a sua saúde e qualidade de vida.

4.3 Avaliação da Política Municipal da Pessoa Idosa – Viçosa (MG)

Após o levantamento das iniciativas que colaboram para qualificar a vida da pessoa idosa no município de Viçosa, e uma vez caracterizada a política local para a pessoa idosa, deu-se sequência com a avaliação da política.

Seguindo o procedimento de avaliação, funcionários públicos foram convidados a apresentar os seus pontos de vista sobre as iniciativas levantadas para cada dimensão da EBAPI. Eles apresentaram pontos positivos e negativos e, ainda, sugestões de melhorias de forma crítica e construtiva. As informações podem ser acessadas na íntegra no Apêndice 2 – Avaliação das Iniciativas Voltadas à Pessoa Idosa no Município de Viçosa (MG).

Para esta análise, será apresentado no Quadro 17 a relação das dimensões avaliadas e as principais considerações sobre elas.

Quadro 17 – Avaliação das Políticas para a Pessoa Idosa em Viçosa

Dimensões da EBAPI	Principais Considerações dos Avaliadores
Ambiente Físico	Reinauguração e manutenção de praças, com disponibilização de jogos de xadrez: promovem o lazer e a interação social. Porém, necessita que o projeto seja levado às demais praças da cidade, principalmente as de bairros. Ainda, o projeto deve prever despesa para a reposição de possíveis perdas das peças que compõem o jogo de tabuleiro. Asfaltamento de ruas, operações tapa-buracos, recuperação de estradas rurais, projeto de iluminação de LED e manutenção em pontos de luz: promovem maior segurança e melhoria nas condições de locomoção da pessoa idosa. Porém, necessita ampliação dessas ações a fim de contemplar e beneficiar as pessoas idosas de outras localidades, além do mais o projeto de recuperação das estradas rurais

	<p>deve prever os períodos de chuva intensa, que causam grandes estragos e dificuldades na locomoção.</p> <p>Disponibilidade no CRAS de espaço de convivência para o Grupo “Idosos Felizes”. Porém, necessita de ampliação da área externa e reforma do banheiro para melhor acesso dos usuários, bem como a separação de utilização do banheiro por gênero.</p>
Transporte e Mobilidade Urbana	<p>Reafirmação das leis que garantem às pessoas idosas vagas prioritárias e gratuidade no uso de transporte coletivo: promovendo maior comodidade, facilidade e acessibilidade, além de estimular a interação das pessoas idosas com a comunidade. Porém, necessita de aumento na disponibilidade de vagas prioritárias. Já em relação ao transporte coletivo, é preciso melhoria no calçamento das ruas em locais dos pontos de ônibus, que dificultam o acesso da pessoa idosa em ônibus que possuem degraus elevados.</p>
	<p>Faixa de pedestre elevadas e manutenção nos semáforos da cidade: ampliam a visibilidade da travessia, reduzindo a velocidade dos automóveis, resultando em maior segurança para os pedestres. Porém, necessita de melhor sinalização, tanto vertical quanto horizontal, além da criação de mais faixas elevadas contemplando bairros adjacentes.</p>
	<p>Realização de eventos e oficinas educativas para o trânsito, voltadas aos idosos e população em geral: promovendo melhoria no nível de informação e segurança das pessoas idosas no trânsito, inclusive por meio de blitz com ações práticas que melhoram as condições de vida. Porém, necessita de maior divulgação do evento e explorar temáticas que reforcem a importância do cuidado e paciência dos motoristas em geral em relação a população idosa, especialmente. Necessita ainda de ampliação de ações conjuntas com o Conselho Municipal da Pessoa Idosa e com o poder executivo municipal.</p>
Moradia	<p>Distribuição de material de reforma para as famílias que tiveram suas residências danificadas pelas chuvas, bem como a realização de obras em casas localizadas em zonas rurais (Programa Nacional de Habitação Rural): promovem a melhoria na qualidade e condições de moradia das famílias, ao qual possuem, em sua maioria, pessoas idosas. Porém, necessita de ampliação da ação.</p>
	<p>Regularização gratuita dos imóveis de moradores do bairro Cidade Nova: promovem a segurança jurídica aos moradores, garantido aos mesmos a propriedade dos imóveis. Porém, necessita de um levantamento dos imóveis do município que não estão regularizados para organizar e planejar as próximas ações, estendendo-a para outros bairros da cidade.</p>
Participação	<p>Existência de Conselho Municipal do Idoso e Parlamento do Idoso: proporcionam a realização de ações práticas e debates de formação cidadã das pessoas idosas, além de permitir inserir os temas relacionados a elas nas discussões do município, principalmente no que tange sobre as deliberações de questões do Fundo Municipal Da Pessoa Idosa. Assim, legitima e garante a viabilidade de discussão e intervenção política diretamente com propostas direcionadas ao poder executivo. Porém, necessita ampliar ações em conjunto com o Parlamento do Idoso (PMV) e Programa Municipal da Terceira idade (UFV) devido à pouca articulação em rede. Especificamente, em relação</p>

	<p>ao Parlamento, é necessário maiores esclarecimentos sobre os pontos regimentais de seu funcionamento.</p> <p>Realização de Conferências Municipais (Dos Direitos da Pessoa Idosa, e; De Assistência Social): promovem espaço de discussão das demandas e direitos da população idosa, com deliberações de questões de interesse do idoso e dos usuários da SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no município. Porém, necessita aprimorar a realização das pré-conferências municipais para que a mesma alcance os seus verdadeiros objetivos (com maior representatividade de grupos específicos de idosos). Necessita ainda, acompanhar a realização da conferência estadual da pessoa idosa bem como mobilizar as pessoas idosas a participarem de forma efetiva de tais conferência, conscientizando também sobre a importância da participação e envolvimento de toda a sociedade.</p> <p>Criação do Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI): Promove a socialização e fortalecimento de vínculos dos idosos, bem como a saúde, bem-estar e qualidade de vida. O PMTI ainda promove a participação das pessoas idosas nas discussões das pré-Conferências e Conferências citadas acima. Porém, necessita criar um “PMTI itinerante” para as demandas dos bairros e implantar por meio do orçamento participativo núcleos em bairros cobertos pela estratégia de saúde da família, no sistema de parceria. Necessita ainda da construção de centro de convivência para a pessoa idosa no município, com estrutura própria, considerando que o espaço físico atual (que não mais funciona dentro do Campus da UFV) é pequeno e não suporta um aumento de demanda de idosos pelo programa. Inclusive, a saída do PMTI do campus, bem como a pandemia da covid-19, impactaram fortemente o programa – dificultando a realização e concretização de muitas de suas ações.</p>
<p>Respeito e Inclusão Social</p>	<p>Existência de Grupos (Artesanato e Atividades físicas) e Clube (de turismo e socialização): promovem a interação social e promoção da saúde física e mental. Porém, necessita de maior divulgação para maior adesão da população, além de agregar as ações aos projetos realizados pelo poder executivo.</p> <p>Realização de eventos (bailes, forrós, palestras e outros), cursos de costura e leitura de plantas e projeto com atendimento jurídico na defesa dos direitos da pessoa idosa: promovendo a interação social, melhoria na qualidade de vida e possibilidade de renda adicional, além de ofertar atividades recreativas, de resgate da memória da pessoa idosa com algumas ações promovem a participação das famílias. Porém, necessitam de maior divulgação e disponibilidade de locais e espaços para o convívio do idoso, com diversos horários para atender a população. Necessita-se ainda de buscar por parcerias com instituições privadas para contribuir na realização dos eventos.</p>
	<p>Existência do CRAS-Sul, CRAS-Norte e CREAS: promovendo a inclusão social da pessoa idosa. Porém, necessita melhorar o atendimento das solicitações das pessoas idosas, estimulando a participação dos idosos em espaços de discussão dos seus direitos e das atividades realizadas pelo SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Grupo “Idosos Felizes”).</p>

Comunicação e Informação	Utilização de meios digitais na divulgação de atividades, eventos ou boletins epidemiológicos por meio dos sites da Prefeitura Municipal de Viçosa e Universidade Federal de Viçosa e Grupo de WhatsApp com informações para esse fim: promovendo assim maior facilidade e agilidade no acesso à informação, sendo essa clara, confiável e transparente. Porém, necessita de se utilizar de outras mídias para melhor divulgação, como em rádios com fixação de quadros informativos. Necessita ainda de promover na adoção de novas tecnologias pela população idosa – no uso de <i>smatphones</i> ou computadores.
Oportunidade de Aprendizagem	Oferta de cursos gratuitos multidisciplinares para pessoas vinculadas aos dispositivos da Assistência Social, são cursos de: eletricista predial, produção de alimentos, de artes manuais em costura, noções de gestão e empreendedorismo, entre outros. Porém, necessita de maior divulgação dos cursos para a população, com aumento no número de vagas disponíveis por curso. Existência de Projetos (Educação para o Consumo para Idosos, e; Inglês para idosos) e Oficina (Idosos Conectados): promovendo educação financeira, melhoria da cognição, autoestima, estimula a socialização e oportunidade de novo aprendizado. Porém, necessita melhoria no cronograma de atividades do programa e ampliar para outros idosos, indo além dos idosos que participam do PMTI.
Saúde, Apoio e Cuidado	Existências de Programas (Mecanização Agrícola, e; EJA-Educação de Jovens e Adultos): proporcionando conhecimento a produtores rurais e promovendo o estímulo ao aprendizado independentemente da idade e o retorno à escola com turma específica para idosos. Porém, necessita dar mais visibilidade e apoiar o Programa. Criação de Equipe de saúde exclusiva para atendimento domiciliar e de Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa: promove a ampliação do número de tratamentos ofertados e oferece atenção personalizada e regular para pessoas que recebem tratamento em casa, com foco em pacientes recém desospitalizados ou com dificuldade de locomoção. Porém, relativo a Equipe de saúde, é necessário reunir com os coordenadores das unidades para estabelecer critérios para o atendimento domiciliar e definir quais pacientes requerem atendimento da equipe multidisciplinar e quais devem continuar com o acompanhamento da unidade (PSF). Disponibilização de 14 UBSs (Unidades Básicas de Saúde), gratuidade de medicamentos básicos e Programa Farmácia para Todos: promovem o objetivo de garantir que a população tenha acesso a medicamentos e atendimento considerados básicos, ou essenciais, o que gera melhora da saúde da população. Porém, é necessário ampliar as linhas de ônibus para se ter maior circulação nos bairros e ruas que se encontram as unidades básicas de saúde. Ademais, é necessário educar a população em relação a saúde, para prevenção de condições que possam afetar a qualidade e a longevidade dos idosos, sendo importante a atuação dos farmacêuticos com os idosos, a fim de reduzir os riscos de reações adversas de medicamentos. Existência de uma ILPI - Instituição de Longa Permanência para Idosos (Lar dos Velhinhos): abrigam e cuidam das pessoas idosas. Porém, é necessária a implantação de oficinas de memória e estímulo a convivência com a sociedade e alteração no regimento.

	Desenvolvimento de ações do CRAS, CREAS e atendimento das equipes da Estratégia Saúde da Família na instituição.
	Atividades da Pastoral do Idoso: os Voluntários da Pastoral se responsabilizam pelas visitas mensais às residências de pessoas idosas e se necessário informa a assistência social a condição do idoso e em caso de maus tratos denunciam ao Conselho Municipal do Idoso. Porém, é necessário fortalecer e ampliar os grupos por meio de oficinas de formação de novos membros, bem como incentivar outras igrejas a fazerem o mesmo.
	Criação de Grupos de ginástica e Caminhada, Núcleo Esportivo da Terceira Idade, Projeto Saúde e Vida e Academia ao Ar Livre: promovem a prática de atividade física, socialização e bem-estar. Porém, muitos desses grupos e projetos precisam de mais recursos financeiros para aquisição de equipamentos ou precisam da disponibilização de mais profissionais para ofertar outros horários de atividades, com atendimento diferenciado para a pessoa idosa.
	Oferta de teleatendimento sobre o coronavírus e vacinação contra a gripe para pessoas idosas com agendamento, devido a pandemia da covid-19: promovem o esclarecimento de dúvidas e disponibilização de informações sobre prevenção e cuidado bem como contribuem na proteção da pessoa idosa ao preservar a saúde e qualidade de vida. Porém, é necessário médico no teleatendimento para melhor avaliação do da pessoa idosa e disponibilização de veículo para locomoção dos profissionais da saúde no atendimento ao agendamento contra a vacinação da gripe.
Escolha Local	PMTI – Programa Municipal da Terceira Idade: promove o lazer, a melhoria na autoestima, a integração e a intergeracionalidade. Porém, é necessário expandir o programa para além dos entornos da Universidade Federal de Viçosa, com o projeto “PMTI Itinerante”, paralisado por conta da pandemia da covid-19.

Fonte: Elaboração própria

Nota-se a existência de muitas ações, serviços, projetos e programas do município de Viçosa (MG) com o intuito de garantir os direitos e promover a qualidade de vida da pessoa idosa. Nota-se também que o município busca estar em conformidade com a legislação (federal e estadual), ao implantar medidas, ao manter um Conselho de Direitos da Pessoa Idosa ativo, ao realizar as Conferência Municipais da Pessoa Idosa, dentre outras ações ou projetos, em prol da pessoa idosa.

Das 68 ações que ocorrem no município, visando contribuir para a qualidade de vida da pessoa idosa, aproximadamente 12% foram classificadas pelos avaliadores como não tendo necessidade de superação de desafios ou de melhorias. Em se tratando das sugestões colocadas pelos entrevistados, na busca de melhoria das ações apresentadas no Quadro 17, é possível perceber alguns pontos em

comum que cada ação enfrenta para se tornar mais eficiente e alcançar um maior número de pessoas idosas:

- ✓ Necessidade de recursos, muitas vezes financeiros, para a expansão de ações - seja para construção ou reformas de espaços, contratações de mão de obra especializada, compra de equipamentos, dentre outras necessidades específicas de cada ação;
- ✓ Melhoria na divulgação de informações;
- ✓ Maior alcance das ações às pessoas idosas que residem em áreas periféricas, e;
- ✓ Maior estímulo da participação da pessoa idosa na construção das políticas e das ações voltadas a ela – sendo este o ponto principal.

Ainda que sinalizadas as melhorias, o município apresenta ações em todas as dimensões da EBAPI, que no seu conjunto demonstram a intenção de se trabalhar o caráter multidimensional do envelhecimento populacional. A política da pessoa idosa caracterizada a partir do levantamento realizado demonstra potencial para qualificar a vida longa em todas as dimensões da vida social, além de uma responsabilidade dos gestores públicos em converter a cidade em amigável à população idosa.

Os dados apresentados foram coletados em 2020 e a coleta interrompida em função da pandemia da Covid-19. No ano de 2021, uma nova equipe de governo tomou posse e inúmeras mudanças e adequações ocorreram na gestão pública municipal, tanto por se tratar de uma nova administração, como em função da Pandemia. Considerando que no âmbito da vida social transformações também ocorreram, compreendeu-se a necessidade de atualizar o levantamento realizado em 2020 e confirmar as impressões sobre as ações em curso, com novas entrevistas. Estão descritos a seguir os principais destaques referentes às mudanças ocorridas.

4.3.1 Atualização do Diagnóstico Municipal e Destaques às Mudanças Ocorridas

Para os entrevistados, servidores municipais da Gestão 2021-2024 e membros do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, no que tange à validação das ações apresentadas no levantamento realizado para esta pesquisa, é importante destacar que não houve indicações de inclusões de informações diante do que foi levantado em março de 2020. Esse fato corrobora à confirmação da qualidade das informações contidas no Diagnóstico Municipal. Entretanto, das 68 ações listadas, 10 receberam destaques, seja sobre a necessidade de atualização ou com indicativo de retirada do documento, devido a descontinuidade em função da ocorrência da Pandemia da Covid-19, conforme Quadro 18.

Quadro 18 – Validação das Ações, Serviços, Projetos e Programas

DIMENSÕES	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES
Transporte e Mobilidade Urbana	Realização da Semana Nacional do Trânsito	Nenhuma ação direta com o Idoso foi realizada no ano de 2021.
	Oficina de Educação no trânsito para idosos	
	Realização de blitz educativa no trânsito	
Participação	Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI)	Programa foi desvinculado da UFV, afetando a qualidade de atendimento à pessoa idosa, bem como a continuidade de ações que estavam estabelecidas no Programa. Houve, inclusive, necessidade de saída da sede do PMTI que se localizava no <i>campus</i> da universidade. Há 13 ações com o envolvimento do PMTI listado no Diagnóstico que devem ser acompanhadas e foram impactadas na realização devido a pandemia da covid-19.
	Grupo de caminhada Posses-Nova Viçosa	Grupo inativo, considerando descontinuidade do profissional de educação física no projeto. Entretanto, o profissional realiza acompanhamento de projeto semelhante no Bairro São José do Triunfo.
Respeito e Inclusão Social	CRAS Sul	Sugestão de complementação do serviço prestado, considerando a existência do CRAS-Norte e CREAS.

DIMENSÕES	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES
Saúde, Apoio e Cuidado	Oferta de teleatendimento sobre Coronavírus	O teleatendimento foi substituído pela Unidade de Atenção Especializada em Saúde-UAES, numa parceria entre prefeitura e UFV.
	Disponibilização de 15 UBSs (Unidades Básicas de Saúde)	A disponibilização no município são de 14 UBSs, considerando que durante o ano de 2020 houve a aglutinação de duas unidades.
	Grupo de Caminhada/Atividade Física nas ESF	Grupo descontinuado
	Projeto Saúde e Vida	Projeto sem acompanhamento, considerando o encerramento da parceria com a UFV.

Fonte: Elaboração própria

Como se observa no Quadro 18, as ações sofreram interrupção devido a situação que extrapola a capacidade de implementação da gestão pública municipal. Nota-se, a importância da parceria com a UFV para a realização das ações municipais, cuja ausência, leva à descontinuidade de diversas atividades. Logo, são ações que devem ser cuidadas pelo município para que não fiquem fragilizadas ou dependentes exclusivamente da própria rede de apoio de determinada ação criada para “impactar” positivamente a qualidade de vida da pessoa idosa.

Os entrevistados do ano de 2021 ratificam as informações disponibilizadas pelos entrevistados no ano de 2020 confirmando que mais de 80% das ações foram mantidas, ainda que diante da eminência de descontinuidade em função da pandemia da Covid-19.

De tal maneira, nota-se mais uma vez que o município de Viçosa/MG possui políticas para pessoas idosas, tendo ações em todas as dimensões da vida social. Políticas que se somam neste levantamento, demonstrando o aspecto transversal necessário para qualificar a vida da população, em todas as idades.

Em termos de avaliação, ainda que desafios se apresentem, os pontos positivos se sobrepõem, demonstrando um caminho promissor para o aprofundamento democrático e para a qualificação das ações para o fortalecimento da Política da Pessoa Idosa e para a promoção de um envelhecimento ativo e saudável, o que resulta em benefícios para toda a sociedade viçosense. Por fim, é fundamental compreender que o objetivo principal da avaliação de políticas públicas

é contribuir para que essas sejam melhoradas. Logo, a avaliação das ações, projetos, serviços e programas de políticas públicas neste trabalho procurou essencialmente contribuir neste sentido.

De maneira geral, levando-se em conta os dispositivos da Constituição Federal, dos decretos e também de legislações estaduais e municipais, verifica-se que há efetividade do município no cumprimento das leis, em prol dos direitos da pessoa idosa. Entretanto, nota-se que o próprio município não utiliza de ferramentas ou indicadores de atendimento das ações à população idosa. Assim, as ações seguem evoluindo conforme as percepções dos gestores ou reclamações da população. Logo, não há uma busca quantificada pela eficiência ou eficácia. A justificativa muitas vezes se deve à subjetividade de determinadas atividades e pela dificuldade de se conseguir apurar os reais gastos na implementação de uma política pública ou ação, ou até mesmo da participação da população idosa. É válido ressaltar que este trabalho não se ateve a avaliar a participação da população idosa, logo, não foi foco de avaliar a efetividade sob este aspecto.

Assim, dentre as ações, verifica-se um alto comprometimento do município com a população idosa, disponibilizando uma série de ações e programas de forma efetiva. Conforme apontado pelos entrevistados, aproximadamente 85% das ações possuem algum ponto a ser melhorado, conotando que sua eficiência e eficácia não foi atingida.

5. PLANO DE AÇÃO

Embasando-se nas teorias que referenciaram a pesquisa e a análise dos depoimentos de todos os participantes, incluindo as sugestões dos entrevistados, é possível elaborar um Plano de Ação, com potencial para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa do município estudado, tendo ainda como base as seguintes premissas:

1. Melhoria na articulação em rede entre o Conselho Municipal do Idoso, o Parlamento do Idoso, o Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI) e outros grupos de relevância para a temática do idoso, inclusive os grupos de atividade física.
2. Maior interação entre os diferentes setores e áreas da prefeitura do município que promovem ações voltadas à pessoa idosa, gerando maior engajamento entre essas, mesmo que distintas ou pouco correlatas.
3. Criação de local ou setor na prefeitura como referência para melhor divulgação de informações, oportunidades e eventos promovidos na cidade, com foco na pessoa idosa, que mantenha cadastro atualizado de pessoa interessada em receber e/ou contribuir na divulgação de tais informes.
4. Continuidade ao projeto de criação de PMTI Itinerante, atendendo a demandas de bairros periféricos, a fim de angariar novos membros e atender um maior número de pessoas idosas;
5. Busca por recursos financeiros por meio de parcerias público-privadas para a ampliação ou implantação de projetos, contribuindo, inclusive, para a utilização e movimentação do, já regulamentado, Fundo Municipal do Idoso.

Isto posto, propõe-se a seguir 20 ações que devem ser priorizadas, na visão dos entrevistados, considerando as 9 dimensões apresentadas pela EBAPI, e seguindo as orientações do seu Guia 4 para elaboração de plano de ação. Tendo em conta o foco deste trabalho, que consistiu em levantar informações que pudessem auxiliar a administração municipal ao contribuir para o aprimoramento da política pública voltada à pessoa idosa, ressalta-se que não houve o intuito de avaliar ou julgar a gestão atual ou gestões passadas.

Por fim, deve-se ressaltar que o Plano de Ação apresentado a seguir deve ser discutido com os servidores municipais e com a população idosa a fim de melhor definir as 8 ações obrigatórias (nas áreas de direitos humanos, saúde, assistência social e desenvolvimento humano – sendo duas para cada área), as 8 ações opcionais (sendo uma para cada dimensão), e as 4 ações de escolha local para que assim componha um projeto de lei a ser aprovado pela câmara de vereadores e sancionado pelo prefeito.

O Plano de Ação proposto será apresentado à gestão municipal e à população idosa por meio do produto técnico-tecnológico formatado a partir desta seção, disponível no Apêndice 4 – Relatório Técnico.

Quadro 19 - Dimensão: Ambiente Físico

Problema	Ação*	Descrição	Indicador	Meta	Prazo	Responsável
Necessidade de Praças e academias ao ar livre e com bancos	OPCIONAL: Aumento de disponibilidade de praças e academias ao livre, bem iluminadas e arborizadas.	Elaboração de projeto garantindo esse direito e busca de parceria público-privada.	Relação de praça e academia ao livre disponibilizado por bairro.	Disponibilização de praças e academias ao livre	01/2022 a 12/2022	Secretaria de Obras e Secretaria de Planejamento
Melhoria da sede do SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Grupo “Idosos Felizes”).	OBRIGATORIA: Ampliação da área onde são realizadas as atividades e reforma do banheiro.	Realizar reforma da sede do Grupo “Idosos Felizes”, que funciona em unidade do CRAS.	Satisfação da pessoa idosa em frequentar e utilizar o espaço.	Ampliação de espaços para maior satisfação.	01/2022 a 12/2022	Secretária Municipal de Assistencial Social
Asfaltamento de ruas e operação tapa buracos	ESCOLHA: Ampliação as ações de manutenção das ruas e vias do município	Necessidade de pavimentação e construção de calçadas para a mobilidade das pessoas idosas com segurança.	Número de ruas pavimentadas pelo total existentes no bairro ou município.	Aumento de ruas pavimentadas e em boas condições de uso	01/2022 a 12/2022	Secretaria de Transportes, Trânsito e Infraestrutura Urbana

*Ações: (1) Obrigatória (Desenvolvimento humano 1/2); (1) Opcional; (1) Escolha Local.

Quadro 20 - Dimensão: Transporte e Mobilidade Urbana

Problema	Ação*	Descrição	Indicador	Meta	Prazo	Responsável
Insuficiência de vagas preferenciais para pessoas idosas em estacionamentos públicos, considerando o aumento da população idosa no município	OBRIGATORIA: Aumento de vagas prioritárias ofertadas no município.	Edição de lei municipal estabelecendo o patamar de vagas prioritárias.	Proporção de vagas preferencias para pessoas idosas	Atingimento do patamar estabelecido.	01/2022 a 12/2022	Gabinete do prefeito e câmara municipal de vereadores
Gratuidade para as pessoas idosas no transporte coletivo	OPCIONAL: Assegurar que pessoas idosas usufruam gratuitamente do transporte público.	Campanha de divulgação de gratuidade do transporte público para pessoas idosas.	Aumento na emissão de carteirinhas para utilização do transporte público.	Aumento de 10% do total de carteirinhas emitidas até 2021.	01/2022 a 12/2022	Secretaria de Obras e Secretaria de Planejamento

*Ações: (1) Obrigatória (Direitos Humanos 1/2); (1) Opcional.

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 21 - Dimensão: Moradia

Problema	Ação*	Descrição	Indicador	Meta	Prazo	Responsável
Necessidade de regularização gratuita dos imóveis de moradores, principalmente do bairro Cidade Nova	OPCIONAL: Regularizar os imóveis dos moradores do bairro Cidade Nova de forma gratuita;	Promover a regularização de imóveis	Número de residências regularizadas por bairro.	Aumentar o número de casas regularizadas por bairro.	01/2022 a 12/2022	Gabinete do prefeito e câmara municipal de vereadores
Distribuição de material de reforma para as famílias que tiveram suas residências danificadas pela chuva;	OBRIGATORIA: Realizar levantamento do número de residências que foram danificadas pela chuva, bem como o reparo necessário.	Distribuir materiais de construção para reforma de residências.	Quantidade de residências em relação ao valor despendido.	Atender 100% dos casos levantados.	01/2022 a 12/2022	Secretaria de Obras, Secretaria de Planejamento e Secretaria de Assistência Social

*Ações: (1) Obrigatória (Assistência Social 1/2); (1) Opcional;

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 22 - Dimensão: Participação

Problema	Ação*	Descrição	Indicador	Meta	Prazo	Responsável
Necessidade de ampliar ações do PMTI em conjunto com o Parlamento do Idoso e Conselho do Idoso.	OPCIONAL: Aumento de articulação em rede em prol da pessoa idosa.	Promover ações conjuntas do PMTI, Conselho e Parlamento do Idoso.	Ata de Reuniões.	Aumento de ações conjuntas;	01/2022 a 12/2022	Secretária de Saúde, Secretária de Assistência Social, Conselho do Idoso e Parlamento do Idoso
Aprimorar a realização das pré-conferências dos Direitos da Pessoa idosa e de Assistência Social	OBRIGATORIA: Realizar maior divulgação das conferências para aumento de participação e engajamento.	Promover as conferências municipais.	Aumento de participação de pessoa idosa nas conferências	Aumentar o engajamento da pessoa idosa nas conferências municipais.	01/2022 a 12/2022	Secretária de Saúde, Secretária de Assistência Social, Conselho do Idoso e Parlamento do Idoso
Maior visibilidade e esclarecimentos à pessoa idosa do funcionamento do Parlamento do Idoso	ESCOLHA: Melhoria de regimento interno e funcionamento do Parlamento do Idoso	Promover o funcionamento do Parlamento do Idoso, com maior divulgação para visibilidade e aumento de	Número de atas por ano.	Aprimorar o funcionamento e efetividade do Parlamento do Idoso	01/2022 a 12/2022	Gabinete do Prefeito e Parlamento do Idoso

participação da
pessoa idosa

***Ações: (1) Obrigatória (Assistência Social 2/2); (1) Opcional; (1) Escolha Local**

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 23 Dimensão: Respeito e Inclusão Social

Problema	Ação*	Descrição	Indicador	Meta	Prazo	Responsável
Atendimento às reivindicações da pessoa idosa ao CRAS.	OPCIONAL: Atender à demanda da pessoa idosa	Estimular a participação para inclusão social da pessoa idosa.	Número de reivindicações levantadas pelo número de reivindicações atendidas.	Manter registro de 100% das reivindicações.	01/2022 a 12/2022	Secretária de Saúde, Secretária de Assistência Social, Conselho do Idoso e Parlamento do Idoso
Realização de diversos eventos para a pessoa idosa (1º Encontro Regional Da Terceira Idade, Semana do Idoso, baile de carnaval, forró, arraíá, palestra sobre as armadilhas do consumo) em parceria com	ESCOLHA: Promover a realização de eventos e captação de recursos para realização de eventos voltados à pessoa idosa, estimulando também a participação de seus familiares.	Criar parcerias publico-privadas para a realização de eventos voltados à pessoa idosa.	Aumento na participação de pessoas idosas nos eventos realizado.	Aumentar a participação de pessoas idosas nos eventos realizados.	01/2022 a 12/2022	Secretária de Saúde, Secretária de Assistência Social, Conselho do Idoso e Parlamento do Idoso

outras instituições, indo além do PMTI.						
Dar visibilidade às ações do Grupo Natividade	OBRIGATORIA: Oferta de ações e prática de atividades físicas para mulheres da terceira idade.	Aumento de divulgação e criação de ações para ampliar o nº de participantes para o Grupo Natividade.	Número de participantes pela quantidade de realizações das ações.	Aumentar a participação de pessoas idosas nas ações voltadas à atividade física.	01/2022 a 12/2022	Secretaria de Esportes

***Ações: (1) Obrigatória (Saúde 1/2); (1) Opcional; (1) Escolha.**

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 24 - Dimensão: Comunicação e Informação

Problema	Ação*	Descrição	Indicador	Meta	Prazo	Responsável
Dificuldade em divulgar as atividades realizadas às pessoas idosas pelo site oficial da prefeitura;	OPCIONAL: Disponibilizar as informações na rádio da cidade, fixação de quadros com informações sobre as ações voltadas à pessoa idosa.	Criar programa em rádio com as principais informações de ações existentes voltadas à pessoa idosa.	Pesquisa de "feedback" da forma de divulgação e conhecimento.	Contribuir com a divulgação e transparência de informações.	01/2022 a 12/2022	Secretária de Saúde, Secretária de Assistência Social, Conselho do Idoso e Parlamento do Idoso

Necessidade de criar rede de contato direto do município com pessoas idosas	OBRIGATORIA: Criação de grupo de aplicativo por mensageria (WhatsApp).	Criar cadastro de idosos para o recebimento de informações via número de telefone celular, por meio de aplicativo.	Número de idosos cadastrados	Aumentar o número de idosos cadastrados no grupo existente e administrado pelo PMTI.	01/2022 a 12/2022	Secretária de Saúde, Secretária de Assistência Social, Conselho do Idoso e Parlamento do Idoso
--	--	--	------------------------------	--	-------------------	--

***Ações: (1) Obrigatória (Desenvolvimento humano 2/2); (1) Opcional;**

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 25 - Dimensão: Oportunidade e Aprendizagem

Problema	Ação*	Descrição	Indicador	Meta	Prazo	Responsável
Necessidade de aumento no número de vagas dos diversos cursos gratuitos para pessoas vinculadas aos dispositivos da Assistência Social	OPCIONAL: Maior divulgação e aumento no número de vagas dos cursos disponíveis.	Aumentar o número de vagas de cursos oferecidos pelos dispositivos da Assistência Social	Relação da quantidade de vagas disponibilizadas e procura de pessoas idosas.	Elevar a educação voltada a pessoa idosa.	01/2022 a 12/2022	Secretária de Saúde, Secretária de Assistência Social, Conselho do Idoso e Parlamento do Idoso
Baixa número de idosos inscritos no EJA - Classe	OBRIGATORIA: Oportunizar a aprendizagem	Ensino para Jovens e Adultos	Aumento da participação da pessoa idosa.	Ampliar o número de alunos idosos	01/2022 a 12/2022	Secretária de Assistência Social, Conselho

especial para idosos alfabetizados.	melhorando a participação dos idosos, flexibilizado os horários e os locais das aulas	direcionado especialmente para o público idoso com efetiva capacitação dos professores.	presentes no ambiente escolar	do Idoso e Parlamento do Idoso
--	---	---	-------------------------------	--------------------------------

***Ações: (1) Obrigatória (Direitos Humanos 2/2); (1) Opcional; (1) Escolha**

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 26 - Saúde, Apoio e Cuidado

Problema	Ação*	Descrição	Indicador	Meta	Prazo	Responsável
Definição de critério de elegibilidade no encaminhamento do paciente idoso pelo PSF ao EMAD-Equipe Multidisciplinar de Atendimento Docimiliar.	OBRIGATORIA: Matriciação/treinamento de equipes dos PSFs	Criação de critérios de elegibilidade para atendimento a ser feito pela EMAD.	Número de casos tratados pelo EMAD e acompanhados pelo PSF.	Reduzir o número de encaminhamentos equivocados pelo PSF ao EMAD.	01/2022 a 12/2022	Secretária de Saúde, Secretária de Assistência Social, Conselho do Idoso e Parlamento do Idoso
Necessidade de implantação de oficinas de memória e estímulo a	OPCIONAL: Desenvolvimento de ações do CRAS, CREAS e atendimento das equipes da	Desenvolver ações em conjunto com o CRAS, CREAS e atendimento	Aumento no número de visitas à ILPI.	Aumentar a socialização dos idosos para com a sociedade.	01/2022 a 12/2022	Secretária de Assistência Social, Conselho do Idoso e

convivência dos idosos do “Lar dos Velhinhos” com a sociedade.	Estratégia Saúde da Família na instituição, bem como a própria sociedade.	da Estratégia Saúde da Família para implantação de oficinas no Lar dos Velhinhos.	Parlamento do Idoso
---	---	---	---------------------

***Ações: (1) Obrigatória (Saúde 2/2); (1) Opcional.**

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 27 - Dimensão: Escolha Local

Problema	Ação*	Descrição	Indicador	Meta	Prazo	Responsável
Necessidade de implementação efetiva do projeto do PMTI ITINERANTE	ESCOLHA: Criação de PMTI Itinerante para descentralização de funcionamento, indo ao alcance dos idosos de cada bairro	Intensificar os esforços para a implementação efetiva do projeto e utilização do recurso financeiro aprovado em Orçamento Municipal para 2020.	Número de atendimentos (entradas) de novos idosos para as ações do PMTI por número de idosos totais existentes no bairro ou município.	Aumentar a socialização dos idosos para com a sociedade.	01/2022 a 12/2022	Secretária de Saúde e Secretária de Assistência Social.

***Ações: (1) Opcional.**

Fonte: Elaborado pelo autor

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Viçosa (MG) se mostra comprometido em tornar a política da pessoa idosa efetiva. Desde 2019 aderiu à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa e apresenta iniciativas em todas as dimensões da EBAPI.

O Conselho Municipal do Idoso (CMI), criado pela Lei nº 1.448 de 20 de agosto de 2001, se encontra ativo e colaborou na construção deste diagnóstico. O município realizou em 2019 a V Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, presidida pelo presidente do CMI. As pessoas idosas foram envolvidas na Conferência desde a pré-conferência, momento em que foram estimulados a participar das discussões pertinentes às suas realidades em diversos eixos temáticos, pontuando demandas e reivindicações ao poder público. Vale destacar que além do envolvimento da Secretaria de Assistência Social do município na realização da Conferência, outras áreas do poder público como saúde, educação, transporte e a Universidade Federal de Viçosa participaram, reforçando a importância da intersetorialidade e interinstitucionalidade na discussão sobre o envelhecimento.

Um avanço importante para o município refere-se à atuação do Fundo Municipal do Idoso que, apesar de regulamentado, ainda funciona de maneira incipiente. Frente ao tamanho do município e o seu potencial para a contribuição para o Fundo, esforços são importantes para se promover sua efetiva atuação e criar possibilidades de intervenção financeira para os projetos destinados à população idosa de Viçosa. Logo, ainda é necessário estruturar campanhas de arrecadação, buscar parcerias para o seu fortalecimento e incentivar a população idosa na participação das decisões que envolvem o Fundo.

Para a realização desta pesquisa, foram observadas iniciativas nas políticas setoriais, tais como saúde, assistência social e esporte, lazer e cultura, evidenciadas no levantamento das legislações (Apêndice 1) disponibilizadas no *site* oficial da prefeitura municipal e ora sistematizadas.

Verificou-se o elevado número de ações que já se encontram em curso em Viçosa e que colaboram para melhorar a qualidade de vida da população idosa local. Entretanto, em todas as dimensões analisadas se nota o desafio em termos de

comunicação, e que poucas ações são desenvolvidas em parceria entre as secretarias da gestão, indicando pouca intersectorialidade. Embora os gestores e funcionários se esforcem para propor ações ou estabelecer parcerias para a sua oferta, estão atingindo um número restrito de pessoas idosas que poderiam se beneficiar de todo o serviço prestado. Ações de comunicação são, sem dúvidas, prioritárias para que o município possa de fato colaborar para a construção de uma cidade mais amigável à pessoa idosa.

Um indicador que chama atenção, apresentado na caracterização do município, é o referente à taxa de analfabetismo das pessoas idosas. Ainda que seja consideravelmente menor do que a média nacional, há que se destacar que Viçosa abriga uma das mais importantes universidades do Brasil, a Universidade Federal de Viçosa, e, ainda que se identifique sua participação no estímulo à inclusão de idosos no programa EJA, vislumbra-se a necessidade de maiores avanços em termos de parcerias para mudar esta realidade.

Outro ponto a se destacar durante a caracterização e o diagnóstico de gestão é que o município possui no CADSUAS seis centros de convivência, mas nenhum desses realiza atividades para a população idosa. Grande parte das atividades oferecidas aos idosos do município ocorrem nas dependências da Universidade Federal de Viçosa, como fruto de parceria dessa instituição com a gestão municipal, por meio do Programa Municipal da Terceira Idade. Atualmente, esse programa conta com mais de 1.800 idosos cadastrados e com uma participação média semanal nas atividades de mais de 500 idosos. Nesse sentido, uma ação prioritária do município é a construção de um centro de convivência para a população idosa, com estrutura adequada e que permita realizar as atividades de maneira mais confortável e com possibilidade de ampliar para um número maior de pessoas.

Ainda que em todas as dimensões da estratégia tenham se identificado pontos negativos e passíveis de soluções para melhorar as ações locais, ficou evidente a necessidade de priorizar ações de comunicação e de educação para colaborar para uma vida longa com dignidade.

A vantagem que a EBAPI oferece é a centralização de informações e ações das políticas públicas voltadas à pessoa idosa, seja no Diagnóstico Municipal, seja no plano de ação. Entretanto, exige uma equipe de servidores municipais treinados

e responsabilizados pela implantação da Estratégia, para que se possa realizar o levantamento das informações e ações de forma ampla e precisa.

Como limitação desta pesquisa, enfrentou-se a impossibilidade de escuta da população idosa, em função cenário da pandemia da Covid-19. Por fim, para pesquisas futuras, sugere-se a avaliação do cenário das políticas voltadas a pessoa idosa no município, após implementação do plano de ação proposto, sendo importante a escuta da população idosa, para que suas prioridades sejam confrontadas com as prioridades identificadas pelo diagnóstico de gestão.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C.; Brasil Envelhece Antes e Pós-PNI. *In: Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

ALVES, T.; PASSADOR, C. S. Educação pública no Brasil: condições de oferta, nível socioeconômico dos alunos e avaliação. São Paulo: Annablume, 2011.

ASSIS, M. G.; DIAS, R. C.; NECHA, R. M.; A Universidade para a Terceira Idade na Construção da Cidadania da Pessoa Idosa. *In: Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

ATLAS Brasil. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/vicosa_mg. Acesso em: 23 de fevereiro de 2020.

DYE, T. R. Understanding public policy. 10ª ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2002.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Melina Sampaio de Ramos. Política nacional do idoso: uma análise sobre os mecanismos de controle democrático. 2019. 213 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BERZINS, M. A. V. S.; GIACOMIN, K. C.; CAMARANO, A. A.; A Assistência Social na Política Nacional do Idoso. *In: Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. 13. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm >. Acesso em: 4 jun. 2020.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm >. Acesso em: 4 jun. 2020

_____. Decreto n. 9.328, de 03 de abril de 2018. Institui a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, 2018.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. *In: Camarano, A. A. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea, p. 254-292, 2004.

CAVALINI, B. A.; FERREIRA, M. C. G.; FERREIRA, M. A. Política nacional do idoso e sua implementação na assistência de enfermagem. *Raízes e Rumos*, v. 2, n. 1, 2014.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis, Vozes, 2004.

COUTO, Eduardo Camargos. Em que Medida a Política Nacional do Idoso tem Sido Efetiva?. *In: Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CUNHA, Carla Giane Soares da Cunha., *Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil*. *Revista Estudos de Planejamento – Edição n., 12, dez 2018*.

DAMASCENO, C. K. C. S.; SOUSA, C. M. M. de. Análise sobre as políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. *Revista Interdisciplinar*. n. 9, 185-190, 2017.

DATASUS. Departamento de Informática do SUS. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/censo/cnv/desempmg.def>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2020.

DE OLIVEIRA GARCIA, Marcelo et al. Usos da pesquisa documental em estudos sobre Administração Pública no Brasil. *Teoria e Prática em Administração (TPA)*, v. 6, n. 1, p. 41-68, 2016. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/handle/123456789/17199>. Acesso em: 3 nov. 2019.

FARAH, Maria Ferreira Santos,. *Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade*. *Rev. Ser. Público Brasília* 69, Edição Especial *Repensando o Estado Brasileiro* 53-84, dezembro, 2018.

FIOCRUZ. Instituto de Informação e Comunicação Científica e Tecnológica em Saúde. (ICICT). Sistema de Indicadores de saúde e Acompanhamento de Políticas Públicas do Idoso (SISAP-Idoso). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://sisapidoso.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível em: <http://minasedados.fjp.mg.gov.br/#dados-pa>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil*. - 6. ed. - São Paulo: Atlas,. 2008

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. *Política pública: seus ciclos e subsistemas*. Tradução técnica Francisco G. Heidemann. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censu 2021. Idosos indicam caminho para uma melhor idade. Disponível em < <https://censo2020.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade.html>>. Acesso em: 5 jul. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PNAD Conínua. Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017 Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em: 5 jul. 2020.

IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vicosa/panorama>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2020.

JANN, Werner e WEGRICH. Theories of the Policy Cycle. In: Fischer, Frank; Miller, Gerald J., e SIDNEY, Mara. Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods. Taylor & Francis Group, LLC. 2007.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. CIAIQ2015, v. 2, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acesso em: 7 abr. 2021.

MARTINS, S; RIBEIRO, A. Q. Das Políticas às ações: Direitos da Pessoa Idosa no Brasil. Revista Científica de Direitos Humanos. Brasília, DF, v.1, novembro, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/relatorio-completo.html>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2020a.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/painel03.php#>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2020b.

OLIVEIRA, Liliam Ribeiro de., PASSADOR, Claudia Souza. Ensaio Teórico Sobre as Avaliações de Políticas Públicas. Cad. EBAPE.BR, v. 17, nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2019.

PEROVANO, D. G. Manual de Metodologia Científica para a Segurança Pública e Defesa Social. Ed. JURUA, 1. ed., 2014.

PESSOA, I. L. Envelhecimento na agenda da política social brasileira: avanços e limitações. Tese (Doutora em Política Social) Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGS. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/1938/leis-de-vicosa/>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2020.

RAEDER, S. T. O Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos de análises de políticas públicas. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. VII, n. 13, p. 121-146, jan-jun. 2014.

RUA, Maria das Graças. PNAP – Especialização em Gestão Pública Municipal – Módulo Básico. 3ª Edição, p.102, 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 9 abr. 2021.

SABATIER, Paul; JENKINS-SMITH, Hank. *Policy change and learning: an advocacy coalition approach*. Colorado: Westview Press, 1993.

SANTOS, N. F. dos; SILVA, M. do R. de F. e. As políticas públicas voltadas ao idoso: melhoria da qualidade de vida ou reprivatização da velhice. *Revista FSA: Faculdade Santo Agostinho, Teresina*, v. 10, n. 2, p.358-371, 2013.

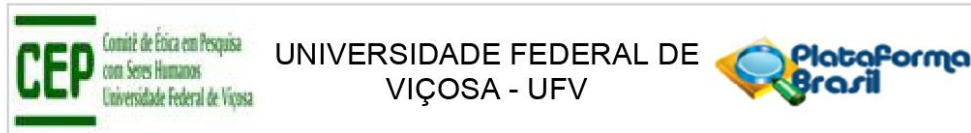
SECHI, L; *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, caso práticos*. 2ª edição São Paulo. 2013.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias. 2006

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. IN: Hochman G (Org). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2007.

TEIXEIRA, S. M. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Implementação de políticas públicas para o envelhecimento: a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa em um município de Minas Gerais

Pesquisador: SIMONE MARTINS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 40324820.0.0000.5153

Instituição Proponente: Fundação Universidade federal de Viçosa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.500.348

Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente às Grandes Áreas 6. Ciências Sociais Aplicadas 7. Ciências Humanas.

As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_ 1666938), carta resposta ao parecer de pendência (PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_4469571) e/ou do Projeto Detalhado:

1. INTRODUÇÃO: A mudança demográfica (aumento da expectativa de vida) vem gerando preocupações com o aumento dos gastos governamentais com saúde e previdência, transformando-se em um desafio no que se refere à manutenção de uma vida ativa, saudável e com qualidade às pessoas que possuem mais de 60 anos. Diversos dispositivos da Constituição Federal de 1988 referentes às políticas setoriais de proteção aos idosos foram regulamentados ao longo a década de 1990, como o estabelecimento pela legislação brasileira em 1994 da Política Nacional do Idoso (PNI) e posteriormente aprovação do Estatuto do Idoso em 1997, redirecionando as prioridades das linhas de ação das políticas públicas, na tentativa de proteger o idoso em situação de vulnerabilidade social, compartilhando responsabilidades com a família, mas é necessário um engajamento entre as esferas governamentais, principalmente a municipal, e a

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-977
UF: MG Município: VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.500.348

sociedade civil, para que haja a implementações de políticas públicas efetivas. Ainda, Santos (2013) coloca que a dificuldade das políticas públicas no acompanhamento do rápido crescimento da população idosa no Brasil, principalmente nesse início de século, conseqüentemente, traz a distorção das reais responsabilidades sobre o idoso. Assim, deve haver constantemente a busca pela diminuição dessa distorção. Cançado et al (2013) salienta ainda que a aproximação de gestores municipais e da sociedade civil facilitam o desenvolvimento de projetos e ações que atendam de fato a realidade local, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, buscando maior eficiência das políticas públicas voltadas à população idosa, o governo federal criou a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI), aprovada por meio do Decreto Nº 8.328 de 3 de abril de 2018. A Estratégia consiste no desenvolvimento de ações para promoção de um envelhecimento ativo, saudável, cidadão e sustentável, com foco principal nos idosos inscritos no Cadastro Único (BRASIL, 2018). De tal forma, o município deve manifestar interesse à essa política, realizando a adesão à Estratégia. Conforme Howlett et al. (2013), a priorização de políticas públicas se refere ao processo pelo qual os problemas chegam à atenção dos governos.

2. HIPÓTESE: Não se aplica.

3. METODOLOGIA: realização de estudo piloto e entrevistas; para a análise, será utilizada a técnica de análise do discurso.

4. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO: As entrevistas serão realizadas com atores da gestão local que estão diretamente envolvidos com o processo de adesão e implantação da EBAPI no município de Viçosa/MG.

Objetivo da Pesquisa:

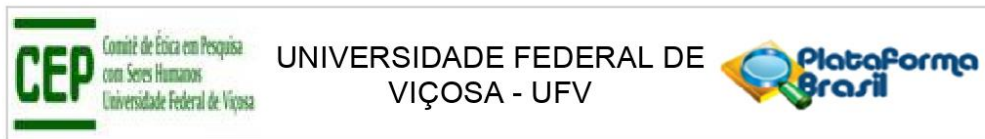
De acordo com os pesquisadores,

Objetivo primário: Compreender o processo de adesão e implementação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa no município de Viçosa.

Objetivo secundário: Objetiva-se especificamente:

a) Descrever o contexto da adesão do município de Viçosa/MG à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI);

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário CEP: 36.570-977
UF: MG Município: VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 E-mail: cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.500.348

- b) Verificar como ocorreu o processo de implementação da EBAPI;
- c) Analisar os resultados alcançados por meio do diagnóstico de planejamento da cidade como “Amiga da Pessoa Idosa”.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os pesquisadores apresentam no formulário online da Plataforma os seguintes Riscos: Como riscos inerentes à pesquisa tem-se a possibilidade de cansaço, o constrangimento e o desconforto para responder a algum questionamento. A fim de minimizar tais riscos, haverá o treinamento do pesquisador responsável pela condução das entrevistas quanto à abordagem a ser utilizada.

e os seguintes Benefícios: A pesquisa terá como benefícios a contribuição direta e indiretamente com o processo de implementação de uma política pública recente, com foco na população idosa. Por meio da análise a ser realizada, ela contribuirá com o aperfeiçoamento desse processo, bem como com a divulgação da Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa para maior adesão dos municípios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os pesquisadores propõem estudo unicêntrico, no país e exploratório por meio de entrevistas semiestruturadas on-line, do tipo qualitativo, conforme descrito em “Metodologia” no campo “Apresentação do Projeto” acima. O número de participantes está estimado em 8. O orçamento total é de R\$ 0,00, com a informação de que não se aplica. A coleta de dados por entrevistas será iniciada em 03/2021 e o término está programado para 05/2021. Houve pendência devidamente respondida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os pesquisadores acostaram no formulário online para avaliação do centro coparticipante:

1. TCLE;
2. Roteiro de entrevistas;
3. Cronograma com compromisso explícito de iniciar a pesquisa após a aprovação do sistema CEP/Conep;
4. Projeto de pesquisa – mestrado;
5. Folha de rosto assinada;
6. Autorização da Prefeitura do Município de Viçosa;
7. Solicitação de celeridade ao CEP/UFV.

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.500.348

Recomendações:

Quando da coleta de dados, o TCLE deve ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa ou responsável legal, bem como pelo pesquisador responsável, ou pessoa(s) por ele delegada(s), devendo todas as assinaturas constar na mesma folha.

Não é necessário apresentar os TCLEs assinados ao CEP/UFV. Uma via deve ser mantida em arquivo pelo pesquisador e a outra é do participante da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site www.cep.ufv.br). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1666938.pdf	22/12/2020 17:01:42		Aceito
Outros	Carta_Resposta.pdf	22/12/2020 16:57:20	GUSTAVO MARCILIO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_modificada.pdf	22/12/2020 16:56:23	GUSTAVO MARCILIO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_pesquisa.pdf	19/11/2020 18:37:41	GUSTAVO MARCILIO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	Solicitacao_de_celeridade.pdf	19/11/2020 17:31:11	GUSTAVO MARCILIO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	Roteiro_para_entrevista.pdf	19/11/2020	GUSTAVO	Aceito

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 4.500.348

Outros	Roteiro_para_entrevista.pdf	17:29:47	MARCILIO VIEIRA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.pdf	19/11/2020 17:29:02	GUSTAVO MARCILIO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_da_instituicao_e_infraestrutura.pdf	19/11/2020 17:28:18	GUSTAVO MARCILIO VIEIRA DA SILVA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	19/11/2020 17:27:46	GUSTAVO MARCILIO VIEIRA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VICOSA, 15 de Janeiro de 2021

Assinado por:
LUIZ ISMAEL PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 36.570-977
UF: MG **Município:** VICOSA
Telefone: (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br

ANEXO B – Autorização do Prefeito de Viçosa para a realização da Pesquisa



PREFEITURA DE VIÇOSA

Centro Administrativo Municipal Prefeito Antônio Chequer
Rua Gomes Barbosa, 803 - Centro - CEP 36.570-000 - Viçosa/MG
Tel: (31) 3891-3714 / 7648 - CNPJ: 18.132.449/0001-79

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Ângelo Chequer, na qualidade de Prefeito do Município de Viçosa - MG, autorizo a realização da pesquisa-ação intitulada: Política de Envelhecimento Ativo nos Municípios Mineiros: releitura a partir da pesquisa-ação, para o "Acompanhamento e Apoio ao Município na Implementação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa", principalmente para a realização de Diagnósticos e Plano Municipal, a ser conduzida sob a responsabilidade das pesquisadoras Simone Martins, Andréia Queiroz Ribeiro e Tainá Rodrigues Gomide Souza Pinto, professoras dos Departamento de Administração e Contabilidade e Departamento de Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Viçosa.

Declaro que esta Instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa.

Esta autorização só é válida no caso de haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa para a referida pesquisa.

Viçosa, 13 de Dezembro de 2019.


Ângelo Chequer
Prefeito Municipal de Viçosa

Ângelo Chequer
Prefeito Municipal

APÊNDICE 1 – Roteiro de Entrevista**Identificação**

Gênero: M () F ()

Idade: _____

Servidor Público: S ()

Lotação/Secretária: _____

Cargo: _____

1. Conhece a Ebapi? Se sim, como conheceu?
2. Dentre as ações elencadas no diagnóstico, há ação que deva ser incluída?
3. Dentre as ações elencadas no diagnóstico, há ação que deva ser excluída ou foi descontinuada?
4. Há ação, que faz referência ao seu setor/secretaria, mas, que desconhecia?
5. Dentre as ações de seu setor/secretaria, poderia apontar pontos positivos de uma determinada ação? Pontos de Negativos? Pontos de melhoria?
6. Concorda com o registro de ações existentes no Diagnóstico Municipal?
7. Há alguma ferramenta utilizada para mensurar a eficiência ou eficácia de uma determinada ação?
8. Quais seriam as 20 ações a serem priorizadas?
9. Há algo mais que você julgue importante a ser colocado?

**APÊNDICE 2 – Legislação do Estado de Minas Gerais sobre a política da
pessoa idosa**

ANO	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVO
1992	10.837	Dispõe sobre o atendimento prioritário às pessoas que menciona nas agências e nos postos bancários estabelecidos no Estado.
1996	12.054	Torna obrigatório o atendimento prioritário, nas repartições públicas do Estado, às pessoas que menciona.
1996	12.262	Dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social, cria o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS - e dá outras providências.
1997	12.666	Dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências.
1999	13.176	Cria o Conselho Estadual do Idoso no estado.
1999	13.177	Modifica o artigo 5º da Lei Nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências.
2000	13.615	Acrescenta dispositivo à Lei Nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências.
2000	13.763	Institui o programa de atendimento domiciliar ao idoso e dá outras providências.
2000	13.461	Institui a defensoria da pessoa idosa.
2004	15.083	Dispõe sobre assentos preferenciais para pessoas com dificuldade de locomoção nos veículos de transporte coletivo intermunicipal.
2007	16.921	Torna obrigatória a afixação de cartazes nos terminais rodoviários e estações ferroviárias, contendo os termos relativos a transporte da lei federal nº 10.741, de 2003, que dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências.
2007	17.249	Cria a notificação compulsória da violência contra o idoso e dá outras providências.
2009	18.315	Estabelece diretrizes para a formulação da política estadual habitacional de interesse social.
2009	18.009	Institui o certificado de inclusão social.
2009	18.306	Altera a lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao idoso e dá outras providências.
2011	19.444	Altera a lei nº 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social, cria o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS - e dá outras providências.
2013	20.622	Torna obrigatória a destinação preferencial de assentos para idosos, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por criança de colo e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos estabelecimentos que menciona.

ANO	LEGISLAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVO
2013	20.692	Acrescenta o art. 6º a à lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências.
2013	20.851	Institui o dia estadual do cuidador de idosos.
2014	21.144	Cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso.
2014	46.546	Regulamenta a lei nº 21.144, de 14 de janeiro de 2014, que cria o fundo estadual dos direitos do idoso.
2014	21.121	Assegura ao idoso e à pessoa com deficiência que menciona gratuidade no serviço intermunicipal de transporte coletivo de passageiros, altera a lei nº 12.666, de 4 de novembro de 1997, que dispõe sobre a política estadual de amparo ao idoso, e dá outras providências.
2014	21.155	Institui a política estadual para o estímulo da atividade de cuidador de idoso.
2015	Decisão da mesa	Cria a Comissão Extraordinária do Idoso, na Assembleia Legislativa do Estado.
2018	23.176	Dispõe sobre os direitos do usuário de serviços, programas e benefícios da assistência social no Estado.
2020	Constituição Estadual	Constituição Estadual de MG – 25º Ed
2020	23.632	Cria o Programa de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19, autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor das unidades orçamentárias que especifica e dá outras providências.
2020	23.636	Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso de máscara de proteção e outros recursos necessários à prevenção da disseminação do coronavírus causador da Covid-19 nos órgãos, entidades, estabelecimentos e serviços que menciona.

APÊNDICE 3 – Avaliação das Iniciativas Relacionadas a Política da Pessoa Idosa no Município de Viçosa (MG)

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
Ambiente Físico	Reestruturação da praça com disponibilização de jogos (xadrez e dama)	Interação social da população idosa	A reestruturação foi realizada apenas na praça central da cidade. A praça está exposta ao vandalismo e a possibilidade de perdas das peças que compõe os jogos.	Previsão de despesa com reposição de peças e ampliação do projeto para demais praças da cidade, convidando a pessoa idosa a frequentar o espaço.
	Ambiente físico onde se realiza o SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Grupo “Idosos Felizes”)	Ambiente com boa iluminação e ventilação, o que proporciona melhores condições de uso às pessoas idosas	Espaço funciona dentro de uma das unidades do CRAS; Área externa pequena e apenas um banheiro para uso coletivo (com difícil acesso).	Ampliação da área onde são realizadas as atividades e reforma do banheiro proporcionando melhoria do acesso às pessoas idosas.
	Asfaltamento de ruas no bairro Nova Viçosa, além de ruas de outros bairros.	O asfaltamento dessas ruas irá trazer diversos benefícios para a população, pois há possibilidade a solicitação de uma linha de ônibus circular, aumentando a mobilidade da população idosa.	Ainda existem ruas no município sem calçamento adequado para a mobilidade das pessoas idosas com segurança.	Ampliação do asfaltamento das ruas do município.
	Operação tapa-buracos	Melhoria das condições de tráfego e, conseqüentemente, do transporte na cidade.	Ainda existem ruas no município sem calçamento adequado para a mobilidade das pessoas idosas com segurança.	Ampliação as ações de manutenção das ruas e vias do município.
	Trabalho de recuperação das estradas rurais	Facilitar o acesso à cidade por parte da população residente na zona rural e a locomoção/acesso de profissionais nessas áreas para realização de atividades e de atendimento.	Ainda existem estradas rurais que necessitam de recuperação	Manter e ampliar a recuperação das estradas rurais.
	Projeto de Iluminação de LED por toda cidade	Melhoria nas condições de locomoção e segurança na cidade	Não há	Não há

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
	Manutenção de 700 pontos de luz	Melhoria nas condições de locomoção e segurança na cidade	Não há	Não há
	Reinauguração da praça Dr. Cristovão Lopes de Carvalho	É um local de lazer e interação comunitária	Não há	Manutenção da praça
Transporte e Mobilidade Urbana Ações para garantia da gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, a partir dos 65 anos; para melhorar a acessibilidade no transporte público; para capacitação de funcionários do transporte público para a compreensão do processo de envelhecimento, entre outras	Vaga prioritária para idosos nos estacionamentos. Em 2019 foram criadas 44 novas vagas para idosos e pessoas com necessidades especiais.	Maior comodidade, facilidade e acessibilidade	O número de vagas não é suficiente.	Reafirmar as leis que asseguram a reserva de vagas para idosos e aumentar o número de vagas.
	Ruas com faixas de pedestres elevadas	Ampliação da visibilidade da travessia dos pedestres, redução da velocidade dos automóveis e maior segurança para os pedestres	Ainda há muitas faixas no centro sem serem elevadas e poucas faixas elevadas nos bairros adjacentes.	Destacar a sinalização adequada, tanto vertical quanto horizontal. Construir mais faixas elevadas e contemplar os bairros adjacentes.
	Gratuidade para as pessoas idosas no transporte coletivo	Gratuidade e acessibilidade no transporte coletivo, promove uma forma de transporte ambientalmente mais sustentável e estimula a interação dos idosos com a comunidade devido a facilidade no deslocamento.	Buracos nas calçadas, degraus elevados nos ônibus e falta de paciência de alguns motoristas	Reafirmar as leis que asseguram a gratuidade no transporte coletivo para a população idosa. Campanhas educativas para a população, quanto aos direitos dos idosos. Capacitação dos motoristas do transporte coletivo para o atendimento às pessoas idosas. Divulgar para todos os idosos o direito e as formas de adquirir gratuidade no transporte.
	Os semáforos da cidade recebem manutenção preventiva e corretiva	Maior segurança para os pedestres e para o trânsito em geral.	Não há	Não há
	Realização da Semana Nacional do Trânsito	Palestras de conscientização de ciclistas, alunos e blitz educativas	Divulgação do evento necessita ser intensificada.	Maior divulgação do evento, explorar temáticas que reforcem a importância do cuidado e paciência dos motoristas em

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
	Oficina de Educação no trânsito para idosos	Melhorar o nível de informação das pessoas idosas sobre o trânsito; aumentar a segurança dos idosos no trânsito	ação pontual e restrita a idosos participantes do programa municipal da terceira idade	relação a população, especialmente, os idosos. incluir como atividade permanente na Semana Nacional do Trânsito e ampliar para outros grupos de idosos do município
	Realização de blitz educativa no trânsito	Realiza ações práticas que melhoram as condições de vida	Pouco articulado com o poder executivo	Ampliar ações conjuntas com o Conselho Municipal da Pessoa Idosa e com o poder executivo municipal.
Moradia	Distribuição de material de reforma para as famílias que tiveram suas residências danificadas pela chuva	Melhoria na qualidade e condições de moradia das famílias	Não há	Não há
Relação de ações e serviços que priorizem a aquisição de moradias por pessoas idosas; relação de campanhas sobre acessibilidade e segurança nas moradias, bem como sobre sustentabilidade (economia de água, luz etc.); entre outros.	Regularização dos imóveis de moradores do bairro Cidade Nova gratuitamente	Ação realizada em parceria com outras instituições. Proporciona segurança jurídica aos moradores, garantido aos mesmos à propriedade dos imóveis.	A ação é realizada em apenas um bairro da cidade	Estender a ação para mais bairros da cidade, realizar um levantamento nos imóveis do município que não estão regularizados para organizar e planejar as próximas ações.
	Realização de obras nas casas das famílias que residem na zona rural, por meio do Programa Nacional de Habitação Rural	Melhorias nas condições das residências das famílias que residem na zona rural	Não há	Ampliar a ação.
Participação	Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	Momento de discussão e avaliação das ações governamentais eleição de prioridades políticas para os governos e para as diferentes organizações da sociedade civil e das entidades de defesa de direitos das pessoas idosa	Falta de vínculo e comunicação com o público e não foi possível levar os delegados para conferência estadual para discutir as propostas municipal	Acompanhar a realização da conferência estadual da pessoa idosa. Mobilizar as pessoas idosas a participarem de forma efetiva da conferência.

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJÉTOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
<p>sociedade, participação cívica e emprego. Como exemplos, estão espaços onde se tomam decisões de seu interesse e onde se discutem as garantias dos seus direitos (como conselhos, fóruns, conferências, associações e outros), espaço no mercado de trabalho (empresas que empregam pessoas idosas ou setores públicos para trabalhos remunerados ou voluntários).</p>	<p>Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI)</p>	<p>Promove a socialização e fortalecimento de vínculos dos idosos, promove saúde e bem estar e qualidade de vida. Concentra ações multidisciplinar de atenção ao idoso. Esta articulado em conjunto com a secretaria de assistência social, secretaria de saúde e departamento de nutrição e saúde da UFV. As pessoas idosas do PMTI participam das discussões nas Conferências da Assistência Social (nas pré-conferências também) e nas Conferências Municipais de Direito da Pessoa Idosa também.</p>	<p>Falta ampliar a divulgação de como realizar o cadastramento do programa e centralização das atividades em um único local (campus da UFV). Espaço físico restrito caso a demanda de idosos pelo programa serviço aumente.</p>	<p>Criar PMTI itinerante para as demandas dos bairros e implantar por meio do orçamento participativo núcleos em bairros cobertos pela estratégia de saúde da família, no sistema de parceria. Construir um centro de convivência para a pessoa idosa no município, com estrutura própria.</p>
	<p>Conselho Municipal do Idoso</p>	<p>Realiza ações práticas e debates de formação cidadã das pessoas idosas. Proporciona a inserção das pessoas idosas e dos temas relacionados a elas nas discussões do município. Deliberar por questões no âmbito do Fundo Municipal Da Pessoa Idosa.</p>	<p>Pouca articulação em rede, desenvolve ações de interesse comum, mas em pontos isolados.</p>	<p>Ampliar ações em conjunto com o Parlamento do Idoso (PMV) e Programa Municipal da Terceira idade (UFV)</p>
	<p>Parlamento do idoso</p>	<p>Legitima e garante a viabilidade de discussão e intervenção política diretamente com propostas direcionadas ao poder executivo</p>	<p>Faltam esclarecimentos sobre os pontos regimentais e de funcionamento.</p>	<p>Esclarecimentos e maior visibilidade.</p>

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJÉTOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
	Grupo de caminhada Posses-Nova Viçosa	Encontro organizado pelos membros de forma autônoma para caminhada e práticas esportivas e apoiado pelos agentes de saúde, bem como o reconhecimento da população local dessa prática.	Falta de profissional de educação física para realizar as práticas corporais	Ampliar a captação de recurso do fundo municipal do idoso ou aprovação de orçamento participativo destinado a pagamento de profissional de educação física
	Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa	Espaço de discussão das demandas e direitos da população idosa; exercício da cidadania da pessoa idosa; espaço de deliberação de questões de interesse do idoso no município	Realização inadequada das pré-conferências (restrição a grupos específicos de idosos, sem representatividade no município);	Aprimorar a realização das pré-conferências municipais para que a conferência alcance os seus verdadeiros objetivos.
	Conferência Municipal de Assistência Social	A conferência tem como pautas o protagonismo dos usuários do SUAS, garantia de direitos, controle social entre outros	Pouca participação da sociedade.	Realizar maior divulgação da conferência e a conscientização da importância da participação e envolvimento de toda a sociedade.
Respeito e Inclusão Social	Grupo de Artesanato nas ESF	Interação Social e promoção da saúde mental	Baixa adesão da população	Verbas para o desenvolvimento de programas educativos/ Apoio familiar em grupos educativos. Maior divulgação das atividades realizadas no grupo, como fazer parte etc.
Relação de eventos com atividades intergeracionais, esportivas, recreativas e culturais de interesse de pessoas idosas em lugares diversos; identificação de espaços de convivência (serviços de convivência e	Projeto Defesa e promoção dos direitos das pessoas idosas	Orientações sobre os direitos da pessoa idosa; atendimentos jurídicos	Pouca divulgação	
	Curso de Costura para iniciantes/ Curso de leitura de plantas	Interação Social, melhoria na qualidade de vida e possibilidade de renda adicional.	Dificuldade em encontrar profissionais com horários livres para ministrar o curso	Disponibilizar locais e espaços para o convívio do idoso, para a realização dos cursos, reuniões, etc. e ofertar diversos horários para atender a população. Realizar ainda a emissão de

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
fortalecimento de vínculos disponíveis no SUAS, grupos de convivência em instituições diversas, clubes); iniciativas para garantir acesso a benefícios e programas sociais destinados a pessoas idosas; ações para garantia dos direitos assegurados à pessoa idosa (atendimento prioritário, que compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato, entre outros); serviços de acolhimento e tratamento das denúncias referentes à violação de direitos da pessoa idosa; existência de campanhas de prevenção de violência contra a pessoa idosa.	Realização de diversos eventos para a pessoa idosa (1º Encontro Regional Da Terceira Idade, Semana do Idoso, baile de carnaval, forró, arraiá, palestra sobre as armadilhas do consumo)	Os eventos são um espaço de integração e desenvolvimento da economia local, estimulam a interação social, oferta de atividades recreativas, de resgate da memória e algumas ações integram a participação das famílias. Os eventos são realizados em parceria com outras instituições.	Recursos financeiros insuficientes. Muitas ações são realizadas apenas nos PMTI. O espaço para realização de algumas atividades é pequeno.	certificados para os profissionais voluntários. Divulgar melhor as ações que envolvem a participação de outras cidades (Encontro Regional da Terceira Idade). Estender as atividades realizadas apenas no PMTI para outros bairros. Maior divulgação para a população idosa para aumentar a adesão do público-alvo. Buscar parcerias com instituições privadas para contribuir na realização dos eventos.
	Grupo Natividade destinado a mulheres, em sua maioria, da terceira idade	Oferta de ações e prática de atividades físicas	Poderia alcançar maior número de participantes.	Dar visibilidade às ações
	Clube da vovó	Atividades específicas de socialização e turismo	Pouca articulação e comunicação com o setor público	Agregar as ações aos projetos realizados pelo poder executivo.
	CRAS Sul	Os idosos não são atendidos em suas reivindicações	SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Grupo "Idosos Felizes")	Melhorar o atendimento das solicitações das pessoas idosas. Estimular a participação dos idosos em espaços de discussão dos seus direitos e das atividades realizadas pelo SCFV
	Distribuição de cestas básicas e kits limpeza para famílias atingidas pelas chuvas	Auxílio a população afetada pela chuva	Não há	Não há
Comunicação e Informação	Divulgação das atividades realizadas no site oficial da prefeitura	Acesso à informação	As informações podem não chegar para as pessoas que não tem acesso a internet ou possuem dificuldades para ler e acessar computadores/celular	Disponibilizar as informações na rádio da cidade, fixação de quadros com informações sobre o que está sendo realizado nos equipamentos de saúde

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
Identificação de ações de divulgação de assuntos de interesse da população idosa; divulgação de serviços e benefícios para a população idosa; divulgação de atividades culturais e de lazer locais, com divulgação do direito à meia-entrada para a pessoa idosa, entre outras.	Portal da Universidade Federal de Viçosa	São disponibilizadas muitas informações sobre cursos, atividades e eventos voltados para os idosos do município, bem como divulgação de atividade do PMTI.	Não há	Não há
	Grupo de WhatsApp de idosos	Compartilhamento e discussão de informações de interesse da população idosa	Embora agregue número grande de idosos, ainda é restrito aos idosos do PMTI que tem celulares e que sabem usar internet	Criar grupos de contatos em outras atividades do município e dar suporte para que os idosos possam usar dessas tecnologias
	Divulgação de boletins epidemiológicos sobre situações de saúde e de doenças no município	Acesso à informação clara e confiável, transparência	Não há	Utilizar as outras mídias para disponibilizar informações constantes nos boletins.
Oportunidades de Aprendizagem Identificação de atividades formativas e informativas destinadas às pessoas idosas, como alfabetização; identificação de projetos de inclusão digital e socialização das pessoas idosas; identificação de cursos disponibilizados que empoderem a pessoa idosa em diversas áreas (educação	Oferta de diversos cursos gratuitos para pessoas vinculadas aos dispositivos da Assistência Social	Os cursos são multidisciplinares. Alguns exemplos são: curso de eletricista predial, produção de alimentos, curso de artes manuais em costura, noções de gestão e empreendedorismo, entre outros. Alguns cursos são ofertados em parceria com outras instituições (ex. ONG Engenheiros Sem Fronteiras)	Alguns cursos possuem o número de vagas restritos.	Maior divulgação dos cursos para a população. Aumentar o número de vagas disponíveis por curso. Oferta dos cursos em vários bairros.
	Programa de Mecanização Agrícola para produtores rurais	Proporciona conhecimento aos produtores rurais.	Pouca divulgação. Número de adesão poderia ser maior.	Dar mais visibilidade e apoiar o Programa.
	UNINASF (Univiçosa e Núcleo de Atenção à Saúde da Família)	Espaço de prática de ensino universitário à pessoa idosa.	Pouca articulação e comunicação com o setor público	Agregar as ações aos projetos realizados pelo poder executivo.
	Projeto "Educação para o Consumo para Idosos"	Educação financeira	Ação pontual	Manter no cronograma de atividades do programa e ampliar para outros idosos

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
financeira; preparação o para a aposentadoria, entre outros), entre outras.	Projeto Inglês para Idosos	Melhora da cognição; autoestima; oportunidade de novo aprendizado	Não há	Não há
	Oficina "Idosos conectados"	Melhora a cognição; estimula a socialização; diminui o sentimento de solidão	Restrito a idosos do PMTI	Ampliar a oficina para os idosos além do PMTI
	Programa EJA – Educação de Jovens e Adultos	Estímulo ao aprendizado independentemente da idade e o retorno à escola; Turma específica para idosos	Pouca divulgação. Número de adesão poderia ser maior.	Dar mais visibilidade e apoiar o Programa.
Saúde, Apoio e Cuidado Identificação de instituições governamentais e não governamentais que prestam assistência à pessoa idosa em âmbito municipal; relação de serviços do Sistema Único de Assistência Social ofertados à população idosa; identificação de políticas e ações locais de promoção da saúde das pessoas idosas; experiência de ações para melhorar a qualidade de	Vacinação contra gripe para pessoas idosas acontece por agendamento devido à COVID-19	Diante da realidade atual e a necessidade de isolamento social a ação é de grande importância para manter as pessoas idosas protegidas, preservando a saúde e qualidade de vida	Como é necessário a utilização de automóvel e a sua disponibilização é precária, há falta de agendamento ou contato com a pessoa idosa, gerando uma maior ansiedade.	Planejamento dos dias e turnos de disponibilização do automóvel para cada unidade, possibilitando uma organização da equipe do PSF na definição quanto á ordem de ruas que terão as vacinações agendadas
	Oferta de teleatendimento sobre Coronavírus	Esclarecimento de dúvidas e disponibilização de informações sobre prevenção e cuidado	Dificuldade em avaliar o paciente quanto aos sintomas apresentados	Presença de um médico no teleatendimento para a realização de uma consulta pelo telefone.
	Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Viçosa	Ampliação do número de tratamentos ofertados o órgão atendeu 54,21% a mais do que no ano anterior.	Não há	Não há
	Construção do Centro de Zoonoses	O centro é responsável pelas ações e estratégias referentes à vigilância, à prevenção e ao controle de zoonoses de forma contínua e sistemática. O que proporcionará melhoria na saúde pública.	Consciência e colaboração do público viçosense quanto o controle da população de animais domésticos e sinantrópicos (morcegos, pombos, ratos, abelhas, mosquitos e outros transmissores de zoonoses)	Treinamentos, cursos e estágios específicos para profissionais da área para oferecer esclarecimento e ajudar na educação do público.

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJÉTOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
atendimento da pessoa idosa nas unidades de saúde, entre outras.	Programa Farmácia para todos	Objetivo de garantir que a população tenha acesso a medicamentos e atendimento considerados básicos, ou essenciais, o que gera melhora a saúde da população.	A expectativa que a população com mais de 60 anos de idade deve triplicar, para o SUS essa perspectiva representa um enorme desafio, já enfrentam limitações nos serviços de saúde, especialmente em regiões mais pobres, à medida que o número de idosos aumentam, tende a elevar as doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, aumentam também os casos de infarto e AVC. Os idosos vão acumulando morbidades que exigem cuidados e acompanhamentos, o uso de vários medicamentos, nem sempre receitado pelo mesmo médico, o metabolismo da pessoa idosa é mais lento, é fácil presenciar uma interação medicamentosa, ainda existe desafios para a implantação da Atenção Farmacêutica, além do bom relacionamento do profissional médico com o farmacêutico	Educar a população em relação a saúde, para prevenção de condições que possam afetar a qualidade e a longevidade dos idosos, desta forma as industrias devem investir em estudos e pesquisas para novas terapias que visam melhorar o combate as doenças comuns na terceira idade. Atuação dos Farmacêuticos, implantar a Atenção Farmacêutica, esses profissionais devem estar atentos as atualizações, esclarecer e orientar de forma clara e objetiva, a interação médico-farmacêutico deve visar ao bem-estar do idoso, a aproximação do farmacêutico com os idosos é crucial para reduzir os riscos de reações adversas.
	Disponibilização de 15 UBSS (Unidades Básicas de Saúde)	Distribuição dos equipamentos de saúde pela cidade, facilitando o acesso.	Algumas localizações de unidade, são muito distantes dos bairros abrangentes	Ampliar as linhas de ônibus da viação união para circular nas ruas que se encontram as unidades básicas de saúde.
	Equipe de saúde exclusiva para atendimento domiciliar: Equipe Multidisciplinar de Atendimento Domiciliar (EMAD) composto por 15 profissionais de especialidades diferentes que atuam no atendimento domiciliar	Oferecer atenção personalizada e regular para pessoas que recebem tratamento em casa, com foco em pacientes recém desospitalizados ou com dificuldade de locomoção	O PSF encaminha o paciente para a EMAD, porém há devolução da requisição, alegando que o paciente encaminhado deverá ser acompanhado pelo PSF e não pela equipe multidisciplinar.	O EMAD reunir com os coordenadores das unidades para estabelecer critérios para o atendimento domiciliar e definir quais pacientes requerem atendimento da equipe multidisciplinar e quais devem continuar com o

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
				acompanhamento da unidade (PSF)
	Gratuidade de Medicamentos Básicos	Maior acesso aos medicamentos considerados essenciais	Maior custo para o Governo	Assegurar a satisfação dos usuários quanto a oferta de medicamentos
	Grupo de Hipertensos e Diabéticos nas ESF	Controle de comorbidades	Baixa adesão da população	Criar estratégias para que os postos de saúde deem um atendimento diferenciado ao idoso, estimulando de forma atrativa a participação do idoso nos grupos
	Campanhas de prevenção de osteoporose e quedas	Melhora o nível de informação; promoção do autocuidado		
	Dia de Combate à Hipertensão Arterial	Exposição sobre os benefícios da alimentação e atividade física para prevenção e controle da Hipertensão Arterial; Troca de conhecimentos e experiências entre acadêmicos e pessoas idosas	Ação pontual, no âmbito do Campus da UFV e junto aos idosos que participam do PMTI e acadêmicos	Estender o evento para os idosos que não fazem parte do PMTI e divulgar o evento.
	Realização da Feira de Saúde e da manhã de atividade física, ginástica com idosos	A ação é realizada em vários bairros da cidade que proporciona socialização e inclusão social, além de melhorar a saúde das pessoas idosas	Há baixa adesão da população em participar das atividades	Ofertar atrativos para a população como: premiações, brindes, lanches e etc. Bem como divulgar ativamente nos meios de comunicação, como rádios, carros de som e redes sociais.
	Realização de ações de conscientização e prevenção no outubro rosa e novembro azul	Conscientização da população sobre a prevenção e cuidado; Oficinas exclusivas com mulheres e homens idosos;	Adesão da população masculina ainda é pequena, por não se sentir confortável em conversar sobre o tema	Reforçar a população sobre a incidência de óbitos pela doença, sendo os cânceres mais comuns e que mais afeta o público alvo.
	Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) Lar dos velhinhos	Abriga e cuida das pessoas idosas. Está aberto à comunidade acadêmica e	Realização de mais atividades para as pessoas idosas.	Implantação de oficinas de memória e estímulo a convivência com a sociedade e

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJÉTOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
		sociedade em geral o que proporciona sociabilização aos idosos que lá residem.		alteração no regimento. Desenvolvimento de ações do CRAS, CREAS e atendimento das equipes da Estratégia Saúde da Família na instituição.
	Pastoral do Idoso	Os agentes (voluntários) responsabilizam-se pelas visitas mensais às residências de pessoas idosas e se necessário informa a assistência social a condição do idoso e em caso de maus tratos denunciam ao Conselho Municipal do Idoso.	Encontrar novos agentes para atuarem em todas as comunidades da Paróquia de Fátima, acredita que seja um trabalho que pode ser seguido por outras igrejas católicas de Viçosa	Fortalecer e ampliar os grupos através de oficinas de formação de novos membros e inserir o idoso nas atividades voluntárias de trabalho e valorizá-lo. Incentivar outras igrejas a fazerem o mesmo.
	Núcleo esportivo terceira idade	Práticas corporais e exercício específicos para as pessoas idosas	Projeto engessado quanto ao número de idosos por faixa etária e viabilidade na execução/verba.	Ampliar o número de vagas para idoso e flexibilizar o uso da verba
	Grupo de ginástica da terceira idade "Mexa pela Vida"	Encontro organizado pelos membros de forma autônoma para caminhada e práticas esportivas, bem como o reconhecimento da população local dessa prática.	Falta de profissional de educação física e material para realizar as práticas corporais	Ampliar a captação de recurso do fundo municipal do idoso ou aprovação de orçamento participativo destinado a pagamento de profissional de educação física
	Grupo de Caminhada/ Atividade Física nas ESF	Interação Social e promoção da saúde física	Falta de um atendimento diferenciado para as pessoas idosas. Baixa adesão da população.	Criar estratégias para que os postos de saúde deem um atendimento diferenciado ao idoso, estimulando de forma atrativa a participação do idoso nos grupos. Maior divulgação das atividades realizadas no grupo, como fazer parte etc.
	Projeto Saúde e Vida	Realização de exercícios físicos orientado por profissional; Melhoria da capacidade funcional dos idosos	Ainda faltam equipamentos	Recursos financeiros para aquisição de equipamentos

DIMENSÕES DA EBAPI	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS IDENTIFICADOS	PONTOS POSITIVOS	DESAFIOS / PONTOS NEGATIVOS	SUGESTÕES DE MELHORIA
	Academia ao ar livre	Prática de atividade física; socialização; bem estar	Ausência de profissional para orientar as atividades	Criar grupos de usuários da academia, com horários definidos e com orientação profissional
	Atendimento nutricional específico para população idosa	Orientações para a alimentação saudável; promoção do autocuidado	Restrito aos idosos do PMTI	Ampliar para outros idosos do município
	Oficinas de educação alimentar e nutricional para pessoas idosas	Motivação dos idosos; melhoria no controle das doenças	Restrito aos idosos do PMTI	Ampliar
	Curso Saúde na Terceira Idade	Conscientizar os idosos sobre as habilidades necessárias para lidar com o envelhecimento	Pouca divulgação resultando em baixa adesão; Ação pontual	Ampliar a divulgação em mídias sociais destacando a importância da participação do público alvo
Escolha Local	Concurso Rei e Rainha da Terceira Idade	Lazer; Melhora da auto-estima; Integração; Intergeracionalidade	Não há	Não há
Dimensão criada especificamente pela Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, para a livre escolha do município.	Programa Municipal da Terceira Idade - PMTI Itinerante	Ampliação do projeto para fora dos muros da Universidade federal de viçosa	Projeto "PMTI Itinerante" aprovado para 2020, mas paralisado devido a COVID-19, mas ainda não realizado	Intensificar os esforços para a implementação efetiva do projeto e utilização do recurso financeiro aprovado em Orçamento Municipal para 2020.

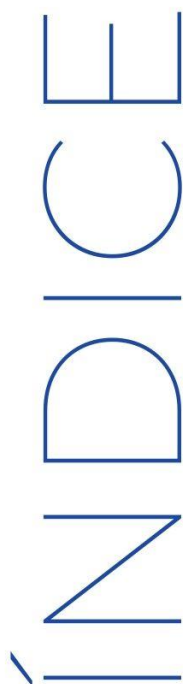
APÊNDICE 4 – Relatório Técnico

 RELATÓRIO TÉCNICO UFV
PROFIAP

Plano de Ação à Pessoa Idosa de Viçosa-MG

2021

Sumário



01.

ORGANIZAÇÃO, PÚBLICO-ALVO E OBJETIVO

02.

DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

03.

ANALISE E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

04.

APRESENTAÇÃO DAS 9 DIMENSÕES DA EBAPI

06.

TOTAL DE AÇÕES POR DIMENSÕES DA EBAPI

08.

VALIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

11.

PLANO DE AÇÃO



IDENTIFICAÇÃO



ORGANIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA-MG



PÚBLICO-ALVO

AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS E AGENTES PRIVADOS
LIGADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS
IDOSAS DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG



OBJETIVO

ESTE TRABALHO OBJETIVA FORNECER AÇÕES QUE
POSSAM CONTRIBUIR COM O DIRECIONAMENTO E
PRIORIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À
PESSOA IDOSA.





DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Em janeiro de 2020 o município de Viçosa-MG, aderiu à EBAPI- Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, sendo necessário o cumprimento das 05 fases previstas na estratégia para obtenção de cada selo no certificado de reconhecendo do comprometimento com a EBAPI.

O primeiro selo é recebido automaticamente na Fase 1, representado pelo Selo Adesão. Na fase seguinte, ao qual o município ainda se encontra, é entregue o Selo Plano, ao qual devem ser apresentados os seguintes requisitos: a implantação ou confirmação de existência do Conselho Municipal da Pessoa Idosa, que deve inclusive participar de todas as fases da Estratégia; Capacitação dos representantes do Município para implementação da Estratégia, por meio da plataforma de Ensino à Distância (EAD) do ministério da Cidadania; Realização de levantamento quantidade e inventário de ações e políticas voltadas à pessoa idosa, gerando um "Diagnóstico Municipal; e, por fim, a partir do diagnóstico, a elaboração de um plano de ações a serem executadas.

Após a finalização dessas etapas, o município segue para a fase 3. Entretanto, considerando o caso de Viçosa-MG, houve paralização das atividades depois da finalização do diagnóstico em março de 2020, causado principalmente pela pandemia da covid-19.





ANÁLISE & DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

O Diagnóstico Municipal objetivou apresentar a caracterização da cidade, identificando a legislação vigente e avaliando as 68 ações, serviços, projetos e programas disponibilizados pelo município para a população idosa, destacando os seus pontos positivos, pontos de desafios e sugestões de melhorias. O levantamento dessas informações foi realizado pela Comissão de Apoio à EBAPI, criado pelo município.

Esse levantamento é organizado de acordo com as nove dimensões propostas pela Estratégia Brasil Amiga da Pessoa Idosa, sendo elas: *Ambiente Físico; Transporte e Mobilidade Urbana; Moradia; Participação; Respeito e Inclusão Social; Comunicação e Informação; Oportunidades de Aprendizagem; Apoio, Saúde e Cuidado; e Escolha Local*

Considerando o tempo transcorrido desde a finalização do Diagnóstico Municipal em março de 2020 e a necessidade de prosseguimento com a criação do plano municipal de ação, se fez necessário a validação e atualização das informações contidas em tal documento. Assim, em novembro de 2021 foram realizadas as validações e atualizações das informações por servidores públicos municipais, da Gestão 2021-2024, e pelos membros do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.



AS 9 DIMENSÕES DA EBAPI



AMBIENTE FISICO

Relação e qualidade dos espaços disponíveis para as pessoas idosas, para a sua socialização e integração na vida pública (iluminação, calçamento, praças com bancos, pontos de encontros comunitários etc.).

TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

Ações para garantia da gratuidade nos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, a partir dos 65 anos; para melhorar a acessibilidade no transporte público; para capacitação de funcionários do transporte público para a compreensão do processo de envelhecimento, entre outras.



MORADIA

Relação de ações e serviços que priorizem a aquisição de moradias por pessoas idosas; relação de campanhas sobre acessibilidade e segurança nas moradias, bem como sobre sustentabilidade (economia de água, luz, etc.); entre outros.

PARTICIPAÇÃO

Identificação de espaços que possibilitem a participação efetiva das pessoas idosas na sociedade, participação cívica e emprego. Como exemplos, estão espaços onde se tomam decisões de seu interesse e onde se discutem as garantias dos seus direitos (como conselhos, fóruns, conferências, associações e outros) e espaço no mercado de trabalho.





AS 9 DIMENSÕES DA EBAPI



COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Identificação de ações de divulgação de assuntos de interesse da população idosa; divulgação de serviços e benefícios para a população idosa; divulgação de atividades culturais e de lazer locais, com divulgação do direito à meia-entrada para pessoa idosa, entre outras.

OPORTUNIDADES E APRENDIZAGEM

Identificação de atividades formativas e informativas destinadas às pessoas idosas, como alfabetização; identificação de projetos de inclusão digital e socialização das pessoas idosas; identificação de cursos disponibilizados que empoderem a pessoa idosa em diversas áreas (educação financeira; preparação para a aposentadoria, entre outros), entre outras.



RESPEITO E INCLUSÃO SOCIAL

Disseminação das prioridades dispostas nas Leis n.º 10.048/2000 (atendimento prioritário) e n.º 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), inclusive a prioridade especial (maiores de 80 anos); Estimular a manutenção e a ampliação de vínculos sociais (amigos, vizinhos, profissionais), além dos vínculos familiares; entre outros.

APOIO, SAÚDE E CUIDADO

Identificação de instituições governamentais e não governamentais que prestam assistência à pessoa idosa em âmbito municipal; relação de serviços do Sistema Único de Assistência Social ofertados à população idosa; Identificação de políticas e ações para melhorar a qualidade de atendimento da pessoa idosa nas unidades de saúde, entre outras.



ESCOLHA LOCAL

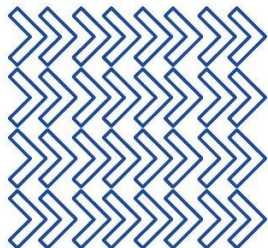
A Escolha Local fica a critério do Município, não estando contemplada nas dimensões propostas acima.



ANÁLISE & DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

TABELA COM O RESULTADO DO LEVANTAMENTO DAS AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS PELAS DIMENSÕES PROPOSTAS PELA EBAPI

DIMENSÕES	AÇÕES, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS
AMBIENTE FÍSICO	08
TRANSPORTE E MORADIA URBANA	07
MORADIA	03
PARTICIPAÇÃO	07
RESPEITO E INCLUSÃO SOCIAL	08
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	04
OPORTUNIDADE E APRENDIZAGEM	07
APOIO, SAÚDE E CUIDADO	23
ESCOLHA LOCAL	02
TOTAL	68



PLANO DE AÇÃO À PESSOA IDOSA DE VIÇOSA-MG

RESUMO

Na busca por realizar contribuição com a implementação da Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa - EBAPI, no município de Viçosa-MG, o presente plano de ação objetiva concretizar as propostas elencadas a partir do Diagnóstico Municipal de março de 2020. Nesse sentido, considerando o tempo transcorrido da elaboração do diagnóstico, a posse de nova gestão municipal e a pandemia da covid-19, buscou-se validar as informações sobre as ações, projetos, serviços e programas voltados às pessoas idosas. De tal maneira, observa-se como resultado que o município de Viçosa/MG possui políticas para pessoas idosas, tendo ações em todas as dimensões da vida social, sendo Políticas que se somam neste levantamento, demonstrando o aspecto transversal necessário para qualificar a vida da população, em todas as idades. Assim, Embasando-se nas teorias que referenciam a pesquisa e a análise dos depoimentos de todos os participantes, incluindo as sugestões dos entrevistados, é possível realizar um Plano de Ação, com potencial para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa do município.



ANÁLISE & DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Em se tratando das sugestões dispostas no Diagnóstico Municipal, na busca de melhoria das ações apresentadas, é possível perceber alguns pontos em comum que cada ação enfrenta para se tornar mais eficiente e alcançar um maior número de pessoas idosas:

- **Necessidade de recursos, muitas vezes financeiros, para a expansão de ações - seja para construção ou reformas de espaços, contratações de mão de obra especializada, compra de equipamentos, dentre outras necessidades que cada ação requer;**
- **Melhoria na divulgação de informações destinadas à pessoa idosa;**
- **Maior alcance das ações àquelas que residem em áreas periféricas, e, principalmente;**
- **Maior estímulo de participação da pessoa idosa na construção das políticas e das ações voltadas a ela.**

Ainda que sinalizadas as melhorias, o município apresenta ações em todas as dimensões da EBAPI, que no seu conjunto demonstram a intenção de se trabalhar o caráter multidimensional do envelhecimento populacional.

A política da pessoa idosa caracterizada a partir do levantamento realizado demonstra potencial para qualificar a vida longa, em todas as dimensões da vida social, além de uma responsabilidade dos gestores públicos em converter a cidade em amigável à população idosa.



VALIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

Para os servidores municipais da Gestão 2021-2024 e membros do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, no que tange à validação das ações apresentadas no levantamento realizado e apresentado no Diagnóstico Municipal, não houve necessidade de indicações de inclusões de informações. Esse fato corrobora à confirmação da qualidade das informações contidas no documento.

Entretanto, das 68 ações listadas, 11 receberam destaques, seja sobre a necessidade de atualização ou com indicativo de retirada do documento, devido a descontinuidade em função da ocorrência da Pandemia da Covid-19

Transporte e Mobilidade Urbana	<p>AÇÃO Realização da Semana Nacional do Trânsito; Oficina de Educação no trânsito para idosos; Realização de blitz educativa no trânsito.</p> <p>OBSERVAÇÃO REALIZADA Nenhuma ação direta com o Idoso foi realizado no ano de 2021.</p>
---------------------------------------	--

PARTICIPAÇÃO	<p>AÇÃO Programa Municipal da Terceira Idade (PMTI)</p> <p>OBSERVAÇÃO REALIZADA Programa foi desvinculado da UFV, afetando a qualidade de atendimento à pessoa idosa, bem como a continuidade de ações que estavam estabelecidas no Programa. Houve, inclusive, necessidade de saída da sede da PMTI que se localizava no campus da universidade. Há 13 ações com o envolvimento do PMTI listado no Diagnóstico que devem ser acompanhadas e foram impactados na realização devido a pandemia da covid-19.</p>
---------------------	--

AÇÃO

Grupo de caminhada Posses-Nova Viçosa

OBSERVAÇÃO REALIZADA

Grupo inativo, considerando descontinuidade do profissional de educação física no projeto. Entretanto, o profissional realiza acompanhamento de projeto semelhante no Bairro São José do Triunfo.

**RESPEITO E
INCLUSÃO
SOCIAL****AÇÃO**

CRAS-Sul

OBSERVAÇÃO REALIZADA

Sugestão de complementação do serviço prestado, considerando a existência do CRAS-Norte e CREAS.

**SAÚDE,
APOIO E
CUIDADO****AÇÃO**

Oferta de teleatendimento sobre Coronavírus

OBSERVAÇÃO REALIZADA

O teleatendimento foi substituído pela Unidade de Atenção Especializada em Saúde-UAES, numa parceria entre prefeitura e UFV.

AÇÃO

Disponibilização de 15 UBSs (Unidades Básicas de Saúde)

OBSERVAÇÃO REALIZADA

A disponibilização no município é de 14 UBSs, considerando que durante o ano de 2020 houve a aglutinação de duas unidades.

AÇÃO

Grupo de Caminhada/ Atividade Física nas ESF

OBSERVAÇÃO REALIZADA

Grupo descontinuado

AÇÃO

Projeto Saúde e Vida

OBSERVAÇÃO REALIZADA

Projeto sem acompanhamento, considerando o desfazimento de parceria com a UFV.



VALIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MUNICIPAL

Como se observa, as ações sofreram interrupção devido a situação que extrapola a capacidade de implementação da gestão pública municipal. Nota-se, também, a importância da parceria com a UFV para a realização das ações municipais, cuja ausência, leva à descontinuidade de diversas ações. Logo, são ações que devem ser cuidadas pelo município para que não fiquem fragilizadas ou dependentes exclusivamente da própria rede de apoio de determinada ação criada para “impactar” positivamente a qualidade de vida da pessoa idosa.

Todavia, a avaliação realizada pelos envolvidos no ano de 2021 ratificam as informações disponibilizadas por aqueles envolvidos no ano de 2020, reafirmando que **mais de 80% das ações foram mantidas**, ainda que diante da eminência de descontinuidade em função da Covid-19.

De tal maneira, observa-se mais uma vez que o município de Viçosa/MG possui políticas para pessoas idosas, tendo ações em todas as dimensões da vida social. Políticas que se somam neste levantamento, demonstrando o aspecto transversal necessário para qualificar a vida da população, em todas as idades.

Em termos de avaliação, ainda que desafios se apresentem, os pontos positivos se sobrepõem, demonstrando um caminho promissor para o aprofundamento democrático e para a qualificação das ações para o fortalecimento da Política da Pessoa Idosa e para a promoção de um envelhecimento ativo e saudável, o que resulta em benefícios para toda a sociedade viçosense.



PLANO DE AÇÃO

Embasando-se na análise dos depoimentos de todos os participantes, incluindo as sugestões dos entrevistados, é possível realizar um Plano de Ação, com potencial para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa do município estudado, tendo ainda como base as seguintes premissas:



Melhoria na articulação em rede entre o Conselho Municipal do Idoso, o Parlamento do Idoso, o PMTI-Programa Municipal da Terceira Idade e outros grupos de relevância para a temática do idoso, inclusive os grupos de atividade física.



Maior interação entre os diferentes setores e áreas da prefeitura do município que promovem ações voltadas à pessoa idosa, gerando maior engajamento entre essas, mesmo que distintas ou pouco correlatas.



Criação de local ou setor na prefeitura como referência para melhor divulgação de informações, oportunidades e eventos promovidos na cidade, com foco na pessoa idosa, que mantenha cadastro atualizado de pessoa interessada em receber e/ou contribuir na divulgação de tais informes.



Continuidade ao projeto de criação de PMTI Itinerante, atendendo a demandas de bairros periféricos, a fim de angariar novos membros e atender um maior número de pessoas idosas;



Busca por recursos financeiros por meio de parcerias público-privadas para a ampliação ou implantação de projetos, contribuindo, inclusive, para a utilização e movimentação do, já regulamentado, Fundo Municipal do Idoso.



PLANO DE AÇÃO

Isto posto, propõe-se a seguir 20 ações que devem ser priorizadas, considerando as 9 dimensões apresentadas pela EBAPI, e seguindo as orientações do seu Guia 4 para elaboração de plano de ação.

A proposta desse plano de ação consiste em levantar informações que busquem auxiliar e contribuir com a administração municipal no aprimoramento da política pública voltada à pessoa idosa, principalmente no processo de adesão à EBABI.

Por fim, é válido ressaltar que o Plano de Ação apresentado a seguir deve ser discutido com os servidores municipais e a população idosa a fim de definir:

8 ações obrigatórias, nas áreas de direitos humanos, saúde, assistência social e desenvolvimento humano – sendo duas para cada área.

8 ações opcionais, uma para cada dimensão.

4 ações de escolha local

Após definição, essas ações irão compor um projeto de lei a ser aprovado pela câmara de vereadores e sancionado pelo prefeito.

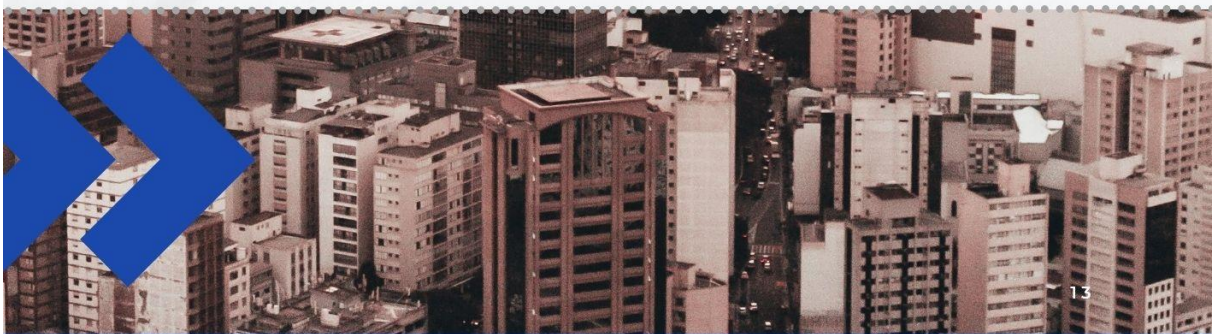


PLANO DE AÇÃO

DIMENSÃO AMBIENTE FÍSICO

PROBLEMA	AÇÃO	INDICADOR	META	RESPONSÁVEL
1. NECESSIDADE DE PRAÇAS E ACADEMIAS AO AR LIVRE E COM BANCOS	AUMENTO DE DISPONIBILIDADE DE PRAÇAS E ACADEMIAS AO LIVRE, BEM ILUMINADAS E ARBORIZADAS.	RELAÇÃO DE PRAÇA E ACADEMIA AO LIVRE DISPONIBILIZADO POR BAIRRO.	DISPONIBILIZAÇÃO DE PRAÇAS E ACADEMIAS AO LIVRE	SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
2. MELHORIA DA SEDE DO SCFV-SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (GRUPO "IDOSOS FELIZES").	MELHORIA DA SEDE DO SCFV-SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (GRUPO "IDOSOS FELIZES").	SATISFAÇÃO DA PESSOA IDOSA EM FREQUENTAR E UTILIZAR O ESPAÇO.	AMPLIAÇÃO DE ESPAÇOS PARA MAIOR SATISFAÇÃO.	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIAL SOCIAL
3. ASFALTAMENTO DE RUAS E OPERAÇÃO TAPA BURACOS	AMPLIAÇÃO DA ÁREA ONDE SÃO REALIZADAS AS ATIVIDADES E REFORMA DO BANHEIRO.	NÚMERO DE RUAS PAVIMENTADAS PELO TOTAL EXISTENTES NO BAIRRO OU MUNICÍPIO.	AUMENTO DE RUAS PAVIMENTADAS E EM BOAS CONDIÇÕES DE USO	SECRETARIA DE TRANSPORTES, TRÂNSITO E INFRAESTRUTURA URBANA

OBRIGATORIAS: DESENVOLVIMENTO HUMANO (AÇÃO 2);
OPCIONAIS: AÇÃO 1;
ESCOLHAS LOCAIS: AÇÃO 3.





PLANO DE AÇÃO

DIMENSÃO TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

PROBLEMA	AÇÃO	INDICADOR	META	RESPONSÁVEL
4. INSUFICIÊNCIA DE VAGAS PREFERENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS EM ESTACIONAMENTOS PÚBLICOS, CONSIDERANDO O AUMENTO DA POPULAÇÃO IDOSA NO MUNICÍPIO	OBRIGATORIA: AUMENTO DE VAGAS PRIORITÁRIAS OFERTADAS NO MUNICÍPIO.	PROPORÇÃO DE VAGAS PREFERENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS	ATINGIMENTO DO PATAMAR ESTABELECIDO.	GABINETE DO PREFEITO E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
5. GRATUIDADE PARA AS PESSOAS IDOSAS NO TRANSPORTE COLETIVO	ASSEGURAR QUE PESSOAS IDOSAS USUFRUAM GRATUITAMENTE DO TRANSPORTE PÚBLICO.	AUMENTO E EMISSÃO DE CARTEIRINHAS PARA UTILIZAÇÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO.	AUMENTO DE 10% DO TOTAL DE CARTEIRINHAS EMITIDAS ATÉ 2021.	SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

OBRIGATÓRIAS: DESENVOLVIMENTO HUMANO (AÇÃO 2); DIREITOS HUMANOS (AÇÃO 4);
OPCIONAIS: AÇÕES 1 E 5;
ESCOLHAS LOCAIS: AÇÃO 3.





PLANO DE AÇÃO

DIMENSÃO MORADIA

PROBLEMA	AÇÃO	INDICADOR	META	RESPONSÁVEL
6. NECESSIDADE DE REGULARIZAÇÃO GRATUITA DOS IMÓVEIS DE MORADORES, PRINCIPALMENTE DO BAIRRO CIDADE NOVA.	REGULARIZAR OS IMÓVEIS DOS MORADORES DO BAIRRO CIDADE NOVA DE FORMA GRATUITA;	NÚMERO DE RESIDÊNCIAS REGULARIZADAS POR BAIRRO.	AUMENTAR O NÚMERO DE CASAS REGULARIZADAS POR BAIRRO.	GABINETE DO PREFEITO E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
7. DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE REFORMA PARA AS FAMÍLIAS QUE TIVERAM SUAS RESIDÊNCIAS DANIFICADAS PELA CHUVA;	REALIZAR LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE RESIDÊNCIAS QUE FORAM DANIFICADAS PELA CHUVA, BEM COMO O REPARO NECESSÁRIO.	QUANTIDADE DE RESIDÊNCIAS EM RELAÇÃO AO VALOR DESPENDIDO.	ATENDER 100% DOS CASOS LEVANTADOS.	SECRETARIA DE OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

OBRIGATORIAS: DESENVOLVIMENTO HUMANO (AÇÃO 2); DIREITOS HUMANOS (AÇÃO 4) ASSISTENCIAL SOCIAL (AÇÃO 7);
 OPCIONAIS: AÇÕES 1, 5 E 6;
 ESCOLHAS LOCAIS: AÇÃO 3.





PLANO DE AÇÃO

DIMENSÃO PARTICIPAÇÃO

PROBLEMA	AÇÃO	INDICADOR	META	RESPONSÁVEL
8. NECESSIDADE DE AMPLIAR AÇÕES DO PMTI EM CONJUNTO COM O PARLAMENTO DO IDOSO E CONSELHO DO IDOSO.	AUMENTO DE ARTICULAÇÃO EM REDE EM PROL DA PESSOA IDOSA	ATA DE REUNIÕES.	AUMENTO DE AÇÕES CONJUNTAS.	SECRETÁRIA DE SAÚDE, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO DO IDOSO E PARLAMENTO DO IDOSO
9. APRIMORAR A REALIZAÇÃO DAS PRÉ-CONFERÊNCIAS DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	REALIZAR MAIOR DIVULGAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS PARA AUMENTO DE PARTICIPAÇÃO E ENGAJAMENTO.	AUMENTO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOA IDOSA NAS CONFERÊNCIAS	AUMENTAR O ENGAJAMENTO DA PESSOA IDOSA NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS.	SECRETÁRIA DE SAÚDE, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO DO IDOSO E PARLAMENTO DO IDOSO
10. MAIOR VISIBILIDADE E ESCLARECIMENTOS À PESSOA IDOSA DO FUNCIONAMENTO DO PARLAMENTO DO IDOSO	MELHORIA DE REGIMENTO INTERNO E FUNCIONAMENTO DO PARLAMENTO DO IDOSO	NÚMERO DE ATAS POR ANO.	AUMENTAR O FUNCIONAMENTO E EFETIVIDADE DO PARLAMENTO DO IDOSO	GABINETE DO PREFEITO E PARLAMENTO DO IDOSO

OBRIGATORIAS: DESENVOLVIMENTO HUMANO (AÇÃO 2); DIREITOS HUMANOS (AÇÃO 4) ASSISTENCIAL SOCIAL (AÇÕES 7 E 9);
 OPCIONAIS: AÇÕES 1, 5, 6 E 8;
 ESCOLHAS LOCAIS: AÇÃO 3 E 10..





PLANO DE AÇÃO

DIMENSÃO RESPEITO E INCLUSÃO SOCIAL

PROBLEMA	AÇÃO	INDICADOR	META	RESPONSÁVEL
11. ATENDIMENTO ÀS REIVINDICAÇÕES DA PESSOA IDOSA AO CRAS.	ATENDER À DEMANDA DA PESSOA IDOSA ESCOLHA.	NÚMERO DE REIVINDICAÇÕES LEVANTADAS PELO NÚMERO DE REIVINDICAÇÕES ATENDIDAS.	AUMENTO DE AÇÕES CONJUNTAS.	SECRETÁRIA DE SAÚDE, DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO E PARLAMENTO DO IDOSO
12. REALIZAÇÃO DE DIVERSOS EVENTOS PARA A PESSOA IDOSA (REGIONAL DA TERCEIRA IDADE, SEMANA DO IDOSO, BAILE DE CARNAVAL, FORRÓ, ARRAIÁ, ENTRE OUTROS) EM PARCERIA COM OUTRAS INSTITUIÇÕES, INDO ALÉM DO PMTI.	PROMOVER A REALIZAÇÃO DE EVENTOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS VOLTADOS À PESSOA IDOSA, ESTIMULANDO TAMBÉM A PARTICIPAÇÃO DE SEUS FAMILIARES.	AUMENTO NA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS NOS EVENTOS REALIZADO.	AUMENTAR O ENGAJAMENTO DA PESSOA IDOSA NAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS.	SECRETÁRIA DE SAÚDE, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO DO IDOSO E PARLAMENTO DO IDOSO
13. DAR VISIBILIDADE ÀS AÇÕES DO GRUPO NATIVIDADE	OFERTA DE AÇÕES E PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA MULHERES DA TERCEIRA IDADE.	NÚMERO DE PARTICIPANTES PELA QUANTIDADE DE REALIZAÇÕES DAS AÇÕES.	AUMENTAR O FUNCIONAMENTO E EFETIVIDADE DO PARLAMENTO DO IDOSO	SECRETARIA DE ESPORTES

OBRIGATORIAS: DESENVOLVIMENTO HUMANO (AÇÃO 2); DIREITOS HUMANOS (AÇÃO 4); ASSISTENCIAL SOCIAL (AÇÕES 7 E 9); SAÚDE (AÇÃO 13);
OPCIONAIS: AÇÕES 1, 5, 6, 8 E 11;
ESCOLHAS LOCAIS: AÇÃO 3, 10 E 12..





PLANO DE AÇÃO

DIMENSÃO COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

PROBLEMA	AÇÃO	INDICADOR	META	RESPONSÁVEL
14. DIFICULDADE EM DIVULGAR AS ATIVIDADES REALIZADAS ÀS PESSOAS IDOSAS PELO SITE OFICIAL DA PREFEITURA.	DISPONIBILIZAR AS INFORMAÇÕES NA RÁDIO DA CIDADE, FIXAÇÃO DE QUADROS COM INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES VOLTADAS À PESSOA IDOSA.	PESQUISA DE "FEEDBACK" DA FORMA DE DIVULGAÇÃO E CONHECIMENTO.	CONTRIBUIR COM A DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DE INFORMAÇÕES.	SECRETÁRIA DE SAÚDE, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO DO IDOSO E PARLAMENTO DO IDOSO
15. NECESSIDADE DE CRIAR REDE DE CONTATO DIRETO DO MUNICÍPIO COM PESSOAS IDOSAS	CRIAÇÃO DE GRUPO DE APLICATIVO POR MENSAGERIA (WHATSAPP).	NÚMERO DE IDOSOS CADASTRADOS	AUMENTAR O NÚMERO DE IDOSOS CADASTRADOS NO GRUPO EXISTENTE E ADMINISTRADO PELO PMTI.	SECRETÁRIA DE SAÚDE, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO DO IDOSO E PARLAMENTO DO IDOSO

OBRIGATÓRIAS: DESENVOLVIMENTO HUMANO (AÇÕES 2 E 15); DIREITOS HUMANOS (AÇÃO 4); ASSISTENCIAL SOCIAL (AÇÕES 7 E 9); SAÚDE (AÇÃO 13); OPCIONAIS: AÇÕES 1, 5, 6, 8, 11 E 14; ESCOLHAS LOCAIS: AÇÃO 3, 10 E 12..





PLANO DE AÇÃO

DIMENSÃO OPORTUNIDADE DE APRENDIZAGEM

PROBLEMA	AÇÃO	INDICADOR	META	RESPONSÁVEL
16. NECESSIDADE DE AUMENTO NO NÚMERO DE VAGAS DOS DIVERSOS CURSOS GRATUITOS PARA PESSOAS VINCULADAS AOS DISPOSITIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	MAIOR DIVULGAÇÃO E AUMENTO NO NÚMERO DE VAGAS DOS CURSOS DISPONÍVEIS.	AUMENTAR O NÚMERO DE VAGAS DE CURSOS OFERECIDOS PELOS DISPOSITIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	ELEVAR A EDUCAÇÃO VOLTADA A PESSOA IDOSA.	SECRETÁRIA DE SAÚDE, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO DO IDOSO E PARLAMENTO DO IDOSO
17. BAIXA NÚMERO DE IDOSOS INSCRITOS NO EJA - CLASSE ESPECIAL PARA IDOSOS ALFABETIZADOS.	OPORTUNIZAR A APRENDIZAGEM MELHORANDO A PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS, FLEXIBILIZADO OS HORÁRIOS E OS LOCAIS DAS AULAS	ENSINO PARA JOVENS E ADULTOS DIRECIONADO ESPECIALMENTE PARA O PÚBLICO IDOSO COM EFETIVA CAPACITAÇÃO DOS PROFESSORES.	AMPLIAR O NÚMERO DE ALUNOS IDOSOS PRESENTES NO AMBIENTE ESCOLAR	SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO DO IDOSO E PARLAMENTO DO IDOSO

OBRIGATÓRIAS: DESENVOLVIMENTO HUMANO (AÇÕES 2 E 15); DIREITOS HUMANOS (AÇÕES 4 E 17); ASSISTENCIAL SOCIAL (AÇÕES 7 E 9); SAÚDE (AÇÃO 13); OPCIONAIS: AÇÕES 1, 5, 6, 8, 11, 14 E 16; ESCOLHAS LOCAIS: AÇÃO 3, 10 E 12..





PLANO DE AÇÃO

DIMENSÃO SAÚDE, APOIO E CUIDADO

PROBLEMA	AÇÃO	INDICADOR	META	RESPONSÁVEL
18. DEFINIÇÃO DE CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE NO ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE IDOSO PELO PSF AO EMAD-EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DE ATENDIMENTO DOCIMILIAR.	MATRICIAÇÃO/TREINAMENTO DE EQUIPES DOS PSFS	NÚMERO DE CASOS TRATADOS PELO EMAD E ACOMPANHADOS PELO PSF.	REDUZIR O NÚMERO DE ENCAMINHAMENTOS EQUIVOCADOS PELO PSF AO EMAD.	SECRETÁRIA DE SAÚDE, SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO DO IDOSO E PARLAMENTO DO IDOSO
19. NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE OFICINAS DE MEMÓRIA E ESTÍMULO A CONVIVÊNCIA DOS IDOSOS DO "LAR DOS VELHINHOS" COM A SOCIEDADE.	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DO CRAS, CREAS E ATENDIMENTO DAS EQUIPES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA NA INSTITUIÇÃO, BEM COMO A PRÓPRIA SOCIEDADE.	AUMENTO NO NÚMERO DE VISITAS À ILPI.	AUMENTAR A SOCIALIZAÇÃO DOS IDOSOS PARA COM A SOCIEDADE.	SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO DO IDOSO E PARLAMENTO DO IDOSO

OBRIGATORIAS: DESENVOLVIMENTO HUMANO (AÇÕES 2 E 15); DIREITOS HUMANOS (AÇÕES 4 E 17); ASSISTENCIAL SOCIAL (AÇÕES 7 E 9); SAÚDE (AÇÕES 13 E 18); OPCIONAIS: AÇÕES 1, 5, 6, 8, 11, 14, 6 E 19; ESCOLHAS LOCAIS: AÇÃO 3, 10 E 12..





PLANO DE AÇÃO

DIMENSÃO ESCOLHA LOCAL

PROBLEMA	AÇÃO	INDICADOR	META	RESPONSÁVEL
20. NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO EFETIVA DO PROJETO DO PMTI ITINERANTE	criação de PMTI itinerante para descentralização de funcionamento, indo ao alcance dos idosos de cada bairro	número de atendimentos (entradas) de novos idosos para as ações do PMTI por número de idosos totais existentes no bairro ou município	aumentar a socialização dos idosos para com a sociedade.	secretária de saúde e secretária de assistência social



AÇÕES

OBRIGATÓRIAS:
DESENVOLVIMENTO HUMANO (AÇÕES 2 E 15);
DIREITOS HUMANOS (AÇÕES 4 E 17);
ASSISTENCIAL SOCIAL (AÇÕES 7 E 9);
SAÚDE (AÇÕES 13 E 18);

OPCIONAIS:
AÇÕES 1, 5, 6, 8, 11, 14, 16 E 19;

ESCOLHAS LOCAIS:
AÇÃO 3, 10, 12 E 20

RESPONSÁVEIS & CONTATOS

Discente

Gustavo Marcílio Vieira da Silva
gustavo.vieira@ufv.br

Orientadora

Simone Martins
simone.m@ufv.br

Coorientadores

Débora Carneiro Zuin
dzuin@ufv.br

Tainá Rodrigues Gomide Souza Pinto
taina.gomide@ufv.br

Este documento é resultante da dissertação "Avaliação de políticas públicas para pessoas idosas: Estudo de Caso em um Município de Minas Gerais", apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP/UFV).

ALVES, T.; PASSADOR, C. S. Educação pública no Brasil: condições de oferta, nível socioeconômico dos alunos e avaliação. São Paulo: Annablume, 2011.

ANDRADE LM, et al. Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa. Public policies for the elderly in Brazil: an integrative review. Ciência & Saúde Coletiva, 2013.

DYE, T. R. Understanding public policy. 10ª ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2002.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. 13. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm>. Acesso em: 4 jun. 2020.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm>. Acesso em: 4 jun. 2020

_____. Decreto n. 9.328, de 03 de abril de 2018. Institui a Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, 2018.

CAMACHO LF, et al. Políticas públicas para a saúde do idoso: revisão sistemática. Revista Brasileira de Enfermagem, 2010.

CAMARANO, A. A; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: Camarano, A. A. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60? Rio de Janeiro: Ipea, p. 254-292, 2004.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais. Petrópolis, Vozes, 2004.

CUNHA, Carla Giane Soares da Cunha., Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. Revista Estudos de Planejamento – Edição n., 12, dez 2018.

DAMASCENO, C. K. C. S.; SOUSA, C. M. M. de. Análise sobre as políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. Revista Interdisciplinar. n. 9, 185-190, 2017.

FARAH, Maria Ferreira Santos,. Abordagens teóricas no campo de política pública no Brasil e no exterior: do fato à complexidade. Rev. Ser. Público Brasília 69, Edição Especial Repensando o Estado Brasileiro 53-84, dezembro, 2018.

FERLICE DS, SOUZA AL. Diretrizes internacionais e políticas para os idosos no Brasil: a ideologia do envelhecimento ativo. Revista de Políticas Públicas, 2010

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. Política pública: seus ciclos e subsistemas. Tradução técnica Francisco G. Heidemann. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censu 2021. Idosos indicam caminho para uma melhor idade. Disponível em <<https://censo2020.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/24036-idosos-indicam-caminhos-para-uma-melhor-idade.html>>. Acesso em: 5 jul. 2020.

JANN, Werner e WEGRICH. Theories of the Policy Cycle. In: Fischer, Frank; Miller, Gerald J., e SIDNEY, Mara. Handbook of public policy analysis: theory, politics, and methods. Taylor & Francis Group, LLC. 2007.

MARTINS, S; RIBEIRO, A. Q. Das Políticas às ações: Direitos da Pessoa Idosa no Brasil. Revista Científica de Direitos Humanos. Brasília, DF, v.1, novembro, 2018.

OLIVEIRA, Liliam Ribeiro de., PASSADOR, Claudia Souza. Ensaio Teórico Sobre as Avaliações de Políticas Públicas. Cad. EBAPE.BR, v. 17, nº 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2019.

REFERÊNCIAS

RAEDER, S. T. O Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos de análises de políticas públicas. *Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v. VII, n. 13, p. 121-146, jan-jun. 2014.

RUA, Maria das Graças. PNAP – Especialização em Gestão Pública Municipal – Módulo Básico. 3ª Edição, p.102, 2014.

SABATIER, Paul; JENKINS-SMITH, Hank. *Policy change and learning: an advocacy coalition approach*. Colorado: Westview Press, 1993.

SANTOS, N. F. dos; SILVA, M. do R. de F. e. As políticas públicas voltadas ao idoso: melhoria da qualidade de vida ou reprivatização da velhice. *Revista FSA: Faculdade Santo Agostinho, Teresina*, v. 10, n. 2, p.358-371, 2013.

SECHI, L; *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, caso práticos*. 2ª edição São Paulo. 2013.

SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias. 2006

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. IN: Hochman G (Org). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2007.

WILLIG MH, et al. A trajetória das políticas públicas do idoso no Brasil: breve análise. *Cogitare enfermagem*, 2012.